



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA**

**PROJETOS ANTICAPITALISTAS NA AMÉRICA LATINA
O BEM VIVER ATRAVÉS DO MODO DE VIDA CONSTRUÍDO PELO EXÉRCITO
ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (1994 – 2014)**

NATHÁLIA SANTOS FERREIRA

Foz do Iguaçu
2025



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA**

**PROJETOS ANTICAPITALISTAS NA AMÉRICA LATINA
O BEM VIVER ATRAVÉS DO MODO DE VIDA CONSTRUÍDO PELO EXÉRCITO
ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (1994 – 2014)**

NATHÁLIA SANTOS FERREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Clovis Antonio Brighenti

Foz do Iguaçu
2025

NATHÁLIA SANTOS FERREIRA

**PROJETOS ANTICAPITALISTAS NA AMÉRICA LATINA
O BEM VIVER ATRAVÉS DO MODO DE VIDA CONSTRUÍDO PELO EXÉRCITO
ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (1994 – 2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Clovis Antonio Brighenti
UNILA

Prof. Dr. Evander Ruthieri Saturno da Silva
UNILA

Prof.^a Dr.^a Regina Ilka Vieira Vasconcelos
UFU

Prof.^a Dr.^a Tereza Maria Spyer Dulci
UNILA

Foz do Iguaçu, 24 de março de 2025.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

F383

Ferreira, Nathália Santos.

Projetos anticapitalistas na América Latina: o bem viver através do modo de vida construído pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (1994 - 2014) / Nathália Santos Ferreira. - Foz do Iguaçu, 2025.

111 f.: il., color.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Programa de Pós-Graduação em História. Foz do Iguaçu - PR, 2025.

Orientador: Clovis Antonio Brighenti.

1. Exército Zapatista de Libertação Nacional - EZLN. 2. História social. 3. Movimentos sociais. 4. Indígenas.
I. Brighenti, Clovis Antonio. II. Título.

CDU 323.4:356.15(8)(091)

Dedico este trabalho à minha família que sempre ofereceu amor, estabilidade, conforto e encorajamento para o meu caminhar no mundo. Com essa postura presente e afetuosa, todas as pessoas amadas de minha família demonstraram que sonhos são mais bonitos quando sonhados em conjunto. Dedico todas as páginas desta pesquisa aos povos de Nuestra Abya Ayala (América Latina). Nós, que construímos a (re)existência através da rebeldia, da poesia e da comunidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço grandemente aos meus pais que foram os responsáveis pela formação humana e profissional que aperfeiçoou a cada nova fase, que se mobilizaram intensamente para tornar realidade a concretização de um Mestrado em História e que sempre incentivaram a minha busca por conhecimentos.

Aos meus irmãos, Aline e Gabriel, por serem amigos e por colorirem meus dias com nossas conversas, brincadeiras e passeios.

Aos demais familiares, por serem uma base fundamental que sustenta meu caminhar amoroso no mundo.

Aos meus amigos de longa e curta datas, seres humanos que passaram a morar em meu coração e que chegaram em momentos distintos da vida (escolas, graduação, mestrado, docência, capoeira) contribuindo e enriquecendo o meu olhar diante da existência, do amor e do companheirismo. Não sei o que seria de alguém sem esse profundo amor que se encontra nas amizades.

Aos meus professores, orientador e membros das bancas de qualificação e defesa, por confiarem em meu potencial e disponibilizarem seus tempos para proporcionar mais sabedoria, qualidade e curiosidade nas temáticas referentes à esta pesquisa, mas também a outros tópicos relacionados às problemáticas sociais da História.

À psicóloga Aline Dias, por ter sido uma profissional crucial na reelaboração de sofrimentos e na construção de uma vida mais alinhada aos desejos.

À toda a comunidade da UNILA por serem agentes no sentido da construção de uma América Latina unida em torno dos princípios da justiça social e bem viver para todos os nossos povos: através da experiência de ser uma estudante e pesquisadora desta instituição eu pude realizar um sonho que se insere como projeto político.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo incentivo que possibilitou a realização desta pesquisa com maior qualidade e engajamento.

*Mi padre fue cultivando
la tierra cada minuto
Y la tierra le fue dando
cariño, calor y fruto*

*Caña dulce caña brava
caña de azúcar prendida
que yo soy como la caña
al pie de una serranía*

*Caña dulce caña brava
caña lei lo lei lo la
que yo soy como la caña
que crece en la inmensidad*

*Morena tierra sembrada
por la injusticia, el dolor
Mirando el sol acostada
del pueblo trabajador
te besa el surco mojada
del pueblo trabajador*

*Caña dulce caña brava
caña lei lo lei lo lero
que yo soy como la caña
que me queman y no muero*

*Hermano si te has perdido
dentro de la cañalera
Lanza en el aire una espiga
que te sirva de bandera*

*Caña dulce caña brava
caña lei lo lei lo la
que yo soy como la caña
que siempre resistirá*

*Para darle al campo vida
y humedad al sembradío
Como agua recién llovida
mi cantar viene del río*

*Caña dulce caña brava
caña de azúcar prendida
que yo soy como la caña
que va endulzando la vida*

*Mi cantar es un feliz
cocuyo en el horizonte
Y bajo los pies del monte
mi canto tiene raíz*

*Caña dulce caña brava
caña de azúcar prendida*

*que yo soy como la caña
al pie de una serranía*

*De la semilla más fina
estoy haciendo un rosario
Y de la voz campesina
este canto necesario*

*Caña dulce caña brava
caña lei lo lei lo la
que yo soy como la caña
que siempre resistirá.*

(La Caña, Son Jarocho Mexicano)

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma pesquisa de Mestrado que investigou a prática do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Argumenta-se que tal experiência está inserida em um contexto de Movimentos Sociais ativamente contrários ao modelo econômico neoliberal imposto na América Latina. Nesse viés, é proposta uma análise que visa identificar a existência (ou não) de um projeto alternativo de existência no fazer dos povos indígenas que compõem este movimento político; dialogando diretamente com as concepções do Bem Viver (Acosta, 2016). A metodologia da pesquisa utilizou como fontes os Documentos e Tratados do EZLN, compilados em cinco volumes sob os títulos *Documentos y Comunicados*, editados e publicados pela Ediciones Era. Materiais de um período inicial da atuação do EZLN que possibilitam contextualizá-lo historicamente para identificar seus projetos e compreender as modificações ao longo do tempo. Percurso que endossado pelo manejo e análise de fontes complementares encontradas nos materiais produzidos pela *Escuelita Zapatista*, um evento de educação e difusão dos projetos realizados pelo EZLN entre os anos de 2013 e 2014. Se Outros Mundos (EZLN) têm sido pautados diante da crise econômica, humanitária e ambiental em que estamos inseridos, é papel das/dos historiadoras pensar sobre tais propostas. Por fim, destaca-se a importância dos Arquivos para o ofício das/dos historiadoras, o que, aqui, se mostra transposto do modus operandi tradicional para um Arquivo independente e localizado na Internet, com manutenção tanto do EZLN quanto de suas bases de apoio na sociedade civil.

Palavras-chave: EZLN; história e movimentos sociais; indígenas; México; sul global.

RESUMEN

Este es un trabajo de maestría que investigó la práctica del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN). Se argumenta que esta experiencia se inscribe en un contexto de movimientos sociales que se oponen activamente al modelo económico neoliberal impuesto en América Latina. En este orden de ideas, se propone un análisis que pretende identificar la existencia (o no) de un proyecto alternativo de existencia en las acciones de los pueblos indígenas que conforman este movimiento político; en diálogo directo con las concepciones del Buen Vivir (Acosta, 2016). La metodología de investigación utilizó como fuentes los Documentos y Tratados del EZLN, compilados en cinco volúmenes bajo los títulos Documentos y Comunicados, editados y publicados por Ediciones Era. Se trata de materiales de un periodo temprano de las actividades del EZLN que permiten contextualizarlo históricamente para identificar sus proyectos y entender sus cambios a lo largo del tiempo. Este camino se refrenda con el manejo y análisis de fuentes complementarias que se encuentran en los materiales producidos por la Escuelita Zapatista, evento de formación y difusión de los proyectos realizados por el EZLN entre 2013 y 2014. Si Otros Mundos (EZLN) se han planteado ante la crisis económica, humanitaria y ambiental en la que nos encontramos, es papel de los historiadores reflexionar sobre estas propuestas. Por último, se destaca la importancia de los archivos para el trabajo de los historiadores, que aquí se traslada del *modus operandi* tradicional a un archivo independiente.

Palabras clave: EZLN; historia y movimientos sociales; indígenas; México; sur global.

ABSTRACT

This paper is a Master's investigation into the practice of the Zapatista National Liberation Army (EZLN). It is argued that this experience is part of a context of social movements actively opposed to the neoliberal economic model imposed on Latin America. In this vein, an analysis is proposed which aims to identify the existence (or not) of an alternative project of existence in the actions of the indigenous peoples who make up this political movement; dialoguing directly with the conceptions of Good Living (Acosta, 2016). The research methodology used as sources the EZLN's Documents and Treaties, compiled in five volumes under the titles Documentos y Comunicados, edited and published by Ediciones Era. These are materials from an early period of the EZLN's activities that make it possible to put it into a historical context in order to identify its projects and understand its changes over time. This path was endorsed by the handling and analysis of complementary sources found in the materials produced by the Escuelita Zapatista, an event for education and dissemination of the projects carried out by the EZLN between 2013 and 2014. If Other Worlds (EZLN) have been proposed in the face of the economic, humanitarian and environmental crisis in which we find ourselves, it is the role of historians to think about these proposals. Finally, the importance of archives for the work of historians is highlighted, which here is transposed from the traditional *modus operandi* to an independent archive.

Key words: EZLN; history and social movements; indigenous; Mexico; global south.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 -	Demandas defendidas pelo EZLN	12
Imagem 2 -	Mulheres e homens Yaquis.	29
Imagem 3 -	Porcentagem da população de 3 anos ou mais que fala uma língua indígena, México - 2020	31
Imagem 4 -	Tabela com o quantitativo do número de pessoas, com cinco anos de idade ou mais, que falam uma língua indígena no Estado de Chiapas. Com dados de 1995 a 2020	33
Imagem 5 -	Nova estrutura da Autonomia zapatista	46
Imagem 6 -	Principais idiomas indígenas falados pela população com 3 anos ou mais em Chiapas, de acordo com o censo realizado no país, em 2020	50
Imagem 7 -	Registro da passeata realizada por milhares de indígenas – camponeses, na cidade de San Cristobal de Las Casas, por ocasião do “Día de La Raza”, em 1992	61
Imagem 8 -	Marcha zapatista rumo à Cidade do México, em 2001	64
Imagem 9 -	Derrubada, pelos povos indígenas-camponeses, da estátua de um colonizador, em 1992	65
Imagem 10 -	Derrubada, pelos povos indígenas-camponeses, da estátua de um colonizador, em 1992	66
Imagem 11 -	Derrubada, pelos povos indígenas-camponeses, da estátua de um colonizador, em 1992	67
Imagem 12 -	Derrubada, pelos povos indígenas-camponeses, da estátua de um colonizador, em 1992	68
Imagem 13 -	Derrubada, pelos povos indígenas-camponeses, da estátua de um colonizador, em 1992	69
Imagem 14 -	Soldado zapatista	71
Imagem 15 -	Mulher zapatista durante a realização do evento educacional da <i>Escuelita Zapatista</i>	88
Imagem 16 -	Território Zapatista	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCIEZ	Alianza Nacional Campesina Independiente Emiliano Zapata
ANPUH	Associação Nacional de História
CEOIC	Comisión Coordinadora Ejecutiva del Consejo Estatal de Organizaciones Indígenas y Campesinas
CGAZ	Colectivos de Gobiernos Autónomos Zapatistas
CNI	Congresso Nacional Indígena
COCOPA	Comisión de Concordia y Pacificación
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional
FRAYBA	Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de Las Casas
GAL	Gobierno Autónomo Local
INEGI	Instituto Nacional de Estadística y Geografía
MAREZ	Municipios Autónomos Rebeldes Zapatistas
PAN	Partido Acción Nacional
PRI	Partido Revolucionario Institucional
PROCEDE	Programa de Certificación de Derechos Ejidales y Titulación de Solares
URNG	Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca

Sumário

INTRODUÇÃO	12
1 - CAPÍTULO 1: PANORAMA HISTÓRICO DO MOVIMENTO INDÍGENA NO CONTEXTO MEXICANO.....	26
1.1 - INDÍGENAS NO MÉXICO: TERRA E ANCESTRALIDADE.....	35
1.2 - INDÍGENAS NO MÉXICO E A MODERNIDADE: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA QUÊ E PARA QUEM?	37
1.3 - ATUAÇÃO INDÍGENA - CAMPONESA EM CHIAPAS E A INFLUÊNCIA DO CONGRESSO INDÍGENA DE 1974	44
1.4 - MEMÓRIAS ANCESTRAIS: AS PALAVRAS E O TEMPO.....	51
2 - CAPÍTULO 2: A LINGUAGEM COMO FERRAMENTA SOCIAL ZAPATISTA	56
2.1 - Os PREFÁCIOS: DISCURSOS NA PRODUÇÃO DAS MEMÓRIAS SOBRE O EZLN.....	58
2.2 - O EZLN E A SOCIEDADE CIVIL: UMA ESTRATÉGIA DO MOVIMENTO	60
2.3 - A MEMÓRIA EM CONSTRUÇÃO E A RENOVAÇÃO DA IDEIA DE ARQUIVO	71
2.4 - EZLN E A IMPRENSA	74
3 - CAPÍTULO 3: O BEM VIVER COMO ALTERNATIVA INDÍGENA À CRISE SOCIOECOLÓGICA.....	77
3.1 - BOM GOVERNO E A RESISTÊNCIA AUTÔNOMA: REDESENHANDO O MAPA NACIONAL	82
3.2 - HISTÓRIA E ESPAÇO: REFORMULAÇÃO DO TERRITÓRIO PELOS ZAPATISTAS	90
3.3 - CHIAPAS E A FRONTEIRA SUL – SUL: RESISTÊNCIA INDÍGENA E AMBIENTAL	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	107
FONTES	111

INTRODUÇÃO

Imagem 1: demandas defendidas pelo EZLN.



Fonte: Radio Zapatista.

O presente trabalho investigou a experiência do *Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN)*¹, um movimento insurgente que eclodiu no sul do México, no início da década de 1990, com o objetivo de contrapor-se ao governo neoliberal - à época liderado pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI). O qual, curiosamente, teve sua origem com os desdobramentos oriundos do processo revolucionário mexicano que

¹ Exército Zapatista de Libertação Nacional, em português.

começou na década de 1910².

O EZLN, como endossado ao longo dos documentos aqui utilizados - e que serão apresentados posteriormente - pode ser identificado (de acordo com algumas bibliografias) como um movimento social ora indígena, ora camponês/indígena, que possui como demandas centrais as questões referentes ao direito e acesso à terra bem como as autonomias indígenas dentro de tais territórios. A região em que estão localizados os espaços autônomos, conquistados durante as décadas de luta e resistência zapatista, caracteriza-se por ser de intensa presença de diferentes povos indígenas localizados em uma ampla cultura de herança Maia³.

Diante desse objeto de pesquisa, trabalha-se com a temporalidade que acompanha a construção das autonomias encabeçadas pelo EZLN entre os anos de 1994 e 2014 (delimitação que foi possibilitada pelo campo de fontes com o qual se desenvolveu o presente trabalho). Anos estes que apresentam um México que optou por seguir políticas mais voltadas ao setor privado - industrial: um momento de aceleração do neoliberalismo que pode ser vislumbrado também em outros contextos latino-americanos da mesma época.

Busca-se analisar o zapatismo no contexto da reivindicação, pelos povos indígenas da região latino – americana, de modos alternativos de vida: considerando esta proposição, ao mesmo tempo, como uma possível contraposição ao modelo econômico neoliberal vigente. Ou uma busca de mundos onde caibam outros mundos.

Tal percurso está em consonância com as reflexões propostas por Ailton Krenak, filósofo indígena (do povo Krenak, um entre tantos outros povos indígenas presentes no Brasil) que nos convida a problematizar o desenvolvimento econômico “sustentável” e a “humanidade” filha deste projeto (Krenak, 2019) e também por outros/as intelectuais que têm identificado tal fenômeno como insustentável e um dos responsáveis por aprofundar os abismos sociais existentes através das promessas vinculadas a um desenvolvimento inatingível para a maioria da população da América Latina (Acosta, 2016).

O objeto em questão: a experiência do EZLN, à qual também podemos nos

² Citamos a Revolução Mexicana no início da abertura de nossa discussão como uma maneira de localizar o histórico revolucionário mexicano no que diz respeito às demandas pela terra, bem como identificar, nesse processo histórico, o movimento zapatista do qual o EZLN resgata a memória histórica como nome e compromisso em sua atuação.

³ Termo utilizado pela modernidade, oriunda do processo de colonização da região em questão, que convencionou unir diversos povos habitantes deste espaço hoje ocupado pelos seguintes locais/países: sudeste do México, Belize, Guatemala e Honduras.

referir sob o nome de neozapatismo ou zapatismo⁴, faz parte de um campo de ações reivindicadas pelo que se argumentará ser uma construção de Bem Viver. Ou seja, alternativas radicais frente ao desenvolvimento capitalista que tem se provado ineficaz e, mais ainda, danoso para a manutenção das formas de vida de diversos povos, no Sul Global⁵ e do equilíbrio da natureza.

Compreendendo que tais práticas e saberes, apesar de serem locais, atingem um âmbito social de escala ampla na medida em que repensam estruturas como o colonialismo, o capitalismo, a democracia e o acesso/asseguração do direito à terra. Além da defesa, essencial para a manutenção dos modos de existência dos povos indígenas, dos territórios (ancestrais, portanto, diretamente relacionados à memória). O que significa, dentre outros aspectos, apontar alternativas contrárias ao projeto nacional uniformizador adotado durante séculos pelo México. Possibilidade que Bonfil Batalla encontra no projeto do pluralismo:

Uma nação etnicamente plural exige que todas as estruturas de poder, que implicam o domínio de alguns grupos (povos) sobre os outros, sejam anuladas e suprimidas. No caso do México, isso significa a supressão da ordem colonial instaurada há 500 anos e que não foi ainda cancelada. Significa libertar povos e culturas oprimidas e trazê-los para o presente, pela participação democrática na vida nacional, em uma democracia que não só reconhece os direitos individuais, como também enfatiza os direitos das coletividades históricas [...] (Bonfil Batalla, 2019, p. 310).

Tal projeto insere-nos em uma postura de enfrentamento à colonialidade - modernidade que segue vigente, ainda que intensamente questionada pelos movimentos sociais indígenas e suas bases de apoio, na medida em que convida para a costura de uma nova democracia: não mais herdeira de valores europeus encontrados em processos históricos como a modernidade e o iluminismo, mas sim na coletividade, reciprocidade com a natureza e a solidariedade como meios privilegiados de ações políticas dos povos.

Pluralismo este que, para além de ampliar e transformar a democracia, tem gerado movimentos imprescindíveis na produção do conhecimento e presença dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais na academia e espaços correlatos. Parte-se, assim, do pressuposto de que as teorias formuladas por intelectuais latino-americanos no início do século XX (Funes, 2006, p. 137) - as quais colocavam os povos indígenas como

⁴ Neste trabalho, optamos pelo uso dos termos EZLN e zapatismo/zapatistas.

⁵ Categoria geopolítica que considera os países que, independentemente de sua localização no globo terrestre, estão ligados por processos políticos, sociais e culturais semelhantes. Sobre tudo no que diz respeito às lutas anticolonialistas e desafios ambientais, por exemplo. Nesse sentido, faz parte do Sul Global regiões como a América Latina, países da Ásia e da África.

“os outros” da nação - não se sustentam nos debates dentro da História Social e do Tempo Presente, assim como na História Indígena. Se retomarmos a reflexão de Bonfil Batalla, seria possível dizer, expandindo a problematização, que o Estado Nacional como conhecemos (no México e no restante da América Latina) está tão sequestrado pela lógica colonialista quanto pela visão passiva sobre os povos indígenas.

Esta é uma postura que justifica o objeto de pesquisa como o movimento social zapatista e localiza a mesma em um esforço que encontra alinhamento com a proposição do historiador Josep Fontana, quando este nos provoca a “seguir nos metendo nos problemas do nosso tempo” (Fontana, 1998, p. 36 - 37).

Na esteira desse campo teórico - metodológico há como referência, ainda, um diálogo com as reflexões de Eric Hobsbawm em seu trabalho “Sobre História”, ensaios nos quais o historiador reflete sobre os desafios de se trabalhar com a História do Tempo Presente. Uma vez que, nesta perspectiva, o lugar social ocupado como sujeito político do/a historiador/a se apresenta por vezes de maneira mais central e evidente (Hobsbawm, 1998, p. 17). Isso pode ser explicado pelo fato de que escrevemos, enquanto historiadores/as debruçados sobre o Tempo Presente, sobre processos históricos que estão em andamento.

O próprio objeto deste trabalho é uma materialização deste caso. O Exército Zapatista de Libertação Nacional e suas bases de apoio, que o ultrapassam (como veremos mais adiante), segue atuante e passa por mudanças que se retroalimentam ano após ano.

Constrói-se, assim, um estudo da presença zapatista no Estado de Chiapas - sul do México - propondo novos olhares, no campo da História, para este movimento em construção. Aqui fica claro outro elemento metodológico que integra a pesquisa, que diz respeito à importância da interdisciplinaridade. Sobretudo no campo da ponte História – Antropologia – Geografia, pois tais diálogos sustentam as discussões sobre territorialidade e autonomias para o EZLN.

Nesse viés, destaca-se, principalmente, o possível debate com a História e a Antropologia mexicanas. Em trabalhos como os de Antonio García de León, Guillermo Bonfil Batalla e Federico Navarrete procurei encontrar maiores esclarecimentos sobre o debate étnico - racial e as especificidades do México e, principalmente, da região chiapaneca. Mais do que isso, acredito ser possível identificar em tais referências uma compreensão do contexto de surgimento e organização do próprio EZLN no tocante ao

debate sobre o protagonismo indígena dentro do panorama político (não meramente institucional) mexicano.

Diante disso, os objetivos da dissertação vão de encontro à investigação da atuação de caminhos que se identificam como alternativos às históricas formas de poder que têm operado como meios de exploração dos seres humanos e dos recursos naturais na América Latina. Marcador geopolítico escolhido aqui por se tratar de uma opção política que identifica a noção de “América Latina” como consistente diante dos avanços nos estudos descolonizadores nas ciências humanas, uma vez que o conceito tem sido atualizado dentro de suas historicidades (Barbosa dos Santos, 2016, 286) ao longo do tempo. No entanto, não desconsideramos a existência de novas denominações sobre a região, presentes no termo *Abya Ayala*, por exemplo, uma reivindicação descolonial que possui inspiração na tradição do povo Kuna (indígenas que habitam localidades da Colômbia e do Panamá).

Propõe-se identificar, na experiência do Exército Zapatista de Libertação Nacional, e através da linguagem do próprio movimento (conforme se apresentaram as possibilidades com as fontes) as propostas e visões de mundo contrárias ao capitalismo, em sua fase neoliberal, perpassando suas estratégias, contradições e avanços (ou não) ao desenvolvimento dele. Isto será possível no exercício histórico que procurou compreender e contextualizar o surgimento do EZLN, no Sul do México. Assim como identificar e pontuar a presença indígena dentro do EZLN, no esforço de mapear as características do debate étnico - racial, em Chiapas.

Toma corpo nos objetivos específicos da pesquisa em questão, a tentativa de identificar as condições sociais e econômicas da população chiapaneca no momento de surgimento do EZLN. Dimensão que as fontes indicam ter uma ligação direta com os impactos do neoliberalismo para o fim do século XX e limiar do século XXI. Além de apresentar como se coloca a questão da terra e seu acesso pelos indígenas - camponeses, no México.

Por fim, é preciso enfatizar uma problemática que se faz essencial ao longo da pesquisa: podemos apontar as práticas e saberes do EZLN dentro de uma concepção ampliada do Bem Viver? Para aprofundar esta pergunta - problema, a pesquisa priorizou estabelecer o diálogo entre as duas fontes principais aqui utilizadas com o conceito - ação do Bem Viver: um debate cada vez mais crescente na América Latina, quando o assunto é

a crítica radical ao modo de produção capitalista e suas consequências políticas, ambientais e culturais nesta região do sistema - mundo⁶.

Dentro deste objetivo específico outra hipótese é constituída: a de que os discursos zapatistas, para além de tecer um projeto de Bem Viver, endossaram a atuação política contrária aos efeitos políticos-sociais-ambientais do neoliberalismo, no México.

As fontes em questão são produções discursivas localizadas em momentos distintos da História do Tempo Presente. Como fontes principais foram analisados um conjunto de escritos presentes nas obras intituladas *Documentos y Comunicados*, compilados em cinco volumes editados pela Ediciones Era. Uma Editora mexicana de caráter independente, fundada em 1960, e com foco em publicações sobre História, Ciências Sociais, Literatura e outros temas.

Nestes volumes, encontra-se uma profusão de textos produzidos pelos próprios zapatistas (no início do levantamento armado e da concepção dos diálogos com o governo federal, no decorrer de 1994 a 2001) que, ao longo de centenas de páginas, chamam a atenção por se tratar de escolhas editoriais de outros setores ligados à História, Literatura, Mercado Editorial, e Imprensa de orientação vinculada à esquerda. Características que não surpreendem desde que tenhamos como dado sólido o fato de que o EZLN, apesar de não adotar a disputa eleitoral como estratégia, elegeu, em 2005, estar ao lado das forças consideradas de esquerda, no México e no mundo. Além de sua orientação política inicial ter sido inspirada por tradições marxistas, ultrapassando-as na medida em que seus militantes-guerrilheiros não-indígenas (a exemplo do Subcomandante Insurgente Marcos) aprendiam e incorporavam-se às práticas indígenas.

Tais particularidades serão mais bem exploradas no capítulo dois da dissertação, e no próprio decorrer do trabalho aqui apresentado. Considerou-se uma atenção especial para a construção dos prefácios das edições bem como quais olhares tais seções nos convidam a realizar.

Juntamente aos volumes acima, propõe-se uma análise das produções do Exército Zapatista de Libertação Nacional presentes nos documentos da *Escuelita Zapatista*, evento realizado: *en tres sesiones, en 2013 y 2014, unas 6 mil personas fueron a las comunidades zapatistas para aprender sobre la lucha organizada del EZLN y la*

⁶ Conceito difundido pelo sociólogo Immanuel Wallerstein, no qual o teórico se apropria de categorias como sistema capitalista mundial (de tradição marxista) e história de longa duração (Fernand Braudel) para analisar o sistema - mundo em suas dimensões seculares e geográficas; em um exercício de escalas temporal e espacial que considera as especificidades da economia, política e sociedade capitalistas a depender da região do dito sistema - mundo.

*construcción de la autonomía. Los libros que aquí presentamos fueron el material de estudio que se entregó a lxs alumnxs en ese primer grado de la Escuelita Zapatista*⁷. Sustentando-se que estes materiais (de natureza didática) auxiliam na investigação dos avanços e novas proposições do movimento zapatista em um período posterior aos diálogos e debates iniciais dispostos nos *Documentos y Comunicados*.

Por se tratar de materiais organizados em quatro sessões intituladas, respectivamente: “*Gobierno Autónomo I*”, “*Gobierno Autónomo II*”, “*Participación De las Mujeres en el Gobierno Autónomo*” e “*Resistencia Autónoma*” – foi escolhida a última delas, a qual se debruça sobre a resistência autônoma, e que possui cerca de 80 páginas com depoimentos de mulheres e homens zapatistas demonstrando os desafios e atividades presentes nos *Municipios Autónomos Rebeldes Zapatistas* (MAREZ). O que estimulou uma reflexão sobre uma relação entre o Bom Governo Zapatista⁸ e o Bem Viver (que exploraremos no capítulo 3).

Assim, historicamente, o recorte aqui trabalhado está inserido na temporalidade de 1994 a 2014, anos em que o EZLN alternou suas estratégias entre conflito armado contra o governo federal, ações com a sociedade civil, silêncios e palavras. Reforçando o argumento de que a história do EZLN, conforme foi tratada por Margo Glantz, tem sido “*una alternancia entre el silencio o la suspensión del discurso y una producción desmesurada de palabras*” (Vanden Berghe, 2005, p. 14).

Mais do que isso, o EZLN se insere diretamente no contexto de uma crise socioecológica de caráter mundial. Lembrando que tal dimensão atinge Chiapas não apenas com a luta pelo acesso e direito à terra, mas em uma disputa contra os projetos modernizadores e da indústria turística que podem ser vislumbrados em projetos nacionais mexicanos como o *Plan Puebla Panamá*⁹, e, mais recentemente, o *Tren Maya* - que será detalhado nas páginas seguintes.

Nosso trabalho também é estruturado pelo diálogo com outras fontes complementares, sobretudo em produções da sociedade civil e veículos indigenistas ou que trabalham pela garantia dos direitos humanos. Um exemplo de tais organizações pode

⁷ Descrição das fontes retirada do site Radio Zapatista (uma das redes de apoio do EZLN) e onde estão disponíveis na íntegra: <https://radiozapatista.org/?page_id=20294>. Acesso em 24, nov. 2023.

⁸ Termo reivindicado pelo EZLN para referirem-se ao governo autônomo construído pelo movimento, sempre em contraposição ao “Mau Governo”: caracterizado pelo governo federal mexicano e pelo governo estadual.

⁹ O Plan Puebla Panamá foi um projeto pensado para a integração e desenvolvimento econômico da região Sul - Sudeste do México e restante da região localizada na América Central. Alguns de seus eixos principais consistem no turismo e nos desenvolvimentos sustentável, humano e energético da região que perpassa os seguintes países: Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicaragua, Panamá e México.

ser encontrado no *Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de Las Casas*, o qual consiste em uma Organização Sem Fins Lucrativos que surgiu no fim da década de 1980. Vejamos mais sobre tal órgão na descrição retirada de seu site oficial:

El Frayba es una Organización Civil sin fines de lucro, independiente de cualquier gobierno o ideología política o credo religioso. Trabajamos por la defensa y promoción de los Derechos Humanos, con misión, historia, experiencia acumulada y en relación de mutua determinación con los procesos de pueblos y comunidades indígenas en el estado de Chiapas, México. El Frayba tiene su origen en el marco y dinámica de los procesos sociales y eclesiales gestados en los 70's y 80's y en un contexto de fuerte represión gubernamental contra organizaciones sociales y comunidades que se organizaban para reivindicar sus derechos. Hoy en día, y como resultado de un largo proceso de aprendizaje, compartimos principios antisistémicos, anticapitalistas y antihegemonicos que nos identifican con propuestas civiles y pacíficas como La Sexta Declaración de la Selva Lacandona del EZLN, iniciativa de la cual somos adherentes como colectivo (Frayba, 2021).

Parece-nos muito relevante a atuação de movimentos localizados no seio da sociedade civil, como a da Frayba, sobretudo no que diz respeito ao trabalho com a memória histórica e a busca pela garantia do *“derecho a la Libre Determinación y a la Autonomía de los Pueblos indígenas desde sus derechos a la tierra y territorio”*. Ademais, coloca-se igualmente importante a adesão do movimento aos princípios da Sexta Declaração da Selva Lacandona (fonte complementar que auxilia na compreensão da visão política/projeto defendido, a partir de 2005, pelos zapatistas).

Com base na análise destes órgãos foi possível obter uma contextualização da atual crise em Chiapas, que envolve, entre outros fatores, uma crise humanitária causada por deslocamentos forçados pela atuação de grupos paramilitares. Situações que podem ser identificadas e analisadas através dos boletins e informes lançados no site da Frayba, por exemplo. Contudo, por não se tratar do recorte proposto na presente pesquisa, é viável apenas comentar este cenário que certamente poderá ser mais bem explorado por outras investigações dentro da História do Tempo Presente e áreas correlatas.

Uma das estudiosas dessa área é a socióloga Diana Itzu, que demonstrou, em debate e entrevistas, como o EZLN, primeiramente, levantou armas como uma resposta à longa política de morte imposta pelo governo aos povos indígenas de Chiapas; e, posteriormente, passou a assumir uma práxis de lutar pela garantia da vida acima da morte.

O que explicaria o cessar fogo por parte do movimento desde o momento inicial de atuação, na década de 1990¹⁰.

Ainda assim, o tema da guerra civil em Chiapas e suas ramificações, tais como a atuação do paramilitarismo no México, não pode ser ignorado na presente discussão. No documentário “Um lugar chamado Chiapas” da cineasta Nettie Wild é apresentada uma visita ao caracol zapatista *La Realidad*, no início da atuação do EZLN. Ali, dentre outros elementos, destacam-se o registro da realização do *Encuentro Intercontinental contra el Neoliberalismo y por la Humanidad (1996)* e a tentativa de abordar as tensões entre os grupos paramilitares e os camponeses - indígenas que não aderiram, àquele momento, ao EZLN.

Nesse contexto, a presença dos paramilitares aparece alinhada à defesa dos interesses dos fazendeiros em ações de grupos como “*Paz y Justicia*”. Há, no longa-metragem, uma cena instigante de uma família de proprietários de terras que tiveram uma área retomada pelos zapatistas, na fala de um dos membros da família é dito não ser possível conversar/negociar com quem “não tem rosto”. Para ele, os zapatistas são uma farsa. A cineasta evita tomar uma posição explícita no documentário, e procura mostrar as dificuldades e inseguranças dos camponeses refugiados que não eram integrantes do EZLN.

Entretanto, o saldo final da produção parece ser a de uma suposta neutralidade que, se acessada pela cultura hegemônica do sistema econômico criticado pelo EZLN (e por este trabalho), pode servir como mais um dos argumentos da mídia, considerada oficial, sobre o caráter meramente violento/guerrilheiro dos zapatistas naquele momento. O que ignora uma série de complexidades que serão aqui discutidas.

Exemplo disso pode ser vislumbrado em como o *El País* - veículo jornalístico espanhol - apresentou o evento no qual participou a cineasta citada acima. Em matéria de 1996, o jornal assim descreveu os objetivos do encontro internacional:

La mayoría, que se sepa, ha llegado del planeta Tierra: 42 países, fundamentalmente Estados Unidos, Francia, "País Vasco y España", como no se cansan de destacar los organizadores. Todos buscan el mundo nuevo que proclama Marcos, que por cierto, no acudió al acto, pero sí ha supervisado los preparativos. Todos representan a alguna organización, tienen invitación y han pagado religiosamente los 100 dólares de cuota (unas

¹⁰ O encontro com o trabalho de Diana Itzu e sua atuação como militante aderente da Sexta Declaração da Selva Lacandona ocorreu através de uma palestra online intitulada *Conversatorio – Experiencia Zapatista (EZLN) Mandar Obedeciendo*. A conversa foi mediada por militantes argentinos, no dia 08/07/2024, e faz parte de uma série de encontros realizados por um grupo político chamado *Micro Políticas del Vivir*, presentes no canal de Youtube: <https://www.youtube.com/@micropoliticadecolonial>. Acesso em: 27, fev. 2025.

12.500 pesetas). *Una cosa es la retórica anti-neoliberal y otra olvidar el valor de las divisas* (Rico, 1996).

Nesta breve reflexão se percebe uma ignorância, muito provavelmente proposital, acerca das proposições iniciais do Exército Zapatista de Libertação Nacional, que, veremos nos próximos tópicos, seguem sustentadas tanto nos *Documentos y Comunicados* quanto na *Escuelita Zapatista*. O que o *El País* parece não reconhecer, e que trabalhos como o de Wild podem indiretamente endossar, é que as demandas zapatistas não estão no campo de um essencialismo que busca voltar a um estágio anterior ao capitalismo.

No trabalho com as fontes aqui apresentadas houve uma clara identificação da visão zapatista de que a modernidade existe e que os povos indígenas da região chiapaneca estão invariavelmente inseridos nela. Lembrando a reflexão de que a colonialidade é “o lado mais escuro da modernidade” (Mignolo, 2017) ao mesmo tempo em que produz os germes de sua própria possível superação, tal como o capitalismo.

Em 1989, Francis Fukuyama, cientista político norte-americano, lançou um artigo intitulado “*The End of History?*” o qual foi expandido posteriormente na obra “O Fim da História e O Último Homem”. Em linhas gerais, Fukuyama defende o liberalismo econômico como uma saída histórica para um mundo pós-segunda guerra mundial (Michilhangga, 2022). Pontuo o artigo sem ignorar as renovações realizadas posteriormente por Fukuyama a este pensamento em defesa do liberalismo, o que pode ser encontrado com maior densidade no texto de Samuel Michilhagga para a Revista Jacobin.

A indagação de Fukuyama foi problematizada na fala do historiador Josep Fontana, em palestra realizada em São Paulo, por ocasião da Anpuh regional, na década de 1990 (Fontana, 1998). Para ele, declarar o fim da história alinha-se com a localização do modo de produção econômico capitalista como único possível, além de ser evidente, àquele momento, a insustentabilidade do desenvolvimento econômico pregado pela política norte-americana desde meados da década de 1950 como receita mundial (Fontana, 1998, p. 35).

Argumento que se fortalece pela existência de Movimentos Sociais autônomos como o estudado aqui: o EZLN parece atuar duplamente na desconstrução do capitalismo em sua forma neoliberal. Primeiro, colocando-se fora da lógica do Estado Nação capitalista, onde os povos indígenas costumam ser inseridos em uma posição de “estrangeiros na própria terra” (Brighenti, 2010). Segundo, utilizando a História como uma de suas maiores armas, não somente na escolha da memória zapatista - a ala mais radical,

e de protagonismo indígena - camponês, da Revolução Mexicana de 1910 - mas nas próprias palavras presentes nas fontes estudadas nesta investigação.

Impossível ignorar, ademais, o fato de que o EZLN surge justamente quando o neoliberalismo foi adotado como uma receita para a maioria dos países da América Latina. Pode-se citar o caso do Brasil, por exemplo, com os governos do presidente Fernando Collor de Mello e, posteriormente, e com maior ênfase, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Momento histórico marcado pela intensificação de retiradas dos direitos básicos, privatizações de estatais e defesa do discurso de um Estado que não interfere na economia.

Pensando nesse aspecto marcante do contexto histórico da América Latina no início dos anos de 1990, a experiência zapatista se apresenta como insurgente e inovadora no que diz respeito às críticas realizadas ao neoliberalismo que parecia ser o único caminho político/econômico para a região.

Nessa conjuntura, uma camada da sociedade mexicana quase esquecida - melhor seria: ignorada - pelo governo mexicano, e largamente tratada como “um problema indígena” (Navarrete, 2004) utiliza a história e a memória como ferramentas de suas críticas e reivindicações, em um momento em que a História parecia ter vivenciado o seu “fim”. Diante de todo este cenário social, instigou-me grandemente pensar tal fenômeno e discutir suas características, avanços e possíveis contradições/limitações.

Usos do passado no tempo presente que se mostram, por exemplo, na fala de uma das mulheres zapatistas. Anahí, integrante, entre 2013 e 2014 (que foram os anos em que se realizaram as três sessões da *Escuelita Zapatista*) da *Junta de Buen Gobierno*, que ensina, em um tópico sobre a *Resistencia Ideologica*, sobre o modo de vida zapatista em construção:

¿Cómo resistimos todos esos males de la ideología del gobierno en nuestro caracol? Nuestra arma principal es la educación autónoma. En nuestro caracol a los promotores se les enseñan historias verdaderas relacionadas con el pueblo para que sean transmitidas a los niños y a las niñas, dando a conocer también nuestras demandas (Escuelita Zapatista, 2013, p. 13).

Aqui surge uma contraposição instigante para esta pesquisa: há, na construção das autonomias pelos zapatistas, uma identificação daquilo que seria a história verdadeira, isto é, a história que considera o impacto do colonialismo e a resistência ao mesmo por parte dos povos indígenas, e a outra história. Esta que chamamos História, com h maiúsculo e sempre no singular.

Ao observarmos o liberalismo e o neoliberalismo como receitas fracassadas (no âmbito social) no Sul Global, cabe refletir, portanto, sobre as visões contrapropostas à atual fase do capitalismo. Em um breve diálogo com Bartolomeu Melià relembramos a busca dos povos Guaranis por uma terra sem mal. A cosmologia desses grupos de povos indígenas, que estão localizados em suas subdivisões linguísticas Ava, Mbyá, Kaiowá e Ñadeva, pode ser uma premissa para pensar o modo de vida que tem sido construído pelos zapatistas na região de Chiapas.

Isso porque, para falarmos sobre o EZLN é preciso compreender as cosmologias presentes nos povos indígenas que compõem tal movimento. Para tanto, ao longo do capítulo 1, serão abordados os principais elementos da visão de mundo dos povos localizados sob a identidade de raiz comum Maia. Encontrou-se muito sobre esta cosmovisão na obra do Popol Vuh¹¹.

Diante de um Estado Nação mexicano de proporções gigantescas, mulheres e homens indígenas-camponeses têm construído e mantido regiões autônomas que estão organizadas em especificidades sobre as quais esta pesquisa busca refletir. Dentro da dimensão social da linguagem, e compreendendo-a como uma área inerente à materialidade (Williams, 1980) a dissertação está organizada em três capítulos com seus respectivos subtópicos.

No primeiro capítulo, realizou-se um breve mapeamento do Movimento Indígena na América Latina e como o mesmo se insere no México, passando por outros temas tais como o protagonismo indígena na região de Chiapas; as especificidades do movimento indígena mexicano; as articulações indígenas em Chiapas e um olhar que ultrapasse as lideranças, tentando refletir sobre a complexidade presente nas bases de apoio e as tensões locais (com destaque para movimentos igualmente indígenas como as *Las Abejas*).

Ainda dentro do capítulo um, procurou-se evidenciar as marcas do colonialismo e do neoliberalismo no que diz respeito ao genocídio e ecocídio na América Latina, o que nos levou ao encontro da memória histórica da Revolução Mexicana como uma das pistas sobre a identidade camponesa - indígena, no México.

¹¹ Livro produzido no século XVI, cujo significado do título quer dizer “Livro do Povo”, e que retoma a cosmologia dos povos indígenas que habitavam a região sul do México e grande parte da América Central, sobretudo onde hoje está localizada a Guatemala. Nessa obra, os mitos de criação do mundo de acordo com a cultura (considerada parte do mundo Maia) são contados.

No capítulo dois, a pesquisa se debruça sobre a linguagem como ferramenta social zapatista, lançando um olhar mais aguçado sobre os prefácios como discursos na produção da memória sobre o EZLN. Além disso, é feita uma análise acerca da relação do EZLN com a sociedade civil entendendo essa dinâmica como uma estratégia particular do movimento. Nesta perspectiva, o campo da memória surge novamente para responder às indagações referentes ao que se denominou como “memória em construção”; costurando a hipótese de que existe, com a prática zapatista, uma renovação da ideia de arquivo através do uso da internet como extensão do território autônomo do EZLN.

Ainda neste capítulo, interessa pensar o abismo que pode ser identificado na abordagem da imprensa hegemônica em relação ao EZLN, sobretudo no momento inicial de sua atuação (entre 1994 e 2001). Exemplo disso pode ser vislumbrado em um exercício de comparação entre as falas zapatistas, documentadas em seus comunicados - que seguem sendo produzidos - e a linguagem presente nas matérias de veículos ao redor do mundo.

Vejamos como a Folha de São Paulo referiu-se ao EZLN na ocasião da eleição do primeiro presidente mexicano de fora do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que, à época de 2000, governava o México há pelo menos setenta anos:

O presidente eleito do México, Vicente Fox, iniciou o envio de mensagens aos guerrilheiros do EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional), grupo guerrilheiro que conta com o apoio dos indígenas do Estado de Chiapas, região mais pobre do país (Folha de S.Paulo, 2000).

Convém para a presente análise destacar tais discursos a fim de contrapô-los às vozes indígenas do *Comitê Clandestino Revolucionario Indígena Comandancia General Del Ejército de Liberación Nacional Zapatista*, que assina a maioria dos comunicados presentes nos volumes das fontes aqui analisadas. Fator que se intensifica quando pensamos outros fenômenos cruciais para a trajetória do EZLN no decorrer da temporalidade aqui reivindicada; exemplo disso está presente em um instrumento que surge junto ao processo de consolidação das autonomias zapatistas, alimentando-se do mesmo e sustentando sua existência. Falo sobre a criação, em 1996, do *Congreso Nacional Indígena (CNI)*¹², um espaço que se coloca como integrador das demandas dos povos indígenas sob a insígnia “nunca mais um México sem nós”, e que comprova a identidade indígena indissociável do movimento do EZLN. Uma vez que o próprio CNI nasce no calor das reivindicações zapatistas.

¹² Em português: Congresso Nacional Indígena.

Ao chegarmos no terceiro capítulo da dissertação serão encontrados diálogos com as categorias de terra, território e territorialidade como faces dinâmicas e contrapostas à imposição de um Estado Nacional capitalista. É objetivo desta seção pensar - sob a luz das próprias fontes e leituras nos campos da geografia e antropologia - as relações entre História e Espaço no redesenho territorial proposto pela autonomia zapatista e, com um breve comentário sobre a característica regional presente na fronteira Sul - Sul (México - Guatemala).

1 - CAPÍTULO 1: PANORAMA HISTÓRICO DO MOVIMENTO INDÍGENA NO CONTEXTO MEXICANO

A antropologia é uma área marcada pela existência de um tópico de estudo muito relevante para o capítulo que se inicia: o indigenismo. Campo investigativo que une diversos países desta região do Sul Global, com todas as especificidades contidas nas diversidades de povos indígenas deste espaço geográfico. Pode-se localizar o início do indigenismo em meados do fim do século XIX, quando intelectuais passaram a pensar sobre o papel dos indígenas nos Estados-nação em formação.

Nesse contexto, o indigenismo teria sido um campo que parecia querer falar e atribuir funções a uma figura homogeneizada de indígena. O que gerou, dentre outras heranças, ações integracionistas ou incorporadoras dos povos indígenas às Nações em construção. No caso mexicano, o processo indigenista caminhou ao lado da concretização da institucionalização da Revolução Mexicana. Quando, após a vitória de uma ala mais progressista deste processo histórico, que deu origem ao Partido Revolucionário Institucional (PRI), um intenso processo de implementação do projeto nacionalista foi implantado no país.

Tal institucionalização da Revolução Mexicana só pode ser compreendida através de uma análise do processo revolucionário desta marcante ruptura política vivenciada pela sociedade mexicana, no início do século XX, em relação ao regime ditatorial de Porfírio Díaz. Nesse contexto de intensos conflitos e ramificações buscou-se repensar o México sob a influência dos ideais de soberania nacional, justiça social e democracia. Entre 1910 e 1920 – embora tal recorte sofra alterações dentro da História dos movimentos sociais na América Latina – camadas políticas, com o protagonismo inegável da população indígena-camponesa, conseguiram depor o Porfiriato¹³ e instaurar um regime constitucional que passou por diversas fases até que a Constituição de 1917 fosse aprovada.

Dentre as consequências da Revolução, no âmbito da política institucional, pós-deposição da ditadura, está a criação de um partido que se forjou, conforme citado

¹³ Termo atribuído ao regime ditatorial de Porfírio Díaz, o general que governou o México entre os anos 1884 e 1911 com base em um projeto de desenvolvimento industrial e subjugação à influência imperialista norte-americana, com a facilitação do acesso ao petróleo e construção de ferrovias, por exemplo. Além disso, é característica essencial de tal regime o ataque aos direitos dos povos indígenas, uma vez que, durante este período, a concentração fundiária nas elites mexicanas intensificou-se através das demandas de exploração industrial.

acima, no ideal da perpetuação das demandas revolucionárias: de Partido Nacional Revolucionário até Partido da Revolução Mexicana, siglas que faziam referência direta ao processo revolucionário, em 1946, o partido considerado herdeiro da Revolução Mexicana passa a ser chamado de Partido Revolucionário Institucional (PRI). O que apresenta um distanciamento da memória revolucionária para uma preocupação com a política nacional e seus desdobramentos, na sigla.

Ao contrário da política que localizamos aqui como “institucional”, os movimentos sociais, no contexto deste trabalho, formado pelo EZLN e bases de apoios, continuaram mantendo vivas as memórias relacionadas às transformações sociais pelas quais os sujeitos históricos indígenas e camponeses, cujas figuras mais emblemáticas foram imortalizadas em Emiliano Zapata e Pancho Villa, lutaram.

O debate acerca das especificidades da Revolução Mexicana de 1910 e de seus projetos políticos não são objetos desta dissertação, por isso, citamos, ainda de maneira breve, o fato de que foi a partir deste complexo processo (vinculado aos processos liberais do século XIX: este que marcou a Independência do México e demais países da América Latina) que a reforma agrária, o uso comunitário da terra, a unificação das demandas indígenas e camponesas e a estratégia da organização armada das mesmas (que possibilitou a autogestão liderada por Zapata, em Morelos, durante parte do período revolucionário) colocaram-se como realidades possíveis dentro de um Estado nação mexicano marcado por um intenso interesse colonialista-imperial.

O indigenismo, portanto, é mais uma das consequências deste mundo que repensa as realidades locais sob a luz da soberania e da democracia. Nesse sentido, o México passou a vivenciar iniciativas que olhavam para as comunidades originárias como camadas que precisariam ser integradas ao povo mexicano. Federico Navarrete (2004) aponta esse contexto específico mexicano como um processo em que o indigenismo privilegiou integrar os povos indígenas a uma camada social dita mestiça, que seria, em si, a própria população mexicana. Nas palavras do antropólogo:

La historia oficial nos cuenta que la sociedad mexicana experimentó un exitoso proceso de mestizaje en los siglos XIX y XX en el que la mayoría de los indígenas y grupos europeos fueron convencidos de abandonar su caduca identidad y su atrasada cultura para adoptar la moderna identidad mestiza. Así fue como México, a diferencia de las demás naciones americanas, ni exterminó, ni discriminó, ni segregó a sus grupos indígenas, sino que los integró de manera voluntaria y pacífica a la cultura nacional (Navarrete, 2004, p. 11).

Partindo desta noção do processo de mestiçagem desenvolvido no México, chega-se a compreender fenômenos mais complexos: a exemplo da forma com que opera o racismo dentro desse país. Seguindo Navarrette, há duas formas de se identificar o racismo ali. Uma, de mestiços da elite em relação aos mestiços pobres e de tom de pele mais escuro, e outra, da camada mestiça da sociedade mexicana em relação aos povos indígenas que teriam se recusado a integrar-se ao povo mexicano (Nação) e à modernidade (Navarrette, 2004, p. 15 - 16).

O tópico da mestiçagem passa por um aprofundamento de sua complexidade quando identificamos, nos primeiros comunicados do EZLN, uma leitura étnico-racial que ainda esbarra no que assumo a liberdade de nomear como “mito do México mestiço”. Vejamos um comunicado de outubro de 1994, no contexto das comemorações do 502º aniversário do “Descobrimento da América”:

Nuestro andar armado de esperanza no es contra el mestizo; es contra la raza del dinero. No es contra un color de piel sino contra el color del dinero. No es contra una lengua extranjera, sino contra el lenguaje del dinero. Por eso nuestro ejército es de Liberación Nacional. Por los indígenas luchamos. Pero no solo por ellos, también por los campesinos sin tierra, por los obreros agrícolas, por los trabajadores de la ciudad, por las mujeres humilladas, por los ancianos olvidados, por los niños sin futuro, por los desempleados, por los maestros, por los estudiantes, por las amas de casa, por todos aquellos que tienen la pobreza por presente y la dignidad por futuro (EZLN, Documentos y Comunicados - Volumen I, 1994, p. 102).

O trecho anterior permite pensar sobre algumas questões relevantes que que indicam possíveis contradições presentes nos discursos iniciais do EZLN, contradições tais que serão compreendidas dentro da transformação constante pela qual o movimento passou ao longo do recorte temporal aqui utilizado. Em primeiro lugar, façamos uma breve contextualização do comunicado em questão: ele surge em uma seção do documento em que o comitê responsável pela comunicação com a sociedade civil explica o fato de seu porta-voz ser um dito “homem de pele clara” (o Subcomandante Marcos, um militante fundamental naqueles anos iniciais).

Para isso, o EZLN pontua o fato de que sua luta é contrária à “raça do dinheiro”, e não contra o “mestiço”. Achamos pertinente trazer essa evidência por ela demonstrar as nuances existentes na questão referente à mestiçagem, no México. Ao ponto de um movimento de base social indígena também trazer elementos dessa estrutura em suas colocações.

Coexistindo com a intensa tensão racial existente no México, oriunda de um racismo baseado na divisão México mestiço x “problema indígena”, encontramos outras experiências indígenas que permitem afirmar o fato de que a insurgência do Exército Zapatista de Libertação Nacional, e das diversas comunidades indígenas constituintes de suas bases de apoio, não é a única prática indígena autônoma que pode ser identificada no território mexicano.

Exemplo disso está ilustrado na trajetória do povo Yaqui. O qual está localizado na região norte do México¹⁴, uma fronteira política muito distinta da que é ocupada pelos zapatistas, ao sul. Este povo ilustra o histórico de resistência indígena frente ao Estado mexicano levando-nos de volta ao período pré-Revolução Mexicana. Momento em que o regime de Porfirio Díaz forçou a centralização do México em torno da construção de uma sociedade industrial, o que, como vimos, afetou diretamente os modos de vida dos povos indígenas, além de privá-los do uso tradicional das terras.

Imagem 2: Mulheres e homens Yaquis.



Fonte: Instituto Nacional de los Pueblos Indígenas (INPI)

¹⁴ Sobre os Yaquis, recomendo a leitura da seguinte reportagem. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-58715022>. Acesso em: 21, abr. 2024.

O historiador Carlos Alberto Sampaio Barbosa assinala esta imposição nacional modernizadora do Porfiriato como um dos estopins para a Revolução Mexicana, e destaca o histórico de resistência do povo Yaqui durante os séculos de colonização em seus territórios:

Um dos exemplos mais simbólicos dos setores tradicionais são os yaquis. Como estes não aceitavam pacificamente a perda de suas terras, estabeleceram uma estratégia de resistência. O governo de Díaz iniciou uma campanha de repressão e deportação dos yaquis para a península de Yucatán (estado no extremo sul do México), no início do século XX. Essa política de imigração forçada foi a fórmula encontrada para subjugar a resistência tenaz que essa nação opunha ao projeto porfirista de centralização e inserção das comunidades indígenas na estrutura de propriedade individual da terra (Barbosa, 2010, p. 45).

O intuito de mencionar tal povo como maneira de iniciar este capítulo é o de que possamos pensar a pluralidade das comunidades indígenas, no México, bem como os desafios e contextos sócio-históricos vivenciados por cada população indígena deste imenso território. Além disso, através do exemplo acima, a fronteira pode já ser vislumbrada como um marcador sociopolítico muito característico da história do México e da argumentação apresentada ao longo do capítulo três desta pesquisa.

Fronteira que, no espaço geográfico aqui trabalhado: o estado de Chiapas, região sul do México, está caracterizado por ser vizinho da Guatemala. O que trouxe para a investigação a necessidade de analisar, neste e nos capítulos seguintes, quais são as nuances histórico-sociais que formam esta região de intensa presença indígena. Interessamos pensar tais espaços fronteiriços indagando, por exemplo: sobre quais aspectos levam a essa maior presença de povos indígenas em tais lugares? Seria a distância da fronteira norte-americana um fator? E a distância da capital federal e política, outro possível fator? A marcante riqueza natural, presente em Chiapas, ajudar-nos-á a encontrar respostas para tais perguntas.

Para buscarmos dados sobre tais elementos, vejamos que a população indígena, segundo o *Instituto Nacional de Estadística y Geografía* (INEGI), possui cerca de 7,364,645 pessoas (com mais de três anos de idade) falantes de alguma língua indígena. Um dado que representa 6% dos 126.014.024 habitantes do território mexicano.

Aqui, percebe-se uma diferença muito marcante em relação ao censo mexicano se comparado ao censo brasileiro, no que diz respeito às categorias escolhidas para contabilizar as populações indígenas presentes em cada país. No México, observa-se que a categoria étnico-racial usada é a da língua indígena falada; ao passo que, no Brasil,

esta pesquisa se faz através da cor ou raça. Através, prioritariamente do uso da autodeclaração.

De acordo com as informações colocadas acima percebe-se que o INEGI, através do censo de 2020, identificou as línguas Náhuatl, Maya e Tseltal como as mais faladas em território mexicano. Sendo que, dessas línguas, o Maya e Tseltal são duas das mais faladas em Chiapas. O que caracteriza o estado como uma das regiões com maior concentração de populações indígenas do México, atualmente, endossado pela alta taxa de habitantes que falam línguas indígenas. E conforme atestado na tabela a seguir, na qual o estado de Chiapas está circulado em vermelho para uma melhor identificação do/a leitor/a:

Imagem 3: Porcentagem da população de 3 anos ou mais que fala uma língua indígena, México - 2020.



Fonte: INEGI.

Longe de seguir um caminho de pesquisa que privilegia os dados estatísticos às realidades sociais e políticas dos sujeitos históricos habitantes desta região, colocamos tais indicadores como uma maneira de iniciar um olhar mais amplo para o estado de Chiapas. O que, certamente, ajudará na compreensão que alcança esse local marcado, dentre outros elementos, pela atuação política de grupos indígenas-camponeses desde muito antes do surgimento do EZLN, no início da década de 1990.

Nesse sentido, propõe-se um afunilamento destes dados para pensar Chiapas estatisticamente (ainda seguindo o INEGI de 2020): de uma população com 5.543.828 pessoas, 1.387.295 - com cinco anos de idade ou mais - falam uma língua indígena. O mais interessante desses marcadores está no fato de que houve um aumento, de 1995 a 2020, do número de pessoas que falam uma língua indígena. O que atesta, muito provavelmente, um aumento da contagem das pessoas indígenas presentes neste Estado mexicano.

Outra interpretação possível de tais estatísticas consiste na identificação de um suposto maior protagonismo dos povos indígenas habitantes da região em questão. Uma vez que se presenciou, com a insurgência iniciada em 1994 - e passados os anos de transformações nas estratégias adotadas pelos zapatistas nas diversas áreas constitutivas de suas autonomias – um maior investimento nas áreas da educação e da saúde, por exemplo.

Fatores proporcionados pelas práticas zapatistas que nos levam a afirmar que a contagem se beneficiou da resistência autônoma construída pelo EZLN, pois a educação zapatista possui como premissa o ensino das histórias e culturas indígenas, cenário este em que a língua possui um caráter fundamental:

Nosotros vemos que es importante tener promotor de educación en cada comunidad porque nuestro futuro son ellos, que nos van a relevar, son nuestros sucesores, son ellos que van a dar la continuidad a nuestra lucha. Por eso en cada comunidad y a nivel zona no dejamos que quede tirada la educación porque nuestros promotores nos dan buena historia para nuestro futuro, ellos pueden compartir la lengua con nuestros niños, con nuestros hijos, para que los niños entiendan nuestra lucha y que siga después de nosotros, para que no sean engañados con los planes o con las mentiras del gobierno (Escuelita Zapatista, 2013, p. 16).

A fala acima, dita pela companheira Lizbeth (à época uma “*futura autoridade de la Junta de Buen Gobierno*”) demonstra como os zapatistas valorizam a educação comunitária e a preservação e ensino de suas línguas para manter a cultura tradicional viva e ser possível ensinar de acordo com as suas realidades como povos.

Imagem 4: tabela com o quantitativo do número de pessoas, com cinco anos de idade ou mais, que falam uma língua indígena no Estado de Chiapas. Com dados de 1995 a 2020.

Período	Número de personas
2020	1,387,295
2010	1,141,499
2005	957,255
2000	809,592
1995	768,720

Fonte: INEGI.

Após esta breve análise dos dados do INEGI e da caracterização do Estado de Chiapas como uma região de intensa presença de povos indígenas, trataremos de pensar o papel de tais sujeitos históricos na oposição aos grandes projetos nacionais mexicanos ligados à indústria do turismo, que, dentre outras ações, tem trabalhado para criar na região em questão um “Trem Maia”. Trata-se de um megaprojeto que, por não ser parte do enfoque desta pesquisa, mas estar diretamente ligado à discussão sobre o Bem Viver (que terá destaque nas sessões seguintes) cabe apenas ressaltar suas características principais e os possíveis impactos na região chiapaneca¹⁵.

O *Tren Maya* é um projeto que interliga os campos do turismo, da integração através da economia, do dito desenvolvimento sustentável, e do progresso contido neste discurso, para “tentar” sanar a dívida histórica dos governos mexicanos com a região sudeste-sul do país. Empreendimento governamental que atingirá, se obtiver sucesso, os estados de Yucatán, Quintana Roo, Campeche, Tabasco, Chiapas e as fronteiras com Guatemala e Belize (Martínez Romero *et al.*, 2023, p. 165). Espaço marcado por uma intensa desigualdade social tão denunciada pelas primeiras ações do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

A problemática presente neste megaprojeto vinculado ao governo de Andrés Manuel López Obrador, a partir de 2018, está justamente em sua dimensão de “desenvolvimento sustentável”. Que pode ser localizado como uma concepção que oculta

¹⁵ Este é o termo utilizado para referir-nos ao Estado de Chiapas, México.

a continuidade, ou, melhor: a intensificação da exploração presente no sistema-mundo capitalista. Discurso que pode ser problematizado através de Krenak (2019):

Enquanto isso, a humanidade vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a terra. Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes - a sub-humanidade. Porque tem uma humanidade, vamos dizer, bacana. E tem uma camada mais bruta, rústica, orgânica, uma sub-humanidade, uma gente que fica agarrada na terra. A organicidade dessa gente é uma coisa que incomoda, tanto que as corporações têm criado cada vez mais mecanismos para separar esses filhotes da terra de sua mãe. “Vamos separar esse negócio aí, gente e terra, essa bagunça. É melhor colocar um trator, um extrator na terra. Gente não, gente é uma confusão. E, principalmente, gente não está treinada para dominar esse recurso natural que é a terra.” Recurso natural para quem? Desenvolvimento sustentável para quê? O que é preciso sustentar? (Krenak, 2019, p. 21-22).

Além disso, esse progresso apresentado na forma de um desenvolvimento sustentável, isto é, este que extrai “recursos naturais”, mas busca mitigar tais ações com iniciativas que não superam o nível nocivo dos impactos ambientais causados; além de ignorar as “gentes agarradas à terra” e tender a perpetuação do ecocídio - muito presente na História do México, e da América Latina - pode ser questionado através de um olhar social cuidadoso para o contexto regional atingido pela construção do *Tren Maya* e suas políticas públicas acessórias:

En estas cinco entidades habita 32% de la población indígena del país (inegi, 2020), casi en su totalidad perteneciente al grupo maya, aunque con una gran diversidad étnica, pues a los mayas peninsulares se suman las distintas etnias mayas chiapanecas e incluso las guatemaltecas, que se asentaron en los estados fronterizos a raíz de la guerra que afectó el país vecino en los años ochenta y noventa. Por la centralidad que tienen los pueblos indígenas como sujeto colectivo en la sociedad regional, a pesar del histórico sesgo racista y discriminatorio que aún vigente, es de suma importancia priorizar las necesidades y visiones de futuro que este sector de la población tiene sobre sus territorios ancestrales. Si el discurso institucional y las políticas públicas vinculadas al megaproyecto pregonan “desarrollo y progreso” para la región, tendrían en primera instancia que acatar lo que mandata el art. 7 del Convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo, con valor constitucional en México, esto es: respetar el derecho de los pueblos indígenas a “decidir sus propias prioridades en lo que atañe al proceso de desarrollo, en la medida en que éste afecte a sus vidas, creencias, instituciones y bienestar espiritual y a las tierras que ocupan o utilizan de alguna manera, y de controlar, en la medida de lo posible, su propio desarrollo económico, social y cultural (oit, 1989, s. p.) (Martínez Romero et al., 2023, p. 18).

Um aspecto presente no megaprojeto *Tren Maya*, vislumbrado no excerto

anterior, demonstra como a resistência e as autonomias das populações indígenas e camponesas, no México, atravessam séculos de projetos que colocam tais comunidades à margem do que seria o desenvolvimento. Isso porque, na longa duração do colonialismo vigente na América Latina, os modos de vida dos povos indígenas têm sido identificados como alheios à modernização.

O que nos leva a uma pergunta essencial para o debate aqui colocado: como explicar essa marginalização das comunidades indígenas em um país em que ocorreram diversas revoltas e a primeira revolução social do século XX, na América Latina? O caminho para responder ao questionamento anterior parece estar presente na identificação do zapatismo e suas bases de apoio dentro de um continuum de mobilizações indígenas-camponesas constituintes da história mexicana.

1.1 - INDÍGENAS NO MÉXICO: TERRA E ANCESTRALIDADE

Antes de prosseguir no debate sobre o “desenvolvimento sustentável” imposto em Chiapas, coloca-se como fundamental a necessidade de contextualizar a categoria “indígenas-camponeses” muito utilizada ao longo do presente trabalho. Para isso, utiliza-se, principalmente, o trabalho de Silva (2020), no qual o historiador coloca o neozapatismo, termo utilizado por ele para se referir ao EZLN e bases de apoio, como “movimento índio-camponês”. Isso porque, no México, “essas populações camponesas majoritariamente são constituídas por indígenas” (Silva, 2020, p. 68).

Ademais, tomam-se emprestadas as palavras zapatistas contidas na *Sexta Declaración de La Selva Lacandona*, documento que marca um momento de balanço para o EZLN, no ano de 2005, quando a atuação zapatista chegava aos seus 12 anos de existência. Fonte que nos ajuda não apenas a compreender a existência e uso do termo “indígena-camponês” no contexto mexicano, mas também a mapear e avançar em outros tópicos que seguirão nas próximas linhas. Segundo a Declaração, o EZLN pode ser assim definido:

Nosotros somos los zapatistas del EZLN, aunque también nos dicen “neo zapatistas”. Bueno, pues nosotros los zapatistas del EZLN nos levantamos en armas en enero de 1994 porque vimos que ya está bueno de tantas maldades que hacen los poderosos, que sólo nos humillan, nos roban, nos encarcelan y nos matan, y nada que nadie dice ni hace nada. Por eso nosotros dijimos que “¡Ya Basta!”, o sea que ya no vamos a permitir que nos

hacen menos y nos traten peor que como animales. Y entonces, también dijimos que queremos la democracia, la libertad y la justicia para todos los mexicanos, aunque más bien nos concentramos en los pueblos indios. Porque resulta que nosotros del EZLN somos casi todos puros indígenas de acá de Chiapas, pero no queremos luchar sólo por su bien de nosotros o sólo por el bien de los indígenas de Chiapas, o sólo por los pueblos indios de México, sino que queremos luchar junto con todos los que son gente humilde y simple como nosotros y que tienen gran necesidad y que sufren la explotación y los robos de los ricos y sus malos gobiernos aquí en nuestro México y en otros países del mundo (Ejército Zapatista de Liberación Nacional, 2005).

Com base na leitura do trecho anterior, sustenta-se que o EZLN, desde os anos iniciais de atuação afirma constantemente sua identidade indígena (ainda que tal afirmação viesse a se aprofundar grandemente com os anos decorridos); bem como reafirma o compromisso com a luta pelos direitos de tais povos em relação à terra e à dignidade. Porém, há uma preocupação em demarcar que esta luta não está isolada do restante da “gente humilde e simples” do México.

Acresce-se a isso a caracterização fundamental do que seria o “mau governo”, isto é: o governo mexicano, que se coloca constantemente contrário às demandas indígenas quando assume, dentre outros projetos, aqueles ligados à questão do desenvolvimento sustentável. Parece claro que este tipo de iniciativa está alastrando a sua presença para a região onde nasceram as autonomias zapatistas e ameaça a existência dos territórios ancestrais de uma população mais do que significativa na região. As formas de vida autônomas e que colocam a terra como centro a existência dessa “sub-humanidade” (Krenak, 2019) teriam força contra este tipo de projeto?

Pensando na postura desta fase atual do capitalismo, a qual conhecemos como neoliberal (marcada por claras continuidades colonialistas) e que tem sido desmontada por larga bibliografia no campo das Ciências Humanas; cabe localizar os tipos de resistências possíveis a ela. Para tanto, vamos começar com uma reflexão que costumo retomar, de autoria de Canclini, em que o antropólogo discorre sobre um processo em que *“se produce la reconversión con que las clases populares adaptan sus saberes y hábitos tradicionales”* (Canclini, 1990, p. 223).

Nesse caso, o argumento seria o de que os indígenas se adaptaram às estratégias da modernidade e que fazem parte da realidade de diversas indústrias. Ao falar sobre uma cena de conversa entre pai e filho, habitantes de uma comunidade *oaxaqueña* (referente ao estado de Oaxaca, também marcado por intensa presença indígena, no México), é destacado o fato de que aqueles homens transitam entre três línguas: o

zapoteco, o espanhol e o inglês, ou “*tres sistemas culturales*” (Canclini, 1990, p. 224). Uma forma de se dizer que a tradição está viva e sendo mesclada à modernidade.

Diante desse diálogo, visto por Canclini, entre os artesãos indígenas, coloco a questão: qual seria a atitude mais urgente de sociedades como a mexicana, marcada por uma pluralidade étnica que traz demandas políticas e sociais seculares, em relação à modernidade? Entrar e sair dessa camada do sistema-mundo capitalista? Ou estabelecer alternativas diante do lado mais escuro da estrutura colonial que cerceia práticas tradicionais? (Mignolo, 2017).

1.2 - INDÍGENAS NO MÉXICO E A MODERNIDADE: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA QUÊ E PARA QUEM?

Ainda no campo da modernidade, cabe pensar sobre os usos de seus instrumentos pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional no que diz respeito à apropriação da internet como uma ferramenta de reivindicações e comunicação do movimento indígena. Apropriações orgânicas que são um contraponto ao projeto do desenvolvimento sustentável que, por seu impacto regional, poderia ter, facilmente, sua gravidade ignorada por outros movimentos sociais ao redor do mundo. Pistas sobre uma estratégia que foi identificada na prática zapatista, através da análise dos *Documentos y Comunicados*, e que possui grande base na linguagem e comunicação (o que discutiremos futuramente).

Diante de tantas problemáticas identificadas no discurso do desenvolvimento sustentável cabe avançar no debate das alternativas a este tipo de projeto. Uma vez que os valores presentes nas diversas culturas das comunidades indígenas habitantes do estado de Chiapas, são baseados na reciprocidade e complementaridade em relação à natureza e que, por isso mesmo, são vistos como entraves na medida em que governos como o de Andrés Manuel López Obrador elegeram amenizar dívidas seculares através de projetos “modernizadores” e ligados ao progresso (capitalista) discutido e criticado até aqui.

Nesse sentido, começa-se a mapear de modo mais contundente o cerne das proposições que seguirão ao longo desta pesquisa. Isso porque, parte do argumento está baseado na hipótese, apresentada nas linhas precedentes, que localiza a prática zapatista como uma das alternativas possíveis ao neoliberalismo. Para isso, considera-se

relevante falar sobre a concepção indígena do *Bem Viver* (*Buen Vivir*, *Sumak Kawsay*, *Suma Qamaña*). Segundo Lacerda e Feitosa, o Bem Viver é uma filosofia e prática de vida que tem suas origens nas etnias Quéchua e Aymara, nas quais as denominações nas línguas faladas por tais povos seriam, respectivamente, *Sumak Kawsay* e *Suma Qamaña*. A concepção de vida dentro de tais filosofias enxerga a natureza como sujeito, além de ter como base outros princípios tais como a complementaridade, reciprocidade e correspondência (Lacerda; Feitosa, 2015, p. 15 - 16) elementos fundamentais para a cultura andina e que inserem o Bem Viver em um campo oposto ao modo de vida capitalista.

Isto porque nas diversas experiências, filosofias, ou cosmovisões indígenas, não existe uma separação entre ser humano e natureza. Tal modo de operação, que é apresentado como único no mundo ocidentalizado, é herdeiro de uma longa história vinculada à acumulação primitiva do capital e a consequente sofisticação do modelo econômico capitalista.

Porém, esta não é a única maneira possível de existir e se relacionar com o meio ambiente e tem sido, inclusive, comprovada como insustentável. Basta lermos os relatórios sobre o clima, ou realizarmos um simples exercício de observação do cotidiano para atestar as desigualdades sociais e devastações climáticas trazidas por este “estilo de vida” (muito inspirado no norte-americano e totalmente vinculado ao que chamamos de imperialismo cultural). Para Lacerda e Feitosa este seria o mal viver, que ideólogos do neoliberalismo tentam vender como “bem-estar” (Lacerda; Feitosa, 2015, p. 10).

A partir da concepção do Bem Viver, somos apresentados ao projeto de convivência complementar com a natureza, diretamente ligado às culturas indígenas dos povos andinos (Bolívia e Peru), e que conversa com as especificidades e desafios oriundos da crise socioecológica em que os povos indígenas – e demais pessoas inseridas em grupos humanos marcados por fatores étnico-raciais e de gênero - vivem de maneira mais intensa, atualmente.

Dentre as diversas análises acerca do Bem Viver, que possibilitou, na região andina mencionada, a instituição da natureza como detentora de direitos e o Estado plurinacional¹⁶, destaca-se aquela que auxilia na compreensão da proposta indígena

¹⁶ Trata-se de uma modalidade político-jurídica que amplia a noção tradicional de Estado Nação: na medida em que o Estado Plurinacional reconhece a pluralidade de povos e culturas de determinado país, como ocorre nos já citados exemplos de Bolívia e Equador. Mais recentemente, o Chile tentou aprovar, em nova constituição, a Plurinacionalidade, que reconheceria a autonomia de mais de dez povos indígenas que ali habitam. Para mais informações sobre o Estado Plurinacional recomenda-se a seguinte leitura: <https://cimi.org.br/2021/01/a-plurinacionalidade-como-alternativa/>. Acesso em 14, jul de 2024.

presente no EZLN:

Se o desenvolvimento trata de “ocidentalizar” a vida no planeta, o Bem Viver resgata as diversidades, valoriza e respeita o “outro”. O Bem Viver emerge como parte de um processo que permitiu empreender e fortalecer a luta pela reivindicação dos povos e nacionalidades, em sintonia com as ações de resistência e construção de amplos segmentos de populações marginalizadas e periféricas. Em conclusão, o Bem Viver é eminentemente subversivo. Propõe saídas descolonizadoras em todos os âmbitos da vida humana. O Bem Viver não é um simples conceito. É uma vivência (Acosta, 2016, p. 82).

O trecho acima é instigante por localizar o caráter contra hegemônico, ou, antissistêmico (Lacerda; Feitosa, 2015, p. 19) do Bem Viver, além de identificar o desenvolvimento econômico como uma armadilha atual - conforme temos defendido até aqui. Isto porque o capitalismo, em sua fase neoliberal, perpetuou e segue perpetuando a ideia de um desenvolvimento que pode ser identificado em diversos discursos: há, para além do dito “desenvolvimento sustentável”, o “desenvolvimento humano”, por exemplo.

Receitas que são facilmente desmascaradas como medidas paliativas diante da crise climática e social que o sistema-mundo vivencia, no tempo presente. Nesse sentido, ainda que os países do Sul Global - uma categoria geopolítica que ultrapassa os limites da América Latina e se integra a outras regiões marcadas pelo colonialismo secular - estejam, há séculos, sendo mais fortemente atingidos pelos efeitos da exploração exacerbada dos “recursos naturais”, os efeitos das falsas alternativas que encontramos nos discursos de uma “Economia Verde” (Brand; Wissen, 2021) são mais dilacerantes em regiões como a América Latina, África e Ásia.

No México, tal problemática relacionada ao desenvolvimento sustentável tem se apresentado como projeto nacional. Como vimos anteriormente, esta dimensão está localizada na forma de iniciativas interligados à indústria turística. Entretanto, tal realidade é mais complexa quando chegamos à informação de que existem ações que partiram, ao longo dos primeiros anos da década 2000, sob a conivência de órgãos do governo federal. O que esbarra diretamente na construção e fortalecimento das autonomias construídas pelo ELZN e bases de apoio:

Un caso reciente de desplazamiento forzado sucedió en enero del 2009 en la Reserva de la Biosfera Montes Azules. Son ocho comunidades que están dentro del perímetro de ANP: Nuevo San Gregorio, Nuevo Salvador Allende, Nuevo San Pedro, 6 de Octubre, Ojo de Agua el Progreso, San Jacinto Lacanjá, Poblado la Laguna el Suspiro y Laguna San Pedro o San Pedro Guanil. El 21 de enero comenzó el sobrevuelo de helicópteros en el poblado de San Pedro Guanil donde descendieron al medio día más de 60 agentes

de la policía federal deteniendo a dos indígenas que más tarde fueron trasladados en helicóptero al municipio de Palenque. El día 22 hicieron acto de presencia instancias de gobierno como la Procuraduría General de Justicia del estado de Chiapas, la Comisión Nacional de Áreas Naturales Protegidas, Procuraduría General de la República, Procuraduría Federal de Protección al Ambiente, para “dialogar” con autoridades de Laguna el Suspiro, mientras que a la comunidad San Pedro de la Laguna, integrada por bases de apoyo zapatistas. Llegó un “grupo de choque” a incendiar directamente las casas mientras un tropa de aproximadamente 200 agentes de la policía federal detuvieron y trasladaron a 12 personas: niños, ancianos y mujeres. Hasta la fecha las familias no han podido regresar a sus tierras (Gutiérrez, 2011, p. 62 - 63).

No excerto anterior, fica evidente o interesse político-econômico presente na região chiapaneca; no momento citado por Gutiérrez, esta ação violenta que envolveu uma parceria governo-paramilitares, estava inserida no contexto das primeiras ações vinculadas ao *Plan Puebla Panamá* (explorado na Introdução). Diante da realidade sócio-histórica identificada no sudeste-sul mexicano, o Bem Viver se coloca como uma chave de inspiração que permite ampliar o olhar para possíveis alternativas aos falsos desenvolvimentos. Outros/as estudiosos/as estão investigando tais alternativas que vão desde o Bem Viver, até outras como Ubuntu e a Democracia Ecológica Radical¹⁷; Gutiérrez identifica a prática zapatista como a busca pela “vida digna” (Gutiérrez, 2015, p. 88).

Se o Bem Viver, portanto, pode ser identificado como uma alternativa radical ao modo de vida capitalista, outras experiências radicais podem ser vinculadas ao que vou chamar de tecido de experiências dos bons viveres. Uma vez que não se trata de buscar receitas prontas e que possam ser transpostas a outros povos e práticas, mas sim compreender as especificidades de cada experiência.

É nesta dimensão que se apresenta como igualmente radical a proposta de vida mantida nos últimos trinta e um anos pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional, no Estado de Chiapas - México. Como é possível atestar em um dos já rememorados documentos que acreditamos ser fundamental para a análise da experiência zapatista: a *Sexta Declaración de la Selva Lacandona*:

Y queremos decirle al mundo que lo queremos hacer grande, tan grande que quepan todos los mundos que resisten porque los quieren destruir los neoliberalistas y porque no se dejan así nomás sino que luchan por la humanidad.

Bueno, pues en México lo que queremos hacer es un acuerdo con personas y organizaciones mero de izquierda, porque pensamos que es en la izquierda política donde mero está la idea de resistirse contra la

¹⁷ Para o conhecimento de mais alternativas, veja: a obra **Pluriverso**: dicionário do pós-desenvolvimento.

globalización neoliberal, y de hacer un país donde haya, para todos, justicia, democracia y libertad. No como ahorita que sólo hay justicia para los ricos, sólo hay libertad para sus grandes negocios y sólo hay democracia para pintar las bardas con propaganda electoral. Y porque nosotros pensamos que sólo de la izquierda puede salir un plan de lucha para que nuestra Patria, que es México, no se muere (EZLN, Sexta Declaración de la Selva Lacandona, 2005).

Neste documento, a proposição radical de construção de uma nova forma de organização/vida pelos zapatistas se apresenta de maneira precisa. Diria, inclusive: didática. Percebe-se que a crítica central tecida pelo EZLN, desde os primeiros comunicados, permanece presente. O neoliberalismo é colocado como uma ameaça à vida/"humanidade" e, diante desse sistema político, econômico e social, os zapatistas impõem suas palavras como projeto.

E continuam:

El EZLN refrenda su compromiso de defender, apoyar y obedecer a las comunidades indígenas zapatistas que lo forman y son su mando supremo, y, sin interferir en sus procesos democráticos internos y en la medida de sus posibilidades, contribuir al fortalecimiento de su autonomía, buen gobierno y mejora de sus condiciones de vida. O sea que lo que vamos a hacer en México y el mundo, lo vamos a hacer sin armas, con un movimiento civil y pacífico, y sin descuidar ni dejar de apoyar a nuestras comunidades (EZLN, Sexta Declaración de la Selva Lacandona, 2005).

Sustenta-se, até aqui, que o modo de vida zapatista pode ser aproximado ao argumento endossado em Acosta quando o autor nos diz que: "Existem noções similares entre outros povos indígenas, como os mapuches do Chile, os kunas do Panamá, os shuar e os achuar da Amazônia equatoriana, e nas tradições maias da Guatemala e de Chiapas, no México" (Acosta, 2016, p. 75). Não por coincidência, ainda seguindo a declaração anterior, o EZLN dispõe-se a dialogar e pensar caminhos junto a outros povos latino-americanos:

Y queremos decirle al pueblo de Cuba, que ya lleva muchos años resistiendo en su camino, que no está solo y que no estamos de acuerdo con el bloqueo que les hacen y que vamos a ver el modo de mandarles algo, aunque sea maíz, para su resistencia. Y queremos decirle al pueblo norteamericano, que nosotros no revolvemos y sabemos que una cosa son los malos gobiernos que tienen y que pasan a perjudicar a todo el mundo, y otra muy diferente los norteamericanos que luchan en su país y se solidarizan con las luchas de otros pueblos. Y queremos decirle a los hermanos y hermanas Mapuche, en Chile, que vemos y aprendemos de sus luchas. Y a los venezolanos que bien que miramos cómo defienden su soberanía o sea el derecho de su Nación a decidir para dónde va. Y a los hermanos y hermanas indígenas del Ecuador y Bolivia les decimos que nos están dando una buena lección de historia a toda Latinoamérica porque ahora sí que le están poniendo un alto

a la globalización neoliberal. Y a los piqueteros y a los jóvenes de Argentina les queremos decir eso, que los queremos. Y a los que en Uruguay se quieren un mejor país que los admiramos. Y a los que están sin tierra en Brasil que los respetamos. Y a todos los jóvenes de Latinoamérica que está bueno lo que están haciendo y que nos da una gran esperanza (Ejército Zapatista de Liberación Nacional, 2005).

A aproximação da prática zapatista com valores constitutivos do Bem Viver é instigante porque demonstra como outros modos de vida estão ocupando espaços políticos diante do sistema-mundo capitalista em sua fase neoliberal. Se, no Equador, o Bem Viver alcançou uma dimensão constitucional, através da aprovação da Constituição de Montecristi, em 2008¹⁸. No México, a partir de 1994, as autonomias de diversas etnias indígenas - *choles, tzeltales, tzotziles, tojolabales* - integrantes do EZLN questionou, e segue questionando, o Estado Nação Moderno. O que evidencia o fato de que os movimentos indígenas podem ser considerados exemplos evidentes de que as demandas indígenas não têm sido acatadas pelos Estados latino-americanos, sejam eles de governos das ditas esquerda ou direita políticas (Silva, 2020, p. 50).

Mas o que seria, afinal, um Estado-nação? Na história das independências da América Latina identificamos uma série de projetos que foram disputados ao longo do século XIX. Alguns deles, visando, inclusive, uma integração econômica e política, como foi o plano de Simón Bolívar, eternizado na ideia de criação de uma *Gran Colombia*. Contudo, o projeto vencedor, e que vigora até os dias atuais, está presente no de um Estado Nação único, homogeneizado, de herança europeia e liberal, que busca interesses políticos de grupos restritos.

Nesse panorama, o México tem sido um Estado-nação que, não muito diferentemente do Brasil, incorporou o sistema político e econômico capitalista. O qual, por razões já muito exploradas pela Teoria da Dependência, durante muito tempo relegou ao México o lugar de país subdesenvolvido ou em desenvolvimento. O tipo de desenvolvimento já temos claro de qual se trata: o capitalista, atualmente revestido de “sustentável”.

¹⁸ A Constituição de Montecristi é a carta magna aprovada no Equador, em 2008. No texto constitucional equatoriano há uma série de pluralismos reconhecidos, o que a insere dentro do contexto dos Estados Plurinacionais da América Latina bem como no panorama do Novo Constitucionalismo Latino – Americano. Chama a atenção, dentre outros elementos, a asseguaração da Pacha mama (Natureza) como um sujeito detentor de direitos políticos no Equador, bem como o reconhecimento do quéchua como um dos idiomas oficiais da nação.

Resta identificar, ainda, o tipo de projeto social adotado pelo México desde a Independência, concluída em 1821, até a eclosão das ações insurgentes do Exército Zapatista de Libertação Nacional, em 1994. Segundo o historiador e antropólogo mexicano Federico Navarrete, em entrevista ao programa “TV Chamuco” exibido pelo Canal 22¹⁹, o México é um dos países da América Latina que possui um racismo brutal. O que parece ser contraditório ao olharmos para o histórico de revoluções que tecem a história dos últimos duzentos anos deste país.

A própria independência de 1821, começou com a atuação de dois padres que estavam alinhados com as demandas indígenas e camponesas em relação ao acesso e garantia ao direito da terra pela “*gente humilde*”. Ao que se soma o projeto original e mais revolucionário da Revolução Mexicana de 1910, eclodida cerca de quase noventa anos após a independência e que ajuda a entender quais escolhas políticas foram feitas pelos governos republicanos até ali.

Tais aspectos nos levam a pensar sobre a trajetória dos povos indígenas na busca pela reapropriação da terra e do território. Para os zapatistas, tais dimensões se colocam desde a invasão colonizadora, - assim como para os *Quéchuas* e *Aymaras* (povos integrantes de uma imensa extensão geográfica e que, como é sabido historicamente, possuíam organizações sociais complexas) - entretanto, desde 1910 (com a Revolução Mexicana) a resistência indígena-camponesa se fez uma constante nacional que ocupa a memória e a prática de tais sujeitos sociais pela manutenção do direito ao uso coletivo de suas terras.

A experiência do EZLN, como uma forma de Bem Viver, e como um exemplo claro da centralidade do território para as comunidades indígenas, perpassa uma série de elementos que a modernidade tenta impor como únicos. A democracia é um deles, e tem tido suas fragilidades colocadas em evidência pela democracia popular – ou radical - praticada nos Municípios Autônomos Zapatistas bem como nos Caracóis espalhados em Chiapas (especificidades que serão mais aprofundadas no capítulo 3).

Nessa democracia, de fato participativa, se “manda obedecendo” e as funções ligadas às distintas áreas (política, educação e saúde) ocorrem de maneira horizontal e circular (Gutiérrez, 2015, p. 98 - 99). Ao perseguir um “mundo onde caibam outros mundos” o zapatismo tem sido agente de uma *racionalidade liberadora* que atua

¹⁹ “Canal 22 es una televisora pública que difunde e impulsa las mejores expresiones artísticas y culturales de México y el mundo, basada en el fomento de valores como la inclusión, la pluralidad y la visión crítica.”
Fonte: <https://corporativo.canal22.org.mx/>. Acesso em 10, fev de 2025.

dentro do seio dos Movimentos Sociais (Lomelí, 2014, p. 67). Além disso, os bons viveres apresentam a centralidade das práticas e saberes locais uma vez que:

Os modelos de cultura e conhecimento baseiam-se em processos históricos, linguísticos e culturais, que, apesar de que nunca estão isolados das histórias mais amplas, porém retêm certa especificidade de lugar. Muitos dos aspectos do mundo natural são colocados em lugares. Além do mais, muitos dos mecanismos e práticas em jogo nas construções de natureza – limites, clarificações, representações, apreensões cognitivas e relações espaciais – são significativamente específicas de lugar (Escobar, 2005, p. 74).

Escobar, no trecho acima, ajuda a pensar sobre a discussão acerca do lugar, ou território, para entender que a natureza não se desvincula do social e que o biológico não está apartado da cultura; já que forma parte desta última e a completa (Escobar, 2005, p. 74). O que, mais uma vez, denota a urgência de discutirmos práticas alternativas ao capitalismo como uma oportunidade de finalmente respeitarmos a natureza como sujeito histórico tanto quanto os seres humanos. A fim de podermos, sob a luz de tais práticas sociais, compreender que o desenvolvimento econômico e “sustentável” incide, necessariamente, no não-desenvolvimento; isto é: na perpetuação de desigualdades e mal viveres (Lacerda; Feitosa, 2015) no Sul Global.

1.3 - ATUAÇÃO INDÍGENA - CAMPONESA EM CHIAPAS E A INFLUÊNCIA DO CONGRESSO INDÍGENA DE 1974

Muito tem sido investigado sobre as guerras mundiais que eclodiram na Europa, no decorrer do século XX. Nos currículos de História do Ensino Básico este é um dos temas destacados, e alguns estudantes enxergam em tais processos históricos seus grandes temas de interesse. No entanto, fragmentos de uma grande guerra, na América Latina, parecem ser deliberadamente ignorados por esta já ultrapassada História de cunho eurocêntrico. Falo sobre guerras diversas cujos exemplos históricos, nesta região do Sul Global, datam, pelo menos, desde 1492.

Afinal, aqueles que se debruçam sobre as problemáticas existentes na Nossa América sabem que a invasão deste e outros espaços, pela Europa, não apenas fundamentou o desenvolvimento do próprio capitalismo como também possibilitou o surgimento e aperfeiçoamento de várias de suas bases. Sendo uma delas o racismo que

perpassa toda a luta pela afirmação das identidades étnicas pelos povos indígenas, a partir do momento em que tais agentes o pontuam como uma das bases da estrutura colonialista.

Na academia, podem existir opiniões e impressões de que esta temática está esgotada ou que pontuar a existência de um colonialismo que perdura pode ser óbvio ou tarefa por demais “panfletária”. Porém, se um dos corações da História consiste no trabalho com a Memória, sustento ser um compromisso inadiável este de contrapor a excessiva memória coletiva acerca das guerras europeias (ou de interesses e questões muito distantes da realidade latino-americana) à construção e firmamento de uma memória coletiva sobre as guerras que perpassam o mesmo tempo histórico demarcado pelo Breve Século XX. O que não significa ignorar os horrores oriundos do Nazifascismo, e tampouco suas influências identificadas na história recente da região latino-americana.

Se olharmos para o panorama de conflitos, revoltas, golpes, ditaduras, em resumo: estados de guerra civil que marcam os diversos países latino-americanos – e do Sul Global, no geral - veremos que o século XX talvez não tenha sido tão breve assim. Há que se pontuar, ainda, que este século sequer pode ser compreendido como uma medida cronológica aceitável. Aqui, peço licença histórico-poética para situar os absurdos de nossa realidade como nossas escritoras e escritores têm feito há muito tempo. A literatura, segundo o escritor colombiano García Márquez, precisa pedir muito pouco para nós, habitantes deste pedaço do mundo, já que nossa existência em si se assemelha ao enredo de uma ficção.

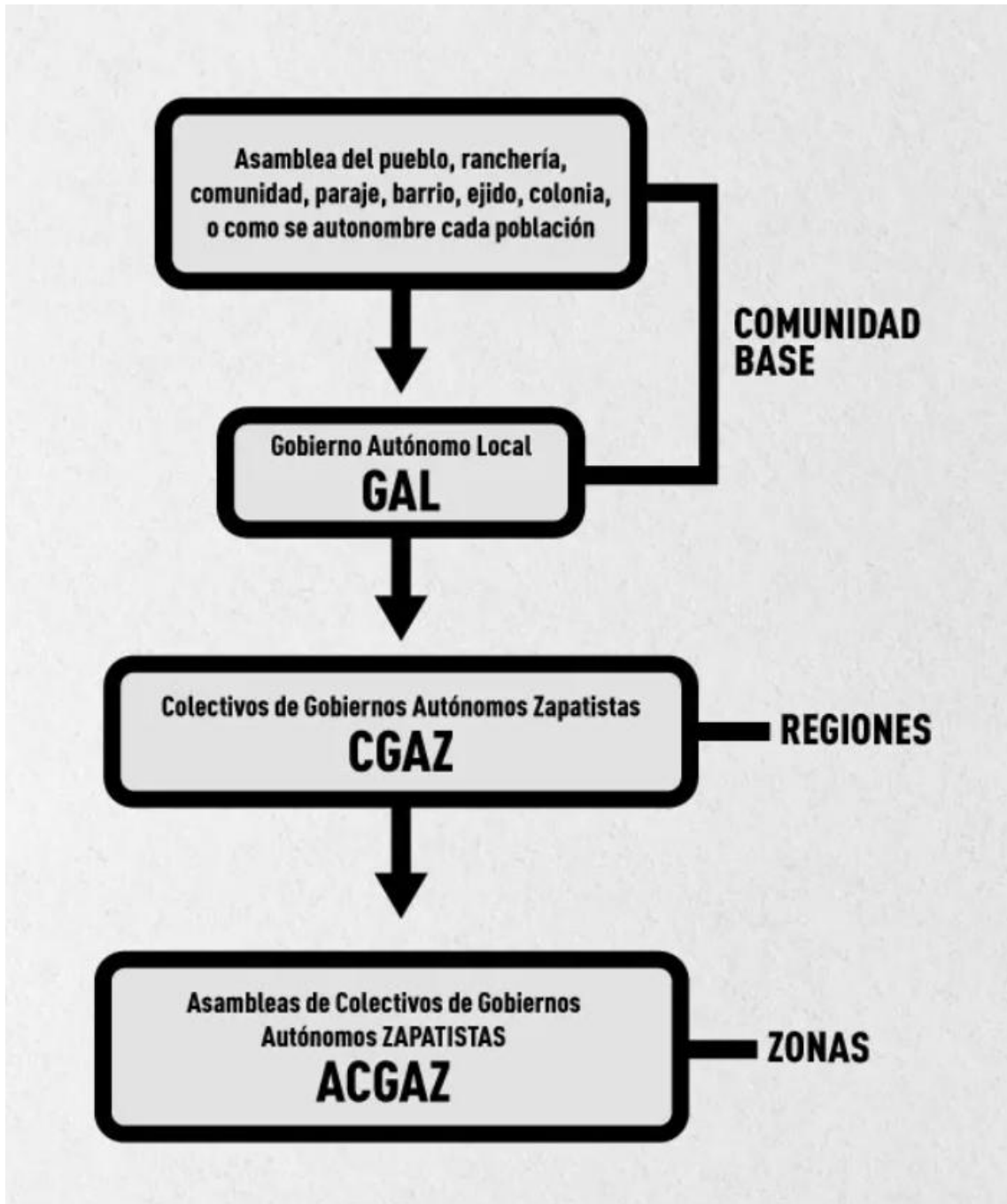
Mas, voltando ao campo da temática que elegemos como foco, a qual, no recorte espacial deste trabalho, está marcada pelas montanhas e selvas presentes na vegetação chiapaneca, cabe dizer que há muito para se destacar, no debate histórico, acerca do modo de vida construído, e em construção, identificado nos discursos zapatistas.

Dessa forma, os volumes aqui utilizados como material de trabalho historiográfico demonstram que a linguagem zapatista é uma prática viva repleta de movimentos circulares. Explico com um exemplo. Em janeiro de 2024, sob a luz das comemorações dos 30 anos de atuação do Exército Zapatista de Libertação Nacional, o atual porta-voz do grupo comunicou mudanças importantes na organização das autonomias zapatistas²⁰. Em resumo, o Subcomandante Insurgente Moisés anunciou - em documento disponibilizado no site oficial do EZLN - a dissolução dos *Municipios Autónomos Rebeldes*

²⁰Novena Parte: La Nueva Estructura de la Autonomía Zapatista. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2023/11/12/novena-parte-la-nueva-estructura-de-la-autonomia-zapatista/>. Acesso em 05, mar de 2024.

*Zapatistas e das Juntas de Buen Gobierno. O que abriu espaço para nova estruturação do EZLN, desta data em diante dispostos em *Gobierno Autónomo Local (GAL)* e *Colectivos de Gobiernos Autónomos Zapatistas (CGAZ)*.*

Imagem 5: Nova estrutura da Autonomia zapatista.



Fonte: Enlace Zapatista.

Porém, destacam-se outros aspectos presentes no comunicado. Dentre eles, elenca-se os seguintes trechos:

Quinto. – Se ha reorganizado la estructura y disposición del EZLN de modo de aumentar la defensa y seguridad de los poblados y de la madre tierra en caso de agresiones, ataques, epidemias, invasión de empresas depredadoras de la naturaleza, ocupaciones militares parciales o totales, catástrofes naturales y guerras nucleares. Nos hemos preparado para que sobrevivan nuestros pueblos, incluso aislados unos de otros.

Sexto. – Entendemos que tengan problemas para asimilar esto. Y que, durante un tiempo, van a batallar en entenderlo. A nosotros nos tomó 10 años pensarlo, y de esos 10 años, 3 en prepararlo para su práctica.

*También entendemos que les parezca que está revuelto su pensamiento. Por eso es necesario que se cambien su canal de entendimiento. **Sólo mirando muy lejos, hacia atrás y hacia adelante, se podrá entender el paso presente.***

Esperamos que comprendan que es una estructura nueva de autonomía, que apenas estamos aprendiendo y que tardará un poco en caminar bien (EZLN, 2023, grifos meus).

Para além do diagnóstico da crise socioecológica presente nas palavras acima, o trecho traz um elemento que percorre como um fio comum o tecido da linguagem zapatista: a utilização do tempo histórico para pensar a realidade, trazendo uma mistura de visão de mundo indígena, mais especificamente do que se convencionou condensar sob a identificação de *mayas* (tempo espiralar, circular, começo, meio, começo) e memória histórica capaz de identificar a colonialidade e os caminhos alternativos à continuidade da mesma.

Tendo em vista esta dimensão presente na prática zapatista, interessa-nos, como dito na Introdução, pensar os caminhos que levaram ao surgimento de uma iniciativa insurgente na região de Chiapas, México. Discussão que pôde ser encontrada em uma literatura ampla (que transita nas áreas da História, Geografia, Antropologia e Ciência Política) e que encontra, na realização de um evento que ocorreu em 1974, um dos termômetros para medir a alta temperatura da ação de grupos indígenas na região chiapaneca.

Trata-se do Congresso Indígena de 1974, um momento em que, de acordo com o volume I dos *Documentos y Comunicados*, revelou a consciência política dos camponeses sobre as ações políticas prejudiciais do passado²¹. Uma vez que, como pontuado por Antonio Garcia de Leon, Chiapas, ao longo dos séculos, tem sido marcado como um Estado onde projetos modernizadores ou herdeiros de uma prática progressista da Revolução Mexicana não foram capazes de romper com a organização política de

²¹ Documentos y Comunicados - Volumen I, 1994, p. 22.

caráter agropecuário e predatória em relação aos recursos naturais (imensos) disponíveis dentro do território em questão.

Este cenário de protagonismo político indígena foi intensificado por uma crise econômica enfrentada na região mais agrícola do Estado (Soconusco e Frailesca). O que trouxe a viabilidade de que:

En octubre de 1974 se llevó a cabo el Primer Congreso Indígena de Chiapas, originalmente promovido por la Diócesis de San Cristóbal y por el gobierno estatal, y luego desconocido por éste en virtud de la radicalidad de las demandas y denuncias allí externadas. La mayoría de los dirigentes de este Congreso serían asesinados en los años posteriores (Documentos y Comunicados - Volumen I, 1994 p. 22).

De fato, a realização deste evento histórico apresenta características que demonstram a existência de uma resistência política da população camponesa e indígena que precedem a existência do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), ao mesmo tempo que possibilita a compreensão do surgimento dele.

Para compreender melhor os caminhos que levaram à criação deste Congresso e quais foram as pautas e demandas ali discutidas e reivindicadas, trabalhamos, prioritariamente, com dois autores. Um deles brasileiro e o outro mexicano. Um deles historiador e o outro, além deste título, também antropólogo. Nas páginas dos estudos destes dois autores, encontramos explicações detalhadas que ajudam no mapeamento do movimento indígena mexicano ao longo do presente capítulo.

Andreo (2010) e García de León (2002), nos fornecem informações de grande relevância acerca do protagonismo indígena na região chiapaneca. Ao depararmos com a lembrança do Congresso Indígena de 1974, este que já possui algum destaque no volume I dos *Documentos y Comunicados*, fica evidente que este momento foi fundamental para demarcar um novo período na história política do movimento camponês - indígena, na região de Chiapas.

Contudo, observou-se que o encontro ainda carregava alguns indícios de um evento que procurava "garantir o protagonismo indígena" mediante a coordenação de intelectuais/religiosos. O que não apaga a semente que foi plantada ao longo da realização do Congresso, o qual, como destaca Andreo, contou com fases distintas. Dentre elas, uma fase pré-Congresso de 1974 e outra que diz respeito ao evento em questão. Sobre a fase de organização dos integrantes e da estrutura do Congresso, Andreo afirma que:

Em agosto de 1973, o bispo Samuel Ruiz García reuniu uma equipe formada por pessoas que já trabalhavam com as bases indígenas. De acordo com

Morales, os seis promotores diocesanos escolhidos pelo bispo para dirigir o processo que levaria à realização do Congresso Indígena criaram uma dinâmica de direção colegiada, onde o foco recaía na busca pela “entrega” às comunidades indígenas, com intuito de garantir seu protagonismo no Congresso. No entanto, esse grupo diretivo podia ser dividido em dois: o primeiro formado por jovens marcados por sua formação universitária: um marista e sociólogo assentado em San Cristóbal de las Casas, na zona tojolabal, um ex-marista e professor de pedagogia assentado na região de Ocosingo, na zona tzeltal e, por fim, o próprio Jesús Morales Bermúdez, assentado em Sabanilla, na zona Chol; o segundo grupo era formado por três religiosos com mais de quarenta anos: um jesuíta assentado em Bacharón, também na zona tzeltal e dois sacerdotes assentados na zona tzotzil, um em Chenalhó e outro em Chamula (Andreo, 2010, p. 114).

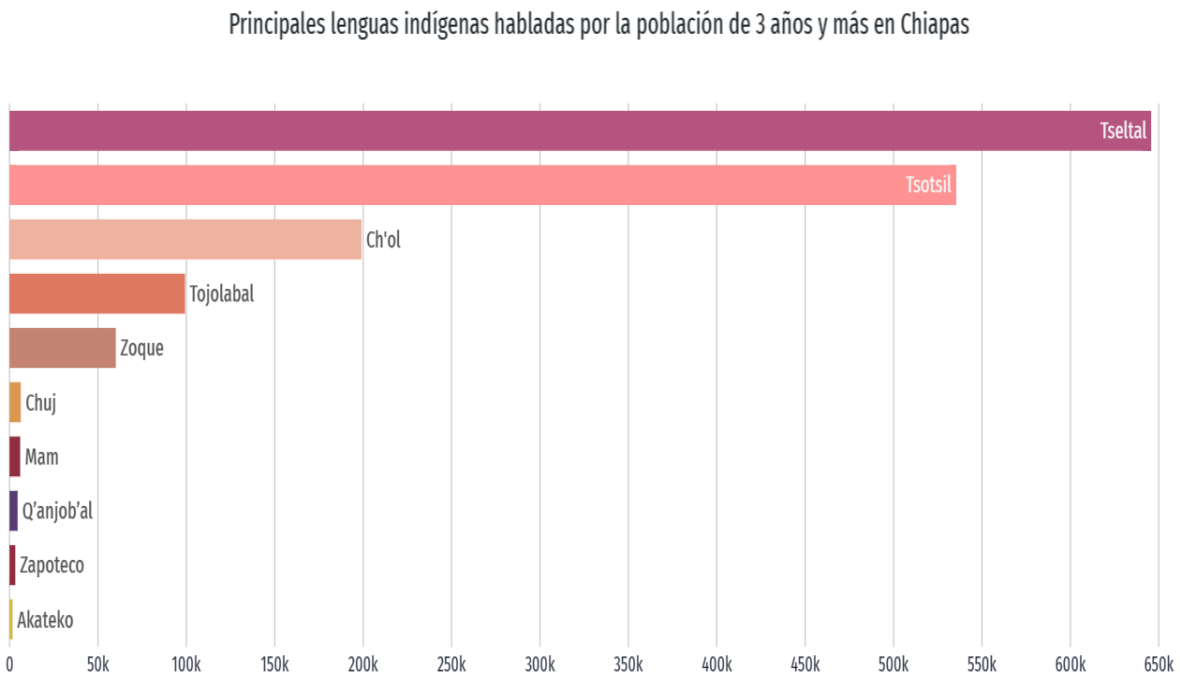
Aqui fica evidente a mencionada presença de mediações de terceiros para a concretização do Congresso de 1974, as funções destes sujeitos perpassam desde a carreira universitária até a atuação eclesial. Elementos que são aqui destacados para mapear as características do movimento indígena na década de 1970, e não para diminuir seu impacto. Seguindo os detalhes da organização do Congresso Indígena:

Em seguida iniciou-se, paulatinamente, a realização de reuniões regionais e intermunicipais, segundo o pertencimento a cada uma das quatro zonas lingüísticas. Estas reuniões, que alcançaram mais de mil comunidades, foram denominadas como subcongressos. Para sua realização visando “[...] abordar el indígena desde sus propias lenguas y no desde la lengua de la colonización [...]”, formou-se um grupo de tradutores indígenas que, posteriormente, também realizou as traduções durante o Congresso de 1974 (Andreo, 2010, p. 115).

Os trechos anteriores são instigantes para pensar o contexto local e regional - no que diz respeito à América Latina - que coincide com a realização do Congresso Indígena de 1974. A nível local, o encontro materializa em si mesmo a diversidade étnica presente no estado de Chiapas. Uma vez que, em tal região mexicana, há a presença de pelo menos quatro povos principais: *tojolabales*, *tzotziles*, *tzeltales* e *choles*. Conforme podemos observar no gráfico a seguir²²:

²² Dados retirados do DataMéxico, que, de acordo com o site, vinculado à Secretaria de Economía do México, “[...] permite la integración, visualización y análisis de datos públicos para fomentar la innovación, inclusión y diversificación de la economía mexicana”. Para saber mais sobre o site, acesse através do link: <https://www.economia.gob.mx/datamexico>. Acesso em 13, mai de 2024.

Imagem 6: Principais idiomas indígenas falados pela população com 3 anos ou mais em Chiapas, de acordo com o censo realizado no país, em 2020.



<localhost:3300/es/explore?profile=geo&tab=0>

Fonte: INEGI.

A nível regional, a movimentação de intelectuais, membros da Igreja Católica, militantes localizados no espectro da esquerda política (por vezes marxista, em suas correntes diversas) e comunidades indígenas chiapanecas pode ser identificada no contexto da Teologia da Libertação. Movimento que reuniu diversas figuras do catolicismo latino-americano, no decorrer do fim da década de 1960 e de 1970 em diante, as quais buscavam o questionamento das desigualdades diversas presentes na realidade dos países da América Latina.

A Teologia da Libertação está inserida em um momento de abertura da

Igreja Católica para as demandas das camadas mais pobres da população, aspecto materializado no Concílio Vaticano II (Noronha, 2012, p. 191). Além disso, o momento histórico do surgimento desta expansão às críticas sociais dentro do catolicismo toma uma proporção mais revolucionária quando inserimos outros marcos relevantes deste período, tais como a consolidação da Revolução Cubana, os diversos movimentos sociais que afloraram ao redor da América Latina (Movimento Estudantil de 1968, no México e as Ligas Camponesas, no Brasil) e as ditaduras que se alastraram na América do Sul como estratégia de retenção destes movimentos disruptivos (Noronha, 2012, p. 190).

Fica evidente a relação íntima existente entre a Teologia da Libertação, na América Latina, e a realização do Congresso Indígena de 1974, em Chiapas. Ademais, outra característica relevante para pensar o Congresso é o fato de que um dos integrantes deste movimento abordado nos parágrafos anteriores foi um de seus articuladores principais, mantendo seu compromisso com as causas indígenas - camponesas e uma profunda proximidade com o Exército Zapatista de Libertação Nacional. O teólogo da libertação em questão é o Bispo Samuel Ruiz Garcia, à época, bispo emérito de *San Cristóbal de las Casas*.

Assim como Ruiz Garcia, outros sujeitos católicos alinhados às reivindicações políticas do movimento indígena chiapaneco foram importantes para a realização do Congresso Indígena de Chiapas, em outubro de 1974. A iniciativa deste evento histórico, proporcionado pela *Diocese de San Cristobal de las Casas* e pelo governo do estado se deu em um contexto local muito delicado da história mexicana. Em especial, falando de Chiapas que, nos anos posteriores à realização do Congresso e a não adesão institucional (por parte dos governos estadual e federal) das demandas ali apresentadas vivenciou um período de repressão e perseguição de lideranças indígenas - camponesas (Documentos y Comunicados - Volumen I, 1994, p. 22, 23 e 24). O que pode ajudar na apreensão do cenário que propiciou a radicalização do movimento indígena - camponês, em inícios de 1990.

1.4 - MEMÓRIAS ANCESTRAIS: AS PALAVRAS E O TEMPO

Na Introdução deste trabalho, mencionamos a cosmologia dos povos indígenas englobados sob a denominação Guarani em suas buscas por uma terra sem mal.

Caminhada essa que consiste em um afastamento das nefastas pegadas coloniais deixadas pelos colonizadores europeus, ao longo dos séculos (Meliá, 1990, p. 40). Seguindo a visão de mundo desses povos, especialmente no que diz respeito aos Mbyá guarani, é sabido que cada elemento existente na natureza possui uma palavra-alma, isto é, as “belas palavras” reveladas pelas divindades estruturam a existência dos Mbyá guaranis.

O diálogo com a cosmologia deste povo é feito aqui com o objetivo de intensificarmos o olhar acerca da presença das palavras, do tempo, enfim: da concepção de existência no mundo para os diversos povos indígenas que estão presentes no EZLN e suas bases de apoio. Consideradas como de origem comum Maya, tais populações encontram suas raízes nas palavras sagradas presentes no *Popol Vuh*. Que pode ser traduzido, para o português, como “o livro da comunidade” e consiste no registro escrito da tradição milenar dos povos maias-quichés. No *Popol Vuh* somos apresentados à cosmovisão de tais povos que hoje possuem descendentes no Sul do México (nossa região de análise) e Guatemala.

Como uma fonte histórica de inegável valor para pensarmos a cultura indígena da região denominada como mesoamericana, o *Popol Vuh* é aqui rememorado como um documento primordial para a compreensão da expressividade presente na linguagem indígena: a qual reforça a centralidade dos elementos da natureza, por exemplo. O que pode ser vislumbrado na descrição detalhada da criação da terra, do sol, da lua e dos seres humanos, que são criados e destruídos algumas vezes até poderem se sustentar na terra. E quando se sustentam é porque foram feitos do milho, este que é um alimento de grande relevância para as culturas indígenas da região sudeste-sul.

Outra herança presente na filosofia de mundo dos povos que hoje constituem as bases de apoio zapatistas é a concepção do tempo. Como dito, este tempo não é linear e progressivo - como este que se incorpora nos marcos da modernidade e da imposição de um Estado-nação de bases coloniais – mas sim circular e atrelado às eras:

c) El tiempo: la temporalidad indígena reúne, como en un caracol o espiral, el tiempo y el mundo orientado por la Naturaleza y su ritmo de siembra, esta dimensión logra visibilidad en el calendario maya y azteca. La Iglesia, impuso una temporalidad anclada en la organización de la vida acorde al nacimiento de su dios, distante de los tiempos de la Naturaleza y arbitrada en meses con semanas y domingos que regulan los actos litúrgicos (Darling, 2017, p.9).

Não por coincidência há uma atenção à sofisticação do trabalho com o

tempo pelos povos *mayas* antigos, povos estes que não apenas trabalharam com a concepção do número 0, como desenvolveram calendários complexos. Isto assinala como a palavra, ou linguagem, e a memória são ferramentas que, para o EZLN, não surgem como uma simples estratégia. Antes disso, são elementos que conversam com uma escolha política-existencial e filosófica que se reinventa através dos séculos; destaca-se, com base neste debate, a escolha pelo termo “Caracol”²³ para designar “um espaço de encontro político e cultural entre os membros dos MAREZ e entre estes e a sociedade civil” (Alkmin, 2015, p. 141).

A reivindicação das memórias ancestrais e suas constantes reformulações através do tempo, leva-nos, novamente ao filósofo do povo Krenak, quando este tece uma discussão de enorme relevância ao longo dos capítulos de sua obra intitulada *Futuro Ancestral*. Aqui, cabe citar, principalmente, as provocações que o ambientalista realiza acerca da cidade, da democracia, da política e do Estado. Percebe-se tal movimento como uma continuidade da crítica à humanidade, feita em *Ideias para afiar o fim do mundo*, e sobre quais seriam os seres inseridos na mesma. Uma vez que Krenak atesta, perspicazmente, o fato de que apenas alguns fazem parte desse seletivo grupo humano.

Na esteira das reflexões de Krenak, cabe estabelecer um diálogo com a presente pesquisa: os zapatistas em sua experiência insurgente são considerados humanos? Os documentos e comunicados indicam que, no início do movimento, integrantes do EZLN se consideravam não apenas humanos, mas indígenas e mexicanos. Uma identidade que aparece na Primeira Declaração da Selva Lacandona, de 1994, documento importante no que diz respeito à compreensão das demandas do movimento no decorrer dos anos de conflitos e negociações com o governo federal mexicano. Ademais, esta primeira declaração evidencia dois aspectos: 1) o apelo e o manejo, pelo EZLN, da Constituição, fundamentando suas exigências no Art. 39, que fala sobre soberania nacional e soberania do povo.

Além disso, o documento inicia com uma exposição histórica que demarca bem onde se localizam tais sujeitos e quais processos históricos estes defendem como projetos a serem retomados. No fim, trazem os tópicos exigidos pelo movimento: trabalho,

²³ Os Caracóis zapatistas seguem existindo atualmente e são pontos de encontros nacionais e internacionais de grande relevância para o EZLN e bases de apoio, o que mudou na estrutura da autonomia zapatista, e que ocorreu após o recorte temporal da presente pesquisa (1994 – 2014), foi a substituição dos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas - MAREZ e Juntas de Buen Gobierno - JBG por Gobierno Autónomo Local – GAL e suas ramificações em Colectivos de Gobiernos Autónomos Zapatistas e Asambleas de Colectivos de Gobierno Autónomos Zapatistas. Estrutura que pode ser acompanhada na imagem 5, da página 46.

terra, teto, alimentação, saúde e reforçam seu lugar social como “povo do México”: *hombres y mujeres íntegros y libres* (Documentos y Comunicados - Volumen I, 1994, p. 35). A reivindicação da identidade mexicana é instigante. Como compreender a afirmação de uma identidade que exclui os povos indígenas desde o início da exploração colonial?

Fazemos tal indagação não como uma maneira de criticar de forma rasa a prática zapatista, mas sim, e novamente, de adentrar as nuances que a constitui. Com o andamento dos processos vivenciados pelo EZLN, o protagonismo indígena passa a coexistir, e, aos poucos, se sobrepõe a uma dita identidade nacional. O que se percebeu com o *Comité Clandestino Revolucionário Indígena - Comandância Geral*. Assinatura que acompanha quase de maneira unânime os comunicados zapatistas, desde 1994. Este panorama de desvinculamento gradual do diálogo acentuado na política institucional para uma reivindicação da autonomia indígena (em seus aspectos social, político, cultural e territorial) parece dialogar com aquilo que Krenak diz ser importante, até certo ponto, para a construção de pluriversos: a participação ativa na política e na democracia (sabendo de suas limitações intrínsecas).

Para ele, isso foi possível durante muito tempo em ações como a Aliança dos Povos pela floresta. Para nós, o cerne da questão é entender esta dimensão utópica da democracia e a presença dela como uma estratégia rumo a uma filosofia análoga ao Bem Viver; aqui entendido como constitutivo da prática zapatista, em Chiapas. Ainda seguindo Krenak, é preciso atentar-se para as armadilhas que esse tipo de estratégia pode trazer ao movimento indígena/originário que a abraça:

[...] Penso que o que os zapatistas querem também é florestania, mas o gesto deles de reivindicá-la foi entendido como uma rebelião, e eles foram tratados como inimigos, sendo brutalmente reprimidos. Acabaram obrigados a vestir a máscara zapatista e, de certa maneira, assumir o lugar limitado que o gesto de rebelião configurou. Todo mundo que for zapatista tem que viver na Selva Lacandona, porque o zapatismo só existe em Chiapas. Acabaram presos em uma armadilha contra o próprio pensamento insurrecto. Florestania não pode ser uma franquia; se estamos querendo provocar um questionamento profundo com a potência de uma insurreição, não podemos nos tornar prisioneiros dos movimentos que criamos (Krenak, 2022, p. 80 - 81).

Os apontamentos acima vão confluir na defesa de Krenak pela prática das *alianças afetivas*, algo que é visivelmente presente na atuação do mais recente membro imortal da Academia Brasileira de Letras. É possível perceber essa construção das *alianças afetivas* em iniciativas como as conversas de Krenak junto às convidadas e convidados no canal *Ciclo Selvagem de Debates*. É realmente instigante a proposição de uma caminhada

no sentido do bem viver que "envolve a mim e uma constelação de pessoas e seres na qual eu desapareço" (Krenak, 2022, p. 82), porém há também muita potência na "máscara zapatista" citada anteriormente pelo autor.

É através dessa "máscara" que o EZLN tem consolidado suas contribuições aos pluriversos, aos outros mundos possíveis que coexistem. E, se citamos a centralidade da cosmovisão - da visão de mundo que se diferencia dessa hegemônica: ocidentalizada, euro centrada, enfim, colonial - é para adentrar naquilo que, como bem ressaltou Krenak em sua reflexão, "somente existe em Chiapas". A questão, portanto, não é tomar a prática zapatista como receita, ou deslocá-lo para o campo de uma "franquia". Pelo contrário: há que se pensar o movimento aqui estudado como lição-viva, algo que Bertold Brecht identificou como capacidade de definir o mundo atual como "um mundo passível de modificação" (Brecht, 1978, p. 6).

2 - CAPÍTULO 2: A LINGUAGEM COMO FERRAMENTA SOCIAL ZAPATISTA

Y entonces que la gente de las ciudades se sale a las calles y empieza con su gritadera de que se pare la guerra. Y entonces pues nos paramos nuestra guerra y lo escuchamos a esos hermanos y hermanas de la ciudad, que nos dicen que tratemos de llegar a un arreglo, o sea un acuerdo con los malos gobiernos para que se soluciona el problema sin matazón. Y pues nosotros lo hicimos caso a la gente, porque esa gente es como decimos “el pueblo”, o sea el pueblo mexicano. Así que hicimos a un lado el fuego y sacamos la palabra (Ejército Zapatista de Liberación Nacional, 2005).

Deixamos o fogo de lado e levantamos a palavra. Este trecho da Sexta Declaração da Selva Lacandona coloca-se como um vetor impactante para abrir a discussão proposta ao longo deste capítulo. Isso porque, nas próximas páginas, aprofundaremos o trabalho com os discursos presentes nos *Documentos y Comunicados* zapatistas. Contudo, tratando de ampliar o olhar rumo a algo que não poderia ser ignorado por um trabalho de leitura social/material de tais fontes: quem são as pessoas que selecionaram os textos presentes nos volumes publicados pela *Ediciones Era*? Quais eram seus objetivos com estas escolhas? O que os prefácios destes agentes políticos nos dizem? Parece evidente que há uma identificação com o uso da palavra como arma central pelo EZLN, mas é preciso compreender como tal relação foi construída e/ou apropriada e como ela nos ajuda na percepção da construção de um Bem Viver através da prática zapatista.

Neste capítulo, trabalha-se, principalmente, com a dimensão da produção social da linguagem. Isto implica dizer que se compreende as fontes utilizadas no decorrer desta pesquisa como um arcabouço potente de escolhas políticas que perpassam a construção de determinados projetos políticos bem como a batalha por memórias específicas.

A cultura escrita construída e perpetuada pelo EZLN tornou-se instantaneamente objeto de compilação e análise através dos cinco volumes aqui utilizados, mas este corpo de palavras vai além das publicações constituídas pelos *Documentos y Comunicados*, cadernos *da Escuelita Zapatista* e Declarações da Selva Lacandona. Estas últimas são marcos essenciais para a análise da trajetória do EZLN, de 1994 até a data delimitada para a presente pesquisa, mas também relevante para a compreensão global do movimento social em seus trinta e um anos de atuação. Ao todo, falamos em seis

declarações da Selva Lacandona²⁴ (1994 a 2005) que permitem conhecer os projetos defendidos pelos zapatistas a cada fase da construção das autonomias indígenas-camponesas em Chiapas; ao mesmo tempo em que dão diretrizes do projeto lançado para uma nova política que ultrapasse o contexto mexicano, uma vez que todas as declarações são contundentes na crítica ao neoliberalismo.

É objetivo deste capítulo, portanto, analisar o conglomerado de textos, imagens, documentários, e outras produções feitas pelo EZLN e sobre o EZLN, na chave de leitura materialista que entende a linguagem como uma construção social, e não como uma mera abstração ou representação. Pelo contrário: as linguagens aqui exploradas são elementos materiais das relações sociais que permitem adentrar na prática zapatista: a linguagem coloca-se, assim, como aquilo que nos faz humanos, no sentido de seres sociais (Marx; Engels, 2007, p. 35 – 36).

Nas próximas linhas, busca-se analisar e debater a presença das palavras, das memórias, em resumo: do uso estratégico das linguagens pelo EZLN no decorrer do recorte temporal estabelecido. Para tanto, propõe-se um olhar sobre a natureza editorial das fontes aqui utilizadas: os *Documentos y Comunicados* e os cadernos da *Escuelita Zapatista*. Como foram produzidas tais fontes? Há diferença entre elas? Quem são as/os cronistas que assinam os prefácios²⁵ dos volumes editados pela *Ediciones Era*? Qual é a preocupação principal dos materiais disponibilizados pela *Escuelita Zapatista*? Em que medida tais documentos auxiliam na construção de um possível projeto de bem viver zapatista e quais estratégias são mobilizadas? Estas são algumas das questões norteadoras do presente capítulo, que se apresenta enriquecido por um olhar político (Sarlo, 1997) sobre as imagens aqui compreendidas como corpo relevante das linguagens zapatistas.

²⁴ Todas as declarações estão disponíveis no veículo de informação independente “Radio Zapatista”: https://radiozapatista.org/?page_id=20278. Acesso em: 24, fev: 2025.

²⁵ Coloca-se primordial atestar as/os leitores para o fato de que os ditos prefácios dos documentos aqui investigados levam o nome, em tais publicações, de “Prólogos”. No entanto, compreende-se que não há implicações negativas no uso tanto do termo prefácio quanto do termo prólogo para referirmo-nos a tais sessões das publicações realizadas pela *Ediciones Era*.

2.1 - OS PREFÁCIOS: DISCURSOS NA PRODUÇÃO DAS MEMÓRIAS SOBRE O EZLN

No morirá la flor de la palabra. Podrá morir el rostro oculto de quien la nombra hoy, pero la palabra que vino desde el fondo de la historia y de la tierra ya no podrá ser arrancada por la soberbia del poder (Ejército Zapatista de Liberación Nacional, 1996).

Os cinco volumes intitulados *Documentos y Comunicados* iniciam com uma característica em comum: todos eles vêm acompanhados de recursos para textuais que auxiliam na compreensão do processo histórico, àquele momento, década de 1990, instantâneo à produção do que hoje podemos tomar como fonte de estudo da atuação do EZLN, em seu momento inicial. Estas ferramentas que unem os volumes das edições aqui utilizadas são chamadas por Gérard Genette de “paratextos”:

Assim, para nós o paratexto é aquilo por meio de que um texto se torna livro e se propõe como tal a seus leitores, e de maneira mais geral ao público. Mais do que um limite ou uma fronteira estanque, trata-se aqui de um limiar, ou — expressão de Borges ao falar de um prefácio — de um “vestíbulo”, que oferece a cada um a possibilidade de entrar, ou de retroceder (Genette, 2009, p. 9 – 10).

Convidar o/a leitor/a a entrar ou retroceder na leitura dos *Documentos y Comunicados* é, de fato, aquilo que os prólogos das edições investigadas parecem querer realizar. Exemplo disso está presente no prólogo ao volume um, de Antonio García de León, onde o autor tece um cenário completo do contexto político, econômico e social de Chiapas em início do século XX. Ali, o intelectual apresenta as ramificações do 1º Congresso Nacional Indígena (explorado no capítulo 1) e como alguns de seus líderes passaram a encorpar estratégias mais radicais posteriormente. O que permite-nos identificar as razões para que, em um primeiro momento, as políticas governamentais tentassem e, até certo ponto, conseguissem cooptar ramificações do CEOIC²⁶. E que, apesar disto, com a insurreição zapatista e o conhecimento de suas demandas pelo órgão, este também passou a tomar as demandas do EZLN como suas.

Elementos relevantes para a compreensão da eclosão do EZLN, em 1994, são introduzidos por este paratexto, que possui um tom altamente histórico e didático acerca das nuances históricas da região do estado de Chiapas, no México, bem como de

²⁶ O CEOIC: *Comisión Coordinadora Ejecutiva del Consejo Estatal de Organizaciones Indígenas y Campesinas* foi uma das organizações indígenas - camponesas que começaram a ser formadas, em Chiapas, no decorrer da década de 1970 em diante. Conforme García de León (1994, p. 18 - 19) essa é uma entidade que surgiu após o Primeiro Congresso Indígena de 1974 e que atesta a complexidade das ramificações possibilitadas por este evento apresentado ao longo do capítulo um desta pesquisa.

suas tensões políticas e econômicas. García de León demonstra como a Igreja atuou junto aos movimentos indígenas-camponeses, o que retoma muito do que foi discutido ao longo do capítulo anterior e ajuda no mapeamento da potência e organização indígena-camponesa, em Chiapas, antes do conhecimento mundial acerca da existência do EZLN e de sua identificação com a resistência contra colonial, no México.

Para além do prólogo escrito por Antonio García de León, temos outros três prólogos apresentados ao longo das cinco edições dos *Documentos y Comunicados*, exceto no caso do volume cinco que não possui prefácio. É preciso mencionar, ainda, que os prólogos dos volumes dois e três também são assinados por Antonio García de León: historiador e músico nascido em Veracruz, México, no ano de 1944. García de León é investigador do Instituto Nacional de Antropología e História e professor da UNAM (catedrático de História Econômica), realizou a Tese de doutorado intitulada "*Resistencia y Utopía*", publicada pela *Ediciones Era*, em 1985, obra que aborda as revoltas vivenciadas na região chiapaneca no decorrer dos últimos quinhentos anos. Outra produção do historiador e que se coloca como relevante para a presente pesquisa – principalmente na elaboração da discussão desenvolvida ao longo do capítulo três – se trata de "Fronteras interiores. Chiapas: una modernidad particular", livro que demonstra a afinidade de García de León com a história de Chiapas: território onde nasce o EZLN e essa nova forma de fazer política sob a luz das autonomias indígenas.

O prefácio do volume quatro é escrito por Carlos Monsiváis, um crítico literário, escritor e jornalista inserido no contexto da esquerda mexicana. Monsiváis nasceu na Cidade do México, em 1939, e faleceu na mesma cidade, no ano de 2010. Em seus prólogos, é possível identificar uma linguagem diferente daquela empregada nos escritos por García de León, em Monsiváis o tom é mais jornalístico. Isso se deve ao fato de que Monsiváis parece propor um prólogo que segue o estilo das crônicas escritas pelo mesmo autor nos volumes um, dois e três dos *Documentos y Comunicados*.

Dentre tais crônicas chama atenção "*La Consulta del EZLN*", um escrito em que o jornalista realiza um balanço do diálogo do EZLN com a sociedade civil e as estratégias de embate diante dos ataques do governo federal, neste momento materializados, dentre outros, na exposição da identidade do Subcomandante Marcos (*Documentos y comunicados - Volumen II*, 1995, p. 471); àquele momento, o principal porta-voz/comunicador nacional – internacional do movimento:

En los primeros días de 1994, los sucesos de Chiapas conmueven y radicalizan gran parte del país. Pasado el estupor inicial y eliminadas las

dudas sobre si los enmascarados son terroristas o revolucionários-a-la-antigua artudidos por el fin del siglo, queda claro el carácter indígena de la rebelión, tan negado por las autoridades y por el presidente Salinas. El apoyo de grandes sectores a los reclamos del EZLN, no a la vía armada sino a las condiciones de opróbio en las zonas indígenas, se desprende de un reconocimiento: las demandas son justas. Por eso se marcha en la ciudad de México, y por eso, en diversas partes hay protestas, niños que llevan flores a las comandancias militares, colectas de víveres y dinero para los desplazados por la guerra, exigencias de solución al conflicto. La respuesta nacional y la internacional hacen retroceder al Gobierno, y lo disuaden de su empeño de aplastamiento. La paz digna que exigen los simpatizantes de la causa legal del EZLN es el repudio de la explotación humana, y la admisión elocuente de lo tantas veces oculto y negado: el racismo feroz en México (Documentos y Comunicados - Volumen II, 1995, p. 469).

O excerto acima convida-nos a identificar a citada linguagem jornalística de Monsiváis bem como sua proposta de análise instantânea dos acontecimentos iniciais da atuação do EZLN, as temáticas principais de tais crônicas perpassam: a análise das estratégias do EZLN - com críticas a alguns dos movimentos realizados – a diversidade de sujeitos sociais e demandas presentes nos eventos organizados pelo EZLN e sua consequente abertura para o diálogo e construção política a partir da sociedade civil. Ponto esse que abre a discussão do tópico a seguir.

2.2 - O EZLN E A SOCIEDADE CIVIL: UMA ESTRATÉGIA DO MOVIMENTO

Em outubro de 1992, no contexto das comemorações dos 500 anos do “descobrimento” da América, cerca de 10.000 camponeses ocuparam a cidade de *San Cristobal de las Casas* (antiga capital do estado de Chiapas e importante centro cultural da região). Nesse momento, os integrantes do movimento – que, considerada a discussão sobre o conceito “indígena-camponês” feita em linhas precedentes - podemos afirmar serem de maioria indígena, derrubaram a estátua do antigo conquistador/fundador da cidade histórica em questão.

Imagem 7: Registro da passeata realizada por milhares de indígenas – camponeses, na cidade de San Cristobal de Las Casas, por ocasião do “Día de La Raza”, em 1992.



Fonte: López Dóriga Digital.

Partindo do pressuposto da existência, no Sul Global, de movimentos cada vez mais engajados com as “batalhas pela memória”, refletimos sobre este conceito histórico através dos estudos da socióloga argentina Elizabeth Jelin:

Paul Ricoeur plantea una paradoja. El pasado ya pasó, es algo determinado, no puede ser cambiado. El futuro, por el contrario, es abierto, incierto, indeterminado. Lo que puede cambiar es el sentido de ese pasado, sujeto a reinterpretaciones ancladas en la intencionalidad y en las expectativas hacia ese futuro. Ese sentido del pasado es un sentido activo, dado por agentes sociales que se ubican en escenarios de confrontación y lucha frente a otras interpretaciones, otros sentidos, o contra olvidos y silencios. Actores y militantes “usan” el pasado, colocando en la esfera pública de debate interpretaciones y sentidos del mismo. La intención es establecer / convencer / transmitir una narrativa, que pueda llegar a ser aceptada (Jelin, 2002, p. 39).

Realizadas as devidas observações acerca do recorte espacial utilizado por Jelin, o qual privilegia a região do Cone Sul (devido, ademais, ao seu recorte temático que consiste no grande tema das reparações de memórias no contexto das ditaduras militares), entende-se como relevante a discussão sobre o conceito de memória encontrada nos argumentos da socióloga. Isto porque, como podemos observar no trecho transcrito acima,

o passado pode ser compreendido como um elemento ativo e sujeito às disputas dos diversos atores políticos.

Nesse sentido, o evento anteriormente mencionado através da imagem da derrubada de uma estátua - altamente representativa do colonialismo - pelo protesto em San Cristobal de las Casas retorna no prólogo de García de León, como pode ser observado a seguir:

La primera aparición espectacular del movimiento político, las llamadas "bases de apoyo" que aquí tienen más una connotación social que geográfica, ocurrió el 12 de octubre de ese año. Con motivo de las celebraciones del quinto centenario de la conquista de América por los europeos, cerca de diez mil campesinos de ANCIEZ y otras organizaciones independientes, en su mayoría armados simbólicamente de arcos y flechas, ocuparon pacíficamente la ciudad de San Cristóbal, en donde realizaron una marcha y un mitin, no sin antes derribar la estatua del conquistador y fundador de la antigua Ciudad Real, Diego de Mazariegos. La segunda gran evidencia se manifestaría hasta la madrugada del primero de enero de 1994, cuando ya en mayo de 1993 se habían dado las primeras escaramuzas entre el EZLN y el Ejército federal en los combates silenciados de Corralchén, cuando ya las comunidades habían decidido sublevarse (García de León, 1994, p. 27).

As imagens sobre esse protesto impulsionador e muito denotativo do contexto revolucionário deste momento seguem provocando reflexões acerca das batalhas pelas memórias. Ou, nas palavras zapatistas: a exigência do respeito pela história verdadeira. Uma batalha que se apresenta no levantamento armado, nas assembleias com as bases de apoio, na comunicação com a imprensa, nos eventos com a sociedade civil, mas, de maneira tão intensa quanto estas pontuadas, na derrubada de monumentos e ocupação das ruas como espaço público e palco de reivindicações históricas dos povos indígenas, em Chiapas, e no México, em geral.

Elemento evidenciado pela realização de uma marcha rumo à capital federal, no ano de 2001, com o intuito de pressionar o governo para a aprovação de uma série de reivindicações de mudanças constitucionais nos temas relacionados aos direitos indígenas. Tal marcha levou o nome de "*Marcha del color de la tierra*" e é o título do quinto volume dos *Documentos y Comunicados*, este que é marcado por ser o único que não possui um prefácio, mas que, por outro lado, apresenta a seleção dos textos zapatistas feita por uma mulher: Guiomar Rovira. A presença editorial de Rovira, uma catalã naturalizada mexicana, não é uma mera coincidência. Uma vez que este volume é voltado, principalmente, para a compilação de uma extensa seleção de falas proferidas pelas mulheres zapatistas. Rovira demonstra um acúmulo em tal dimensão feminista do

zapatismo, tendo escrito obras como “*Mujeres de maíz*”.

Voltando à marcha de 2001, interessa-nos contextualizar o momento em que o EZLN realiza o chamado para esta movimentação que abre as ações zapatistas no novo milênio anunciado pelo emblemático ano 2001: em dezembro deste ano o comunicado que anuncia a marcha é direcionado ao “povo do México, aos povos e governos do mundo e aos irmãos e irmãs” e reafirma seu compromisso com a consolidação das demandas indígenas discutidas ao longo das mesas de debate dos *Acuerdos de San Andrés*.

Durante os debates entre a *Comisión de Concordia y Pacificación* (COCOPA)²⁷ e o EZLN junto às bases de apoio, os zapatistas exigiram que o governo reconhecesse os povos indígenas na Constituição, ampliasse a participação e representação política dos povos originários, garantisse o acesso pleno à justiça, promovesse as manifestações culturais dos povos indígenas, assegurasse educação e capacitação, garantisse a satisfação das demandas básicas (saúde e educação), impulsionasse a produção de empregos e protegesse os indígenas migrantes²⁸.

No entanto, ao longo de um ano de negociações, em torno das temáticas citadas acima, o texto produzido no seio dos debates de San Andres não foi cumprido pelo governo federal. Isso porque o governo, àquele momento representado por Ernesto Zedillo (membro do mesmo partido de Salinas Gortari: o PRI), considerou as demandas presentes nos acordos firmados entre a COCOPA e o EZLN como ameaças à integração nacional. Ao que os zapatistas responderam com o encerramento dos diálogos com o governo federal.

A história da formação, discussão e finalização dos diálogos entre governo federal e EZLN demonstram como o México tem se relacionado com as questões relativas aos direitos dos povos indígenas: a institucionalidade parece conviver muito bem com o status de assunto pendente no qual as questões referentes aos direitos, histórias e culturas indígenas são inseridas. Enquanto os zapatistas, por outro lado, seguem buscando meios de concretizar as demandas apresentadas aos/as representantes políticos do país.

A marcha que começou com uma travessia zapatista por doze estados do México até chegar à concentração no *Zócalo* (Praça da Constituição, na capital federal),

²⁷ Órgão de diálogo criado pelo governo federal para conhecer e buscar atender as reivindicações propostas pelo EZLN.

²⁸ Conforme pode ser visto no Programa Especial de balanço dos 30 anos do EZLN, realizado pela Rompeviento TV: <https://www.youtube.com/watch?v=jGXpcQRXR3g&list=PLJR4ZzJp2YFVwjfZdQQc5Aj88fztC1I-&index=7>. Acesso em: 16, mai 2025.

coincidiu com a chegada ao poder do *Partido Acción Nacional* (PAN), com a eleição do presidente Vicente Fox. Que, apesar de marcar a mudança de representação institucional que ficara durante cerca de 70 anos nas mãos do PRI, em termos materiais não trouxe transformações para os povos indígenas:

Pese a la enorme movilización, en lugar de saldar la deuda histórica del Estado mexicano con los pueblos originarios, el Congreso de la Unión la incrementó, al legislar una caricatura de reforma constitucional sobre derechos y cultura indígenas. Apostó por un país para unos cuantos. No se puede entender el México de hoy al margen de esta traición. Se abrió entonces un foso entre la clase política y los pueblos indios que continúa abierto hasta hoy (Navarro, 2021, p. 12).

Imagem 8: Marcha zapatista rumo à Cidade do México, em 2001.



Fonte: La Jornada, foto de Heriberto Rodríguez.

Imagem 9: Derrubada, pelos povos indígenas-camponeses, da estátua de um colonizador, em 1992.



Fonte: Página de Instagram da Color a la Mexicana (CALAM), fotos de Antonio Turok.

Imagem 10: Derrubada, pelos povos indígenas-camponeses, da estátua de um colonizador, em 1992.



Fonte: Página de Instagram da Color a la Mexicana (CALAM), fotos de Antonio Turok.

Imagem 11: Derrubada, pelos povos indígenas-camponeses, da estátua de um colonizador, em 1992.



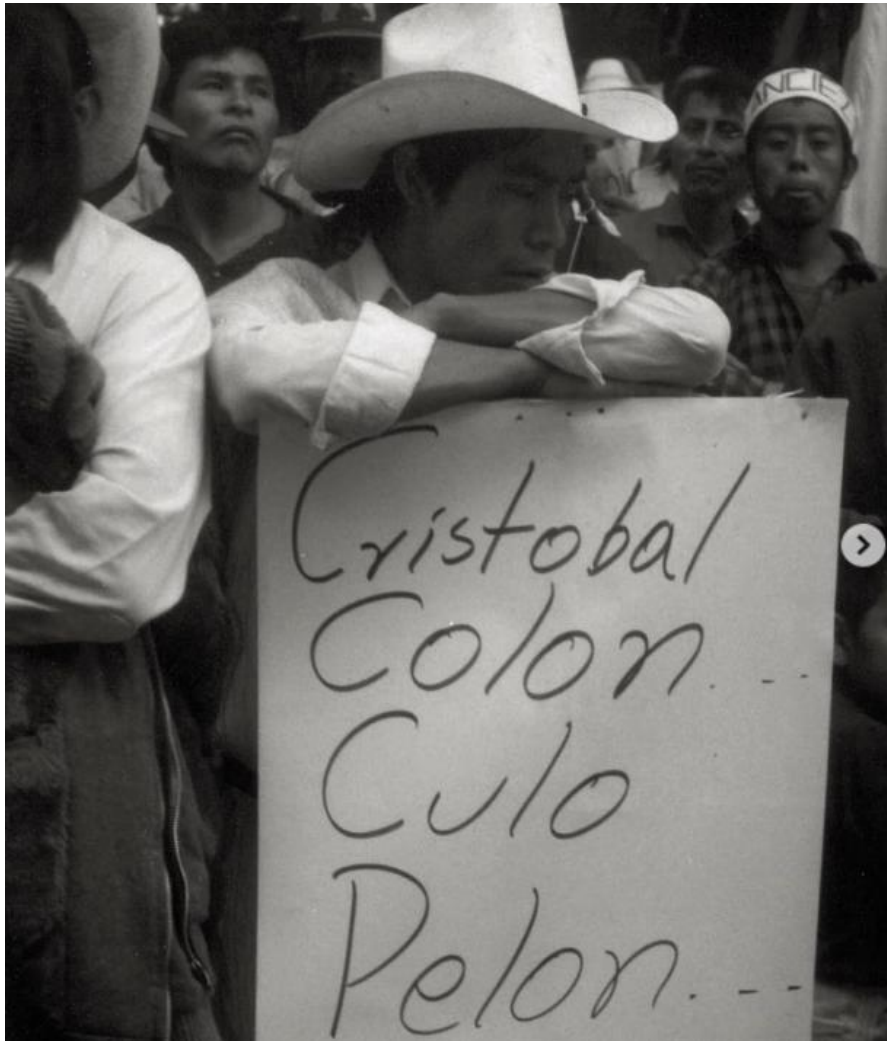
Fonte: Página de Instagram da Color a la Mexicana (CALAM), fotos de Antonio Turok.

Imagem 12: Derrubada, pelos povos indígenas-camponeses, da estátua de um colonizador, em 1992.



Fonte: Página de Instagram da Color a la Mexicana (CALAM), fotos de Antonio Turok.

Imagem 13: Derrubada, pelos povos indígenas-camponeses, da estátua de um colonizador, em 1992.



Fonte: Página de Instagram da Color a la Mexicana (CALAM), fotos de Antonio Turok.

Muito distante do intuito de utilizar imagens como fontes meramente ilustrativas de um processo histórico, o trabalho com os registros acima procura ir de encontro ao exercício do olhar político encorajado por Beatriz Sarlo (quando a crítica literária orienta no trabalho com as linguagens). Nesse sentido, os embates diante das “comemorações de 1992” evidenciam a atmosfera de um contexto sociopolítico marcado pela atuação indígena camponesa não apenas nos movimentos de caráter armado, como foi o inicial caso do EZLN, mas de outros povos que, a partir de então não mais deixariam de ocupar a cena pública através das reivindicações políticas relacionadas à terra, saúde, educação e liberdade.

Na imagem acima, vemos um homem com uma faixa amarrada na testa onde está escrito: *ANCIEZ* sigla da *Alianza Nacional Campesina Independiente*

Emiliano Zapata. Um coletivo que comprova a crescente articulação política do movimento indígena neste momento pré-eclosão do EZLN:

En la cabecera municipal de Ocosingo marchan, desde distintos puntos de las fuerzas de la ciudad, mil campesinos indígenas de la ANCIEZ. Tres marchas convergen frente al Palacio Municipal. El presidente no sabe de qué se trata y se da a la fuga, en el suelo de su despacho queda tirado un calendario señalando la fecha: 10 de abril de 1992. Afuera los campesinos indígenas de Ocosingo, Oxchuc, Huixtlán, Chilón, Yajalón, Sabanilla, Salto de Agua, Palenque, Altamirano, Margaritas, San Cristóbal, San Andrés y Cancuc, bailan frente a una imagen gigantesca de Zapata pintada por uno de ellos, declaman poemas, cantan y dicen su palabra. Sólo ellos se escuchan. Los finqueros, comerciantes y judiciales se encierran en sus casas y comercios, la guarnición federal parece desierta. Los campesinos gritan que Zapata vive la lucha sigue. Uno de ellos lee una carta dirigida a Carlos Salinas de Gortari donde lo acusan de haber acabado con los logros zapatistas en materia agraria, vender al país con el Tratado de Libre Comercio y volver a México a los tiempos del porfirismo, declaran contundentemente no reconocer las reformas salinistas al artículo 27 de la Constitución Política. A las dos de la tarde, la manifestación se disuelve, en orden aparente, las causas subsisten, y con la misma apariencia todo vuelve a la calma (Enlace Zapatista, 2025)²⁹.

A articulação ANCIEZ – EZLN é instigante porque evidencia um contexto de revolta popular na região chiapaneca no início da década de 1990, mas que também reforça a argumentação apresentada no capítulo um; em que se analisou a articulação indígena desde a realização do Congresso Indígena de 1974. Assim como no caso do para texto caracterizado pelos prólogos escolhidos pela editora responsável pelas publicações dos *Documentos y Comunicados*, as imagens aqui analisadas apresentam-se como outro paratexto relevante para a presente pesquisa. No caso das imagens anteriores e seguintes, trata-se de registros realizados pelo fotógrafo mexicano Antonio Turok, profissional que acredita que apenas as camadas populares fazem a história³⁰.

²⁹ O trecho em questão foi retirado do Arquivo Histórico presente no site oficial do EZLN, o comunicado original data de 1992 e sua data, no site, consta ser de 27 de janeiro de 1994. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/27/chiapas-el-sureste-en-dos-vientos-una-tormenta-y-una-profecia/>. Acesso em: 03, mar. 2025.

³⁰ “Antonio Turok, nacido en la Ciudad de México en 1955, está considerado como uno de los fotógrafos documentales más importantes de la actualidad, internacionalmente reconocido como uno de los artistas que han dedicado 40 años de su vida a plasmar la condición humana o simplemente compartir un bello paisaje. Turok y su mirada olfativa siempre están donde la adrenalina y el miedo alejarían a casi todos, en donde gracias a su instinto el espectador puede acceder a imágenes que detienen el instante preciso, ese que resume entre las cuatro esquinas de la fotografía todo un momento histórico, un rasgo definitorio de una sociedad o de un conflicto social.” (Museo de las Americas: <https://museolasamericas.org/antonio-turok.html>. Acesso em 29, out. 2024.

Imagem 14: Soldado zapatista



Fonte: <https://ciudadanosenred.com.mx/finsemaneando/conoce-a-antonio-turok-y-sus-fotografias-mas-famosas/>. Acesso em 29, out. 2024.

A marca inicial do EZLN foi o levantamento armado (dimensão de defesa militar que não foi interrompida, mas sim repensada em termos de ataque direto ao governo federal), aspecto que foi documentado por Turok, através da linguagem fotográfica, com o registro de um soldado zapatista que olha fixamente para a câmera. Partimos desta imagem para adentrar outra camada essencial para a análise e compreensão do zapatismo: a atuação conjunta com a sociedade civil, dimensão que será aprofundada no tópico a seguir.

2.3 - A MEMÓRIA EM CONSTRUÇÃO E A RENOVAÇÃO DA IDEIA DE ARQUIVO

O modo de vida construído pelo EZLN, ao longo das décadas, mostra-se muito mais arraigado à coletividade - base fundamental para a autonomia frente ao Estado mexicano, além de elemento constitutivo dos movimentos sociais indígenas-camponeses – do que à individualização dos sujeitos sociais. Este elemento fica evidente quando nos deparamos com os diversos comunicados que fazem referência à importância da solidariedade assumida pela sociedade civil nos âmbitos nacional e internacional.

Dentro da análise voltada para a estratégia identificada no uso da

linguagem e da comunicação pelos zapatistas, cabe ressaltar a existência de veículos de informação independentes que têm difundido mensagens do EZLN e bases de apoio zapatistas bem como artigos, livros, documentários e demais produções realizadas pelo movimento social em questão. Ferramentas que argumentamos serem indícios de uma renovação da ideia de arquivo, uma vez que, a partir de tais sites é possível realizar vastas pesquisas sobre a trajetória do EZLN, os textos, livros, áudios, vídeos e imagens encontram-se organizados em um arquivo que já não depende inteiramente de um espaço físico institucional.

Exemplos disso são canais de informação como a *Radio Zapatista*³¹, *Al faro zapatista*³² e o *Centro de Documentación sobre Zapatismo (CEDOZ)*³³, além, é claro, da página oficial do EZLN: *Enlace Zapatista*³⁴. Canais que prestam um relevante trabalho de fortalecimento e difusão das produções zapatistas, com a iniciativa de disponibilização de livros gratuitos sobre tal movimento e temáticas correlatas, por exemplo.

Outra ferramenta essencial para a compreensão da dinâmica ELZN-sociedade civil pode ser encontrada no Informe: *Late la tierra en las veredas de la resistencia – Una mirada a las experiencias de lucha de los pueblos de Chiapas en la defensa de sus derechos*, realizado no ano de 2010 pelo *Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de Las Casas* (organização de alta relevância para a observação e garantia dos direitos humanos, em Chiapas; como discorrido no capítulo um).

No que diz respeito à posição identificada nas palavras dos próprios zapatistas, o movimento sustenta que a sociedade civil é a “única força capaz de salvar o país” (Documentos y Comunicados - Volumen III, 1997, p. 383). Porém, se falamos de sociedade civil, é também imprescindível citar a existência das bases de apoio zapatistas, que já foram mencionadas ao longo do capítulo um, mas não suficientemente aprofundadas em sua caracterização e atuação junto ao zapatismo.

Para entendermos melhor no que consistem tais bases de apoio zapatistas é preciso levar em consideração dois aspectos: primeiro, o fato de que são majoritariamente indígenas; e, em segundo lugar, o fato de que constituem um corpo comum de atuação e defesa dos direitos dos povos indígenas, no México, integradas, por exemplo, ao também já apresentado Congresso Nacional Indígena (CNI). No caderno da *Escuelita Zapatista*, intitulado “*Resistencia – parte 3*”, Emiliano, um integrante do movimento zapatista do

³¹ <https://radiozapatista.org/>. Acesso em 11, nov. 2024.

³² <https://alfarozapatista.jkopkutik.org/>. Acesso em 11, nov. 2024.

³³ <https://www.cedo.org/>. Acesso em 23, nov. 2024.

³⁴ <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/>. Acesso em 24, fev. 2025.

município de San Pedro Polhó, mais especificamente do *Caracol Resistencia y rebeldia por la humanidad*³⁵, ao denunciar as violações feitas pelos militares e paramilitares dentro das regiões zapatistas, assim define a importância da solidariedade entre as bases de apoio:

Las bases de Apoyo aguantaron esos sufrimientos, esos ataques, pero También hubo bases de Apoyo que no aguantaron esos sufrimientos, esos ataques. Hubo bases de Apoyo que regresaron a su comunidad, a sus casas, admitieron en su mano del enemigo, pero la mayor parte ahí están todavía, siguen firmes en la lucha. Gracias a los Hermanos y Hermanas solidarias que apoyaron a los desplazados por eso aguantaron. Ahí vieron los bases de Apoyo que en la lucha no están solos, vieron que hay muchos Hermanos en otros países del mundo que están apoyando nuestra lucha. Cada 12 días mandaban un poco de maíz, frijol, aceite, sopa, cada 15 días recibían sus despensas los desplazados, por eso aguantaron el sufrimiento. Ya tiene veinte años que están desplazados pero ahí están todavía (Escuelita Zapatista, 2013, p. 25).

Tais bases foram formadas desde antes da eclosão do EZLN, como um fenômeno anticolonial de alcance mundial, o que se comprova através da memória do protesto de 1992 e se estende com o caso do Massacre de Acteal, de 1997, que é citado por Emiliano neste mesmo depoimento do caderno *Resistencia – parte 3*. No ano de 1997, cerca de 45 indígenas integrantes da organização civil “*Las Abejas*” (uma base de apoio zapatista) foram assassinados em um ataque paramilitar. O acontecimento torna-se ainda mais emblemático por ter ocorrido dentro de uma Igreja, quando esse grupo de pessoas encontrava-se rezando.

Tal ataque ao grupo pacifista, que hoje faz parte da *Red de Sitios de Memorias Latinoamericanas y Caribeños*, apresenta uma perspectiva dupla em relação à relevância da sociedade civil para o EZLN: por um lado, as bases de apoio são fundamentais na medida em que demonstram a diversidade de possibilidades para integrar o movimento zapatista. Por outro lado, tragédias como essas fazem pensar sobre a presença paramilitar, no México, bem como a existência de um poder político – econômico paralelo ao poder político institucional (o que especialistas chamam de narco – Estado); bem como o alcance de tais atuações nocivas aos direitos humanos em relação às comunidades indígenas, no Estado de Chiapas.

Por fim, tais contextos endossam a existência de observatórios engajados na busca pelo respeito aos direitos indígenas na região em questão; como é o caso da

³⁵ A título de reforço, relembremos que os caracóis zapatistas são espécies de centros administrativos localizados em cada zona zapatista ao longo de Chiapas. Conforme Alkmin (2015) os caracóis apresentam maior estrutura para receber a sociedade civil exterior, por exemplo.

atuação da Frayba, que auxilia a ação zapatista não apenas nos relatórios, mas com a presença de observadores dos direitos humanos e na realização de palestras e demais eventos voltados as discussões pertinentes às comunidades zapatistas.

Ademais, reiteram a relevância das produções realizadas por tais observatórios e demais organizações engajadas com a construção de uma nova política, localizada no seio de um Bem Viver, pelo EZLN e bases de apoio. Na esteira da renovação do arquivo, além dos documentos citados em linhas anteriores, existem os informes, relatórios e notícias difundidas pela Frayba: material propulsor das memórias zapatistas, dos conflitos, denúncias, resoluções³⁶. Em suma, da contextualização política da região para o mundo.

2.4 - EZLN E A IMPRENSA

Ao longo de muitos dos textos presentes na compilação dos *Documentos y Comunicados* está presente a temática do diálogo entre EZLN e as imprensas nacional e internacional. Sobretudo no que diz respeito ao contexto dos anos iniciais de atuação do movimento, onde a comunicação com tais veículos de informação colocava-se como uma demanda estratégica para a disseminação das palavras zapatistas.

Em um comunicado intitulado “*Carta de Marcos sobre la prensa, 14 de febrero*” (Documentos y Comunicados - Volumen I, 1994, p. 138 - 139), o Subcomandante Marcos sinaliza os motivos pela escolha de alguns jornais como veículos de interlocução com o EZLN neste momento tão particular em que o movimento social se mostrava para o México e o mundo. No tópico *Razones y sinrazones de por qué unos medios sí* fica claro que:

[...] Había que considerar varias cosas: la publicación de nuestros comunicados le traía, primero, una pregunta lógica a los medios que los recibieran: ¿eran auténticos dichos comunicados? Es decir, ¿eran realmente de los alzados en armas, o apócrifos? Después de que, suponiendo, se contestaron que sí (nadie podía darles la certeza de que eran auténticos), sigue la pregunta clave: ¿los publicamos? El asumir la autenticidad de los comunicados era ya un riesgo para los comités editoriales de esos medios, pero la responsabilidad de publicarlos implicaba muchas cosas más, tantas que tal vez sólo ellos puedan contar la historia de la decisión de esa apertura a un movimiento cuya procedencia era un

³⁶ Os arquivos dos informes podem ser encontrados aqui: <https://frayba.org.mx/index.php/category/informes>. Acesso em: 03, mar. 2025.

enigma en el mejor de los casos y una provocación en el peor de ellos (Documentos y Comunicados - Volumen I, 1994, p. 138 - 139)³⁷.

Nesse sentido, os jornais escolhidos pelo EZLN para a interlocução foram: *Tiempo* (como meio informativo local), *La Jornada* (como meio informativo nacional), *El Financiero* (por questões de equipe editorial) e *O Proceso* (pela profundidade nos assuntos nacionais e internacionais).

Nesse comunicado, duas questões chamam muito a atenção: primeiro, o fato de que se produziu esse ensaio com o intuito de explicar a um outro jornal mexicano - *El Sur* - o porquê de este não constar, até aquele momento, na lista dos periódicos interlocutores. Em segundo lugar, destaca-se a descrição detalhada da escolha pelos jornais: é o debate em torno da verdade, do poder da palavra, da coerência e compromisso com a informação e com a capacidade de "fazer História" dos Jornais. Além disso, fica aqui a reflexão: sem a presença de figuras como Marcos, um intelectual de origem acadêmica, tais minúcias seriam consideradas pela imprensa?

Diante de questões relevantes como as colocadas acima, cabe afirmar que o EZLN utilizou a imprensa como um mecanismo de expansão de seus projetos políticos. Consideramos a excessiva exposição de imagens do Subcomandante Marcos como uma maneira encontrada pelo movimento de difundir as palavras zapatistas. Elementos que, aqui nomeados como uma cultura escrita do movimento social, são motores principal do EZLN. A história verdadeira, assim como as palavras verdadeiras, porque denunciadoras da realidade chiapaneca e dos 500 anos de silenciamentos, ocuparam e seguem ocupando espaços na imprensa.

Para a investigação aqui desenvolvida, interessa, para além da imprensa tradicional representada por veículos como os citados pelo Subcomandante Marcos, a existência de plataformas da imprensa independente: uma ferramenta que, junto às redes de comunicação que renovam a possibilidade de acesso a documentos em um arquivo digital, permite o acesso às perspectivas dos movimentos sociais de maneira mais aprofundada e sem interesses neoliberais por trás da condução das entrevistas. É muito diferente o conteúdo acerca do EZLN e bases de apoios presente no Canal de Informação intitulado *Rompeviento TV* daquele que se encontra em plataformas tradicionais como o *El País* (citado no decorrer da Introdução).

Isso porque, no escopo de uma nova política baseada na busca pelo

³⁷ Comunicado presente no Volume I dos *Documentos y Comunicados*.

respeito à história verdadeira dos povos indígenas integrantes do ELZN, a atuação da *Rompeviento TV* coloca-se como:

*Un medio de comunicación digital crítico e independiente. En Rompeviento TV damos fuerte cobertura a la precaria situación que padecen millones de personas en México como consecuencia de la violencia, la inseguridad, la corrupción y la impunidad que han imperado en nuestro país en los últimos sexenios*³⁸.

Ali, as palavras zapatistas são ouvidas e difundidas em uma gama de séries especiais sobre o movimento. Ademais, amplia o olhar acerca do contexto nacional mexicano na medida em que apresenta as problemáticas que são enfrentadas no tempo presente, questões que atravessam o desenvolvimento econômico imposto às regiões de intensa presença indígena (em projetos voltados ao turismo e à mineração, por exemplo).

Aqui, imprensa e EZLN, em uma confluência com a dimensão social da linguagem abrem caminhos para a discussão sobre a contraproposta do EZLN em relação à acentuação neoliberal de usurpação da terra. Se, no início da atuação do movimento, tão bem compreendida através dos *Documentos y Comunicados*, a terra surge como uma das demandas centrais. No contexto de 2014 - e, ainda que não seja parte da delimitação temporal deste trabalho: atualmente, a dez anos após a realização a *Escuelita Zapatista* – o território apresenta-se como ainda mais crucial para o caminhar zapatista. É sobre esta reorganização do espaço – a qual identificamos como uma vinculação mais direta às propostas de um Bem Viver - que procuraremos direcionar a análise.

³⁸ Descrição retirada do site do canal de comunicação: <https://www.rompeviento.tv/>. Acesso em: 16, mai 2025.

3 - CAPÍTULO 3: O BEM VIVER COMO ALTERNATIVA INDÍGENA À CRISE SOCIOECOLÓGICA

La resistencia empezó cuando los españoles llegaron a conquistar a nuestros pueblos, ellos nos quisieron imponer otra forma de vida, quisieron destruir nuestros propios gobiernos para que ellos las acapararan y controlaran a los pueblos en las fincas, para que sólo trabajen de mozos. Quisieron cambiar nuestras ideas haciéndonos creer que ellos son los sabios, los buenos, los más avanzados en la lengua, imponiéndonos su educación, su religión. Quisieron meter en nuestro pensamiento que para vivir felices y en abundancia tiene que haber desigualdad, para que unos pocos vivan de lujo sin preocuparse de los que no tienen nada.

Todo esto es el pensamiento o la ideología que existe en el sistema capitalista ahora. Pero nuestros abuelos entendieron que la vida no debería ser así, por eso tuvieron que luchar para no aceptar esta imposición, huyéndose a las montañas para escaparse de la esclavitud en las fincas. En otros casos se rebelaron contra los patrones, matando a los que los oprimían. Arriesgaron su vida por mantener la lengua que hablaban, la religión que existía, los conocimientos que tenían (Escuelita Zapatista, 2013, p. 70).

Se o capítulo dois ocupou-se, prioritariamente, da discussão acerca da linguagem - por meio de uma cultura escrita e de suas relações com as memórias - como uma ferramenta fundamental para a atuação do EZLN. Nesse terceiro capítulo, procura-se lançar um enfoque ao projeto zapatista no âmbito da construção de um Bem Viver: conceito aqui entendido como uma prática inclusiva de distintas possibilidades de vivências no seio das comunidades indígenas, o que, sustentaremos nas linhas seguintes, significa localizar o modo de vida zapatista como uma alternativa que compartilha os princípios fundamentais desta filosofia originária.

Diante deste cenário, alguns elementos podem ser identificados como constitutivos dessa “alternativa” demarcada no título que abre esta seção. Tais aspectos dizem respeito às relações tecidas pelo EZLN com a terra/território, que são caracterizadas por uma identificação com a terra como um órgão comum, que garante o alimento saudável e a sustentação de uma vida digna e comunitária:

¿Cómo resistimos el ataque a nuestra cultura? Estamos construyendo nuestros propios medios de comunicación, como la radioemisora y el video comunitario. En la educación se está fomentando el uso, la escritura y lectura de la lengua materna. Los saberes y conocimientos de nuestros abuelos se están enseñando a los niños en las escuelas autónomas, a

*través de cuentos, leyendas, creencias e historias. Seguimos conservando las formas de celebrar fiestas religiosas y civiles. Seguimos conservando y fomentando el cuidado de nuestras semillas criollas y nuestra manera de alimentarnos de productos que hay en nuestras comunidades porque son sanos y orgánicos. **Seguimos conservando y fomentando las formas de cuidar la madre tierra, peticiones, el respeto a la tierra y todo lo que hay en nuestra naturaleza** (Escuelita Zapatista, 2013, p. 83, grifos meus).*

Nesse sentido, a exploração econômica da terra e seu uso como propriedade privada não tem sido um projeto vencedor entre os zapatistas, o que é pontuado por Ana (na citação que abriu este capítulo) por meio das distintas resistências assumidas pelos ancestrais: ao fugirem para as montanhas de Chiapas, por exemplo. Contudo, o sistema-mundo capitalista em sua fase neoliberal logrou chegar a este território, antes distante dos projetos modernizadores. Tal espaço, aqui compreendido como uma “fronteira sul-sul” encontra-se ameaçado pelos interesses econômicos nesta região que enxergam nesta faixa territorial uma fonte de renda para as áreas turísticas, energética e mineradora. Tudo isso significa um risco à prática zapatista e a outros povos indígenas que vivem, atualmente, em Chiapas e na Guatemala.

Considerando a conjuntura apresentada, trabalha-se, primeiramente, com a questão territorial zapatista no intuito de mapear a ação do EZLN em relação à terra, território e territorialidade. A partir do relato de experiência de Diana Itzu, socióloga aderente à Sexta Declaração da Selva Lacandona, e ex-participante das duas edições da *Escuelita Zapatista* (ocorridas entre 2013 e 2014), percebeu-se que as autonomias não eram proposições defendidas pelo EZLN desde o início da insurgência. Tal afirmação, retirada de uma conferência online, realizada no dia 08 de julho de 2024³⁹, encontra eco nas fontes aqui mobilizadas:

A los pueblos del mundo:

Hermanos:

Durante los últimos años el poder del dinero ha presentado una nueva máscara encima de su rostro criminal. Por encima de fronteras, sin importar razas o colores, el Poder del dinero humilla dignidades, insulta honestidades y asesina esperanzas. Renombrado como «Neoliberalismo», el crimen histórico de la concentración de privilegios, riquezas e impunidades, democratiza la miseria y la desesperanza.

Una nueva guerra mundial se libra, pero ahora en contra de la humanidad

³⁹ Diana Itzu foi apresentada como uma referência no campo dos estudos políticos sobre o EZLN ao longo da Introdução. Aqui, relembramos o link da palestra em questão: <https://www.youtube.com/@micropoliticadecolonial>. Acesso em: 27, fev. 2025.

entera. Como en todas las guerras mundiales, lo que se busca es un nuevo reparto del mundo.

Con el nombre de «globalización» llaman a esta guerra moderna que asesina y olvida. El nuevo reparto del mundo consiste en concentrar poder en el poder y miseria en la miseria.

El nuevo reparto del mundo excluye a las «minorías». Indígenas, jóvenes, mujeres, homosexuales, lesbianas, gentes de colores, inmigrantes, obreros, campesinos; las mayorías que forman los sótanos mundiales se presentan, para el poder, como minorías prescindibles. El nuevo reparto del mundo excluye a las mayorías.

El moderno ejército de capital financiero y gobiernos corruptos avanza conquistando de la única forma en que es capaz: destruyendo. El nuevo reparto del mundo destruye a la humanidad.

El nuevo reparto del mundo sólo tiene lugar para el dinero y sus servidores. Hombres, mujeres y máquinas se igualan en la servidumbre y en el ser prescindibles. La mentira gobierna y se multiplica en medios y modos.

Una nueva mentira se nos vende como historia. La mentira de la derrota de la esperanza, la mentira de la derrota de la dignidad, la mentira de la derrota de la humanidad. El espejo del poder nos ofrece un equilibrio a la balanza: la mentira de la victoria del cinismo, la mentira de la victoria del servilismo, la mentira de la victoria del neoliberalismo.

En lugar de humanidad nos ofrecen índices en las bolsas de valores, en lugar de dignidad nos ofrecen globalización de la miseria, en lugar de esperanza nos ofrecen el vacío, en lugar de vida nos ofrecen la internacional del terror.

Contra la internacional del terror que representa el neoliberalismo, debemos levantar la internacional de la esperanza. La unidad, por encima de fronteras, idiomas, colores, culturas, sexos, estrategias, y pensamientos, de todos aquellos que prefieren a la humanidad viva.

La internacional de la esperanza. No la burocracia de la esperanza, no la imagen inversa y, por tanto, semejante a lo que nos aniquila. No el poder con nuevo signo o nuevos ropajes. Un aliento así, el aliento de la dignidad. Una flor sí, la flor de la esperanza. Un canto sí, el canto de la vida.

La dignidad es esa patria sin nacionalidad, ese arcoiris que es también puente, ese murmullo del corazón sin importar la sangre que lo vive, esa rebelde irreverencia que burla fronteras, aduanas y guerras.

La esperanza es esa rebeldía que rechaza el conformismo y la derrota.

La vida es lo que nos deben: el derecho a gobernar y gobernarnos, a pensar y actuar con una libertad que no se ejerza sobre la esclavitud de otros, el derecho a dar y recibir lo que es justo.

Por todo esto, junto a aquellos que, por encima de fronteras, razas y colores, comparten el canto de la vida, la lucha contra la muerte, la flor de la esperanza y el aliento de la dignidad...

El Ejército Zapatista de Liberación Nacional

Habla...

A todos los que luchan por los valores humanos de democracia, libertad y justicia.

A todos los que se esfuerzan por resistir al crimen mundial llamado «Neoliberalismo» y aspiran a que la humanidad y la esperanza de ser mejores sean sinónimos de futuro.

A todos los individuos, grupos, colectivos, movimientos, organizaciones sociales, ciudadanas y políticas, a los sindicatos, las asociaciones de vecinos, cooperativas, todas las izquierdas habidas y por haber; organizaciones no gubernamentales, grupos de solidaridad con las luchas de los pueblos del mundo, bandas, tribus, intelectuales, indígenas, estudiantes, músicos, obreros, artistas, maestros, campesinos, grupos culturales, movimientos juveniles, medios de comunicación alternativa, ecologistas, colonos, lesbianas, homosexuales, feministas, pacifistas.

A todos los seres humanos sin casa, sin tierra, sin trabajo, sin alimentos, sin salud, sin educación, sin libertad, sin justicia, sin independencia, sin democracia, sin paz, sin patria, sin mañana.

A todos los que, sin importar colores, razas o fronteras, hacen de la esperanza arma y escudo.

Y los convoca al Primer Encuentro Intercontinental por la Humanidad y Contra el Neoliberalismo (Documentos y Comunicados - Volumen III, 1997, p. 125 – 127)

Neste comunicado, publicado em 1996, por ocasião dos preparativos do *Primer Encuentro Intercontinental por la Humanidad y Contra el Neoliberalismo* – citado no decorrer da Introdução – o EZLN buscava mobilizar a sociedade civil nacional e internacional para fortalecer e expandir o alcance político de suas demandas. Este apelo à sociedade civil e a participação ativa dela dentro do movimento social em questão foi entendida, conforme vimos até aqui, como uma ferramenta essencial para os zapatistas.

O que chama atenção é uma contradição no que diz respeito aos sujeitos que aparecem com maior ênfase nos comunicados iniciais como este transcrito acima: nele, os/as membro/as do Caracol *La Realidad* assumem um discurso voltado à humanidade. O que faz sentido no que diz respeito à crítica radical ao neoliberalismo, que afeta, de fato, a toda a humanidade. Observa-se, porém, o fato de que, nos primeiros comunicados zapatistas, há uma preocupação muito central com as demandas de “liberdade, democracia, terra e justiça”. Não necessariamente são colocadas as questões referentes à formulação das autonomias indígenas frente ao território.

Contudo, esta realidade passa a ser modificada na medida em que o “mau governo” (governo federal mexicano) aceita negociar com o EZLN, o que ficou marcado definitivamente como *Acuerdos de San Andrés*: mesas de negociações que reuniram representantes do governo mexicano, àquele momento liderado pelo presidente Ernesto Zedillo (do PRI). O nome oficial de tais negociações consiste em *Acuerdos sobre Derechos y Cultura Indígena*, o que nos situa acerca do caráter altamente relevante dos debates ali levantados para a comunidade indígena presente no México.

Os acordos marcaram uma fase importante para o alcance nacional das diversas demandas indígenas, mas não foram cumpridos pelo governo federal. O descompromisso com as demandas indígenas pode ser entendido como a ameaça que o governo federal enxergou, e segue enxergando⁴⁰, na efetivação de pontos que perpassam, dentre outros tópicos: o reconhecimento dos povos indígenas na Constituição, a promoção das manifestações culturais destes povos e a garantia da educação e capacitação indígenas.

Para além do fazer político que o EZLN tem levado adiante na figura de seu Bom Governo e da autonomia territorial, pautado na filosofia do “mandar obedecendo”, existe outro fator que interessa à análise deste capítulo: a fronteira entre Chiapas e Guatemala. Utilizando, sobretudo, a obra de Antonio García de León, intitulada *Fronteras interiores: Chiapas, una modernidad particular* assim como a dissertação de Fábio Márcio Alkmin de título: “Por uma geografia da autonomia - a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México”, com a qual dialogamos ao longo de toda a pesquisa, pretende-se investigar e apresentar as especificidades deste espaço geográfico. Alcançando a dimensão histórica - social do que convencionei chamar de “fronteira sul – sul”.

⁴⁰ Em 2024, Claudia Sheinbaum foi eleita a nova presidente do México com cerca de 58% dos votos por meio da coalizão Juntos Faremos História, formada pelos partidos do Movimento Regeneração Nacional (Morena), - partido do seu antecessor López Obrador - o Partido do Trabalho e o Partido Verde Ecologista do México. Sheinbaum é formada em Física e realizou pós - graduação em Engenharia Energética, credenciais que levaram a presidente, em 2007, a trabalhar junto com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) nas Nações Unidas. Ela também já foi secretária de Meio Ambiente do Distrito da Cidade do México (2000-2006) e chefe de Governo da Cidade do México (2018-2023). O novo governo federal mexicano está inserido em um panorama da política institucional que parece promissor: o México já não é o mesmo que foi governado ininterruptamente, por mais de setenta anos, pelo Partido Revolucionário Institucional. Ademais, Sheinbaum chama atenção por sua trajetória dentro do movimento estudantil, pela defesa do meio ambiente e por trazer para o centro da política mexicana as pautas relacionadas às mulheres indígenas. Diante de um país com território gigantesco, com um racismo estrutural fruto do colonialismo, e da escalada de projetos voltados ao desenvolvimento capitalista dito "sustentável" e/ou "modernizador", interessa-nos grandemente pensar os caminhos que serão adotados pela nova presidente.

3.1 - BOM GOVERNO E A RESISTÊNCIA AUTÔNOMA: REDESENHANDO O MAPA NACIONAL

No capítulo dois discutiu-se acerca da relevância histórico-política do ano de 1992 para a intensificação das batalhas pelas memórias e atuações dos povos indígenas-camponeses no México e América Latina. Os 500 anos do início da colonização europeia no território que hoje é marcado por uma população considerada latino-americana trouxe consigo marcas de uma modernidade que se construiu ao mesmo tempo em que o capitalismo se desenvolveu, aprofundou e aperfeiçoou camadas tais como o racismo e demais desigualdades fundadoras dos futuros Estados-nações que seriam constituídos ao longo do século XIX, ao redor da região latino-americana.

Nesse viés, apresenta-se como elementar o trabalho do geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves para os argumentos sustentados ao longo desta seção do trabalho. Isso porque, nas produções do referido professor⁴¹ identificou-se um debate instigante sobre a dominação da natureza (Porto-Gonçalves) no contexto da modernidade colonial que originou a América Latina sobre a qual pensamos, e buscamos modificar caminhos, através de pesquisas como estas. No que diz respeito ao paralelo 1492 – 1992, chegamos a compreender que, de fato, há uma inegável articulação regional e, cabe destacar, mundial, dos movimentos indígenas:

1992 será o marco do encontro daqueles que desde 1492 só se encontravam por meio de um centro - a metrópole colonial - que os mantinha afastados um do outro e que, mesmo depois de 5 séculos de modernização, não desapareceram. 1992 marca, assim, o encontro da sociedade mundial consigo mesma, não por meio do Estado, mas enquanto sociedade civil, por meio de movimentos sociais que pleiteiam uma participação mais protagônica nos seus destinos de modo cada vez mais intenso. E tudo se passava em torno dos limites com que a humanidade teria que se haver diante de um planeta ameaçado de não mais suportar a lógica do desenvolvimento posta em curso exatamente com a idéia mestra de dominar a natureza (Porto-Gonçalves, 2015, p. 5).

Ademais, o início da década de 1990 - recorte temporal que guia a presente pesquisa junto aos primeiros 14 anos da década de 2010 - chama a atenção por ter sido solo de intensos eventos mundiais voltados para a discussão do clima e do meio ambiente.

⁴¹ Professor Doutor aposentado, no Instituto de Geografia da Universidade Federal Fluminense, falecido em 2023, e, aliado nas lutas dos povos indígenas pelo direito ao território e pela consequente defesa da natureza. Porto – Gonçalves ocupou-se da geografia humana e foi um aliado em lutas ambientais e territoriais de relevância ímpar para a história do Brasil e da América Latina, destaca-se, nesse sentido, seu alinhamento ao líder ambientalista Chico Mendes e a luta dos seringueiros na Amazonia.

É nesse momento que se realizam, dentre outros fóruns, a Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1992 (Porto-Gonçalves, 2015, p. 15); contexto que, mesmo inserido em um cenário altamente institucionalizado no tocante aos órgãos alinhados aos interesses político-econômicos que não se contrapõem ao neoliberalismo combatido pelo EZLN, e pelos demais povos indígenas àquele momento, possibilitaram expandir o alcance das demandas por terra, território e autonomia territorial.

Diante da centralidade do debate sobre o meio ambiente que se tornara pauta mundial desde antes do surgimento da autonomia zapatista, como podemos observar através das diversas fases vivenciadas pelo ambientalismo a nível global⁴², a construção da autonomia pelos povos indígenas demonstra uma transformação nos protagonistas desta luta política que envolve a denúncia da devastação ambiental. O que insere a noção de meio ambiente em seu aspecto complementar em que não se pode pensar a natureza sem a cultura.

Em outras palavras, com a autonomia presente na experiência do EZLN é possível pontuar uma atitude descolonizadora que está alinhada a uma mudança de paradigma para pensar a luta pela terra, problematizando, dentre outras noções, a imposição dos Estados:

Neste sentido, o processo de independência dos Estados na América Latina sem a descolonização da sociedade não pôde ser, não foi, um processo em direção ao desenvolvimento dos Estados-nação modernos, mas uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais. Desde então, durante quase 200 anos, estivemos ocupados na tentativa de avançar no caminho da nacionalização de nossas sociedades e nossos Estados. Mas ainda em nenhum país latino-americano é possível encontrar uma sociedade plenamente nacionalizada nem tampouco um genuíno Estado-nação. A homogeneização nacional da população, segundo o modelo eurocêntrico de nação, só teria podido ser alcançada através de um processo radical e global de democratização da sociedade e do Estado. Antes de mais nada, essa democratização teria implicado, e ainda deve implicar, o processo da descolonização das relações sociais, políticas e culturais entre as raças, ou mais propriamente entre grupos e elementos de existência social europeus e não europeus. Não obstante, a estrutura de poder foi e ainda segue estando organizada sobre e ao redor do eixo colonial. A construção da nação e sobretudo do Estado-nação foram conceitualizadas e trabalhadas contra a maioria da população, neste caso representada pelos índios, negros e mestiços. A colonialidade do poder ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-nação moderno (Quijano, 2005, p. 135 - 136).

⁴² Acerca dos estudos sobre Meio Ambiente e ambientalismo destacamos o trabalho de Ramachanda Guha na obra *Environmentalism: a global history*.

O excerto acima é especialmente instigante porque convida-nos a desnaturalizar o Estado-nação na América Latina, indagando, sobretudo, quem são os sujeitos históricos e quais são os interesses político-econômicos que são, de fato, atendidos por esse modelo eurocêntrico de organização social. Até aqui, tem sido clara a posição zapatista em relação ao Estado mexicano que diz respeito à reivindicação pelo asseguramento amplo, historicamente negado, dos direitos referentes aos povos indígenas no marco jurídico mexicano:

La política del mal gobierno es acabar la vida común, la vida comunitaria, es que dejes tu terreno o que lo vendas, y si lo vendes te chingaste. Es una política de injusticia, es de crear más miseria. Todas las millonadas que reciben por parte de la ONU, que es la Organización de Naciones Unidas, el mal gobierno, tanto el estatal, municipal y federal, se lo quedan ellos para organizar a los que provocan problemas en las comunidades, sobre todo a nosotros que somos bases de apoyo (Escuelita Zapatista, 2013, p. 35).

A fala do companheiro zapatista demonstra um descontentamento com as ações do governo mexicano que, naquele momento, enfraqueciam a autonomia zapatista. Isso porque existiram uma série de projetos de moradia bem como incentivos econômicos agrícolas que visavam cooptar zapatistas e bases de apoios para que deixassem a construção dos territórios autônomos zapatistas e concentrassem suas famílias em um modo de vida individual.

Acresce-se ao depoimento anterior a posição de Quijano quando o sociólogo pontua o caráter altamente excludente do Estado-nação na América Latina, uma vez que sua base foi construída e segue sustentada em uma colonialidade do poder (Quijano, 2005). No entanto, instiga a frase em que o autor afirma que em nenhum país latino-americano foi possível encontrar “um genuíno Estado-nação”. Uma vez que, tem se demonstrado claro nos argumentos construídos até aqui, os povos indígenas, cuja experiência analisada se faz presente na atuação zapatista, buscam o contrário de uma inserção/aperfeiçoamento do Estado-nação capitalista. Nesse sentido, o que demarca a questão da terra é justamente a busca por um consenso social, cultural e jurídico que compreenda que as comunidades indígenas possuem mundos próprios, formas de organização política e filosofias próprias:

También nos basamos en otras cosas que hemos dicho, como la frase “un mundo donde quepan muchos mundos”, porque ésta es una de las ideas que tenemos en nuestra lucha, que luchamos para que tengamos lugar para todos sin que haya exclusión. Luchamos, estamos construyendo esta autonomía para que todos los hombres, las mujeres, los niños, los ancianos,

todos tengan su lugar

[...]

Una de las formas en que hemos resistido a la política de los gobiernos sobre la propiedad privada de la tierra, es que el gobierno autónomo ha aprendido un poco a regular la tierra para que todos tengan lugar, o sea practicar el derecho de disfrutar la tierra. La forma de tenencia de la tierra que hay en gran parte de los pueblos y comunidades de la Zona Norte es el ejido (Escuelita Zapatista, 2013, p. 73-74).

A terra, portanto, está localizada em um marco que transcende o aspecto econômico/uso privado dela. Para os povos indígenas a relação com a terra não é de mera propriedade, mas de complementariedade esse que, como pontuado por Acosta, é um dos princípios presentes na cultura do Bem Viver:

O Bem Viver, enquanto alternativa ao desenvolvimento, exige outra economia. Uma economia sustentada naqueles princípios fundacionais desta proposta pós-desenvolvimentista, entre os que destacamos a solidariedade e a sustentabilidade, além da reciprocidade, a complementariedade, a responsabilidade, a integralidade (todos os seres vivos somos necessários ao planeta), a suficiência (e, de alguma maneira, também a eficiência), a diversidade cultural e a identidade, as equidades e, claro, a democracia (Acosta, 2016, p. 163 – 164).

Sendo assim, atesta-se que, para além do rechaço ao modelo neocolonial de Estado-nação imposto aos povos indígenas, a autonomia construída em alternativas anticapitalistas como a do EZLN está baseada na construção de outras racionalidades (Leff) econômicas. Na experiência zapatista, é possível observar de maneira detalhada como funcionou a construção dessa racionalidade econômica própria a partir de cada região zapatista, em Chiapas. Para acompanhar algumas dessas alternativas construídas desde o momento inicial do movimento até os anos em que são produzidos os cadernos pedagógicos da *Escuelita Zapatista*, vamos destacar alguns depoimentos das/dos zapatistas acerca daquilo que foi denominado pelo EZLN como “*política económica en la autonomía*”, “*resistencia autónoma*”, “*resistencia económica*”, “*trabajo de las compañeras*”. Todos eles tópicos que visaram explicar como os zapatistas encontraram maneiras próprias de gerar produção, e como estes trabalhos e seus ganhos estão inseridos estrategicamente na sustentação do projeto zapatista.

Os cadernos da *Escuelita Zapatista* demonstraram algumas atividades principais que foram base da autonomia do movimento até aquele momento (2013 – 2014), são estas, por exemplo, o cultivo de milho, feijão, café e pecuária. Produções que, conforme atestado em bibliografia acerca da autonomia zapatista, já estavam presentes desde, pelo

menos, o século XIX, na região chiapaneca; tendo em vista a forte relação de produção dos indígenas-camponeses desta região com artigos como cana de açúcar e café – nas áreas montanhosas (Alkmin, 2015, p. 87).

Dentre elas, a pecuária parece ter sido a atividade com maior sucesso econômico para a manutenção dos governos autônomos tendo sido citada diversas vezes pelas companheiras e companheiros como uma prática que obtinha sucesso no levantamento de fundos para a autonomia. Essa questão da arrecadação de fundos é, inclusive, um aspecto essencial para que possamos entender a motivação para que algumas zonas zapatistas concentrassem sua economia na pecuária.

Como dito anteriormente, há, no leque de atividades econômicas do EZLN uma racionalidade baseada não apenas na complementariedade, mas, também na solidariedade. Ou, nas palavras da companheira Marisol (à época da *Escuelita Zapatista*, uma ex-integrante da Junta de Bom Governo e inserida no MAREZ - San Pedro de Michoacán:

En nuestras familias estamos preparados para resistir los ataques económicos trabajando la madre tierra que tenemos, por ella luchamos. Estamos cultivando la tierra en milpas, frijolares, cafetales, platanares, cañales, tenemos también potreros para ganado, crianzas de pollo, para resistir y sostenernos como familia, nosotros así lo estamos resistiendo.

Todos estos trabajos no son con la finalidad de repartirnos los pocos recursos que vayamos obteniendo, sino para crear el pequeño fondo regional o de pueblo y poder apoyarnos entre compañeros, apoyar a los que hacemos diferentes trabajos dentro de la organización. Estos trabajos los estamos haciendo desde la familia hasta la región, no se están haciendo con ningún tipo de proyecto o apoyo solidario, los mismos compañeros se organizan para ver cómo obtener un fondo e iniciar, aunque sea con poquito, esos trabajos, que vayan creciendo. Es el esfuerzo para construir la economía dentro de nuestra lucha, esos trabajos se hacen con compañeras y compañeros (Escuelita Zapatista, 2013, p. 6 – 7).

O depoimento de Marisol reforça o argumento inicial deste tópico quando se pontuou a relação fora da lógica da propriedade privada que os povos indígenas mantem com a terra. A companheira zapatista se refere a ela como “*madre tierra*”, expandindo a noção anticapitalista do EZLN para um exercício que se atesta na prática: esse espaço educativo proporcionado pelos zapatistas. E a prática apresenta uma relação de respeito à natureza.

O cultivo dos alimentos e a criação dos animais acontecem de maneira a atender as demandas das comunidades e para levantar fundos para projetos específicos,

assim, o EZLN constitui sua organização econômica em alternativas como a produção própria de açúcar, através dos *cañales* (áreas de cultivo da cana de açúcar):

También está el ejemplo de los trapiches, eso se está dando en los pueblos, es muy local pero lo mantenemos todavía presente y nos ayuda mucho para no comprar azúcar. Nosotros acostumbramos sembrar la caña como familia y de eso endulzamos el café o tomamos el agua de caña y eso nos ayuda a no gastar, no compramos en la tienda. La mayoría de los pueblos sí tenemos nuestros propios cañales (Escuelita Zapatista, 2013 - 2014, p. 17).

Produzir o próprio açúcar torna-se, mutuamente, um ato de subsistência e de resistência, pois, como sustentado acima, com esse tipo de produção não é preciso comprar o açúcar no mercado. Em relação à pecuária, a criação de gado é mencionada em diversos depoimentos ao longo da sessão sobre a *Resistencia autónoma*, aqui analisada. E, quando questionados acerca dos fundos para que se possam ser adquiridas cabeças de gado para esse tipo de atividade, os zapatistas assim respondem:

Ese es un trabajo de la zona, entonces la Junta tuvo que ir juntando de lo que estaba quedando de pequeños donativos. Algunos donativos venían para el área de educación pero se estudió que era la mejor salida de esos donativos, que sirvan más adelante para un centro de práctica que sea para los jóvenes que estamos preparando, queremos que esos donativos algún día ayuden a generar ese trabajo. Es lo que sueña, lo está soñando la Junta de Buen Gobierno, porque si no, ni modo que nuestros jóvenes se vayan a migrar (Escuelita Zapatista, 2013, p. 82).

Com base no depoimento acima, podemos compreender que a pecuária não é uma atividade utilizada para obter lucros por parte do EZLN, mas possui, em um sentido oposto, o objetivo de levantar fundos para projetos que envolvam a educação dos jovens zapatistas bem como a locomoção dos companheiros e companheiras para eventos, assembleias e demais compromissos relacionados à autonomia.

Portanto, essa economia própria, alternativa e solidária, desenvolvida pelos zapatistas – do início do levantamento até a realização deste evento educativo, em 2013 e 2014 – dialoga, ainda, com aquilo que Acosta mapeia como uma transição, no seio das práticas de Bem Viver, para outras economias que sejam baseadas no autocentramento (Acosta, 2026, p. 166 – 167).

Imagem 15: Mulher zapatista durante a realização do evento educacional da *Escuelita Zapatista*.



Fonte: Moyses Zuniga Santiago.

Esse tipo de atividade pode parecer pequena e muito localizada, mas, se pensarmos em uma rede de alternativas anticapitalistas, sobretudo no Sul Global, poderemos atestar que as economias solidárias, como as que vimos com profundidade através dos testemunhos zapatistas, podem possibilitar uma integração de saberes e práticas entre os movimentos sociais:

A descentralização e as autonomias abrem portas à construção de uma economia diversificada. Nesta direção deveria marchar também a integração latino-americana, sobre bases de solidariedade, reciprocidade e equidade. Sem a integração dos povos, será difícil superar as atuais condições de degradação social e econômica. Não se trata de uma integração mercantilista em função da acumulação do capital, mas sim de uma integração solidária, passo fundamental para que os povos possam se inserir com dignidade e inteligência no contexto mundial (Acosta, 2016, p. 194).

A reflexão de Acosta dialoga com uma conversa realizada entre Eduardo Viveiros de Castro e Ailton Krenak, em um dos episódios do programa “Selvagem: ciclo de estudos sobre a vida”⁴³ – uma das iniciativas de Krenak na tecitura das alianças afetivas vislumbradas no primeiro capítulo – em que ambos os pensadores debatem, dentre outros tópicos, sobre a dimensão científico-filosófica dos maracás, dentro das culturas dos povos

⁴³ A conversa está disponível no canal do projeto em questão: <https://www.youtube.com/watch?v=wp5NlnNE4BI>. Acesso em: 03, mar. 2025.

indígenas.

Segundo Viveiros de Castro este artefato de grande relevância para diversas práticas espirituais pode ser definido como um acelerador de partículas. Porém, como costuma ocorrer em debates instigantes, o assunto do antropólogo e do filósofo atinge outras camadas, dentre as quais nos interessa a questão já anunciada por Acosta, no trecho citado anteriormente: Viveiros de Castro e Krenak abordam sobre o contingente, em população, de povos indígenas no mundo.

Ao chegar à conclusão, embasada por dados da ONU, de que existem cerca de 370 a 500 milhões de indígenas no mundo, o que equivale à 6% da população mundial, Viveiros de Castro pontua que, entre os povos indígenas, a dispersão, isto é, o fato de estarem espalhados ao redor do planeta é, por um lado, uma fraqueza e, por outro, uma de suas maiores forças. De acordo com o antropólogo, sob a lógica colonial-capitalista, se os povos indígenas habitassem o mesmo território, com certeza, teriam sido exterminados por setores político-econômicos interessados em expandir o antropocentrismo.

Krenak finaliza a conversação com outra afirmação instigante: os povos indígenas, segundo o filósofo e historiador, são gente que não acaba. Uma vez que, se existirem dois, três, dez ou cinquenta yanomamis, por exemplo, eles seguirão sendo yanomamis. Em sentido reverso está localizada, ainda de acordo com Krenak e Viveiros de Castro, a lógica dos Estados-nação modernos. Para este conceito, aqui inserido como objeto de problematização, é necessário garantir a quantidade de pessoas em torno de um ideal político-econômico homogêneo. Dentro de tal projeto, que é dominante no México, atualmente, o território é pensado a partir das fronteiras, da propriedade privada – como visto em linhas precedentes – e da segurança nacional. Assim, todo exército visa defender um território nacional.

Diante desta perspectiva de Estado-nação, cabe pensar as bases em que se reformula a noção de território através da prática do EZLN. O fato de o movimento ter eclodido com um levantamento armado e de seguir desenvolvendo seu exército para autodefesa não é uma contradição, é preciso avançar no pensamento homogêneo que alcança também as análises sobre os movimentos sociais indígenas. Se há a necessidade de pensar outra economia, outra política e outra educação, há também a necessidade de se pensar uma outra relação com o espaço bem como outras estratégias para a defesa desta maneira de experiência no mundo.

3.2 - HISTÓRIA E ESPAÇO: REFORMULAÇÃO DO TERRITÓRIO PELOS ZAPATISTAS

Vimos, em linhas precedentes, que o conceito de território, a princípio, pode estar muito vinculado ao sistema de defesa exercido pelo modelo de Estado-nação. Diante do recorte espacial aqui elegido: marcado pela região do Estado de Chiapas, no México, lugar em que se organiza a experiência do EZLN e suas bases de apoio igualmente indígenas-camponesas, interessa pensar acerca do significado do território para as lutas dos movimentos sociais indígenas, na América Latina.

Argumentou-se que a terra é um conceito vivenciado de maneira distinta pelos povos indígenas: de maneira a relacionar-se com esse espaço enquanto sujeito, o que pode ser bem enxergado através de exemplos do tempo presente⁴⁴. No entanto, ao voltarmos a atenção para a experiência zapatista veremos que o marco político/jurídico da terra não está pautado de maneira plena em nenhum documento.

É de nosso conhecimento que o EZLN travou uma grande luta pela modificação da constituição mexicana, sobretudo nos anos iniciais do movimento, no sentido de que pudessem ser garantidos, no marco jurídico, o direito às terras, que, no México, são distribuídas, dentre outras formas, no modelo de *ejidos*: propriedades de uso comunal voltadas, historicamente, às populações indígenas-camponesas:

Los ejidos son una modalidad de propiedad rústica fundada por el Estado mexicano y única en el mundo, mientras que las comunidades agrarias tienen antecedentes desde la colonia (con el nombre de pueblos de indios o de naturales) a las que el gobierno les otorgó reconocimiento jurídico, aunque únicamente a una parte muy pequeña de ellas, pues la mayoría fueron forzadas a convertirse en ejidos. Las comunidades fueron creadas durante la época colonial por medio de cédulas reales, que eran títulos concedidos por los reyes de España, otorgando tierras a los pueblos originarios para el asentamiento humano, parcelas de labor y tierras de uso común (en español antiguo se les denominaba exidos a este último tipo de superficie). Con la reforma agraria, el gobierno renombró a los antiguos pueblos de indios con el apelativo de comunidades agrarias, les impuso la restricción de no poder vender ni rentar sus propias tierras y les hizo obligatorio un régimen organizativo ajeno a sus usos y costumbres e igual para todas, aun siendo tan diversas (Morett-Sánchez, J. Carlos; Cosío-Ruiz, Celsa, 2017, p. 128 - 129)

A motivação pela luta por garantia deste direito às terras (definido pelos autores como alheio às práticas tradicionais uma vez que uniformizou o uso a acesso as

⁴⁴ Como no caso da Constituição de Montecristi: que declara o Estado do Equador como um Estado Plurinacional. A natureza, a terra, ali, estão asseguradas como detentoras de direitos, assim como os seres humanos.

terras pelos povos indígenas, é importante ressaltar) que já havia sido firmado na Constituição de 1917, através do processo de reforma agrária impulsionado pela Revolução Mexicana, está diretamente relacionada com a escalada neoliberal que o México vivenciou no início da década de 1990. Momento em que houve a modificação, levada a cabo pelo então presidente Salinas de Gortari, do artigo 27 da referida carta magna, o qual dispõe sobre o direito ao uso coletivo de porções de terra.

Com a decisão do governo de Salinas, os *ejidos* deixaram de possuir o caráter de uso coletivo da terra e tais modelos de repartimento social da terra passaram a receber mais iniciativas privadas e a privilegiar a concentração em pequenos proprietários:

En el periodo que abarca de 1992 a la fecha, y como resultado del fin de la reforma agraria (1992) y de un intenso programa de regularización y titulación de la propiedad de la tierra (Procede), la superficie en propiedad social incrementó en 40% su número de propietarios o beneficiados en solo 23 años, al pasar de 3.5 millones en 1991 a 4.9 en 2014. En consecuencia, el promedio de propietarios por núcleo agrario aumentó y, por el contrario, el de superficie por propietario disminuyó, profundizándose la atomización y el minifundismo en la propiedad social (RAN, 2014), lo que entraña peligros de sobreexplotación de la tierra, erosión y aprovechamiento insostenible (Morett-Sánchez, J. Carlos; Cosío-Ruiz, Celsa, 2017, p. 133 – 134).

Diante desta breve caracterização dos *ejidos* e sua relação direta com o acesso à terra pelos povos indígenas, no México, e, conseqüentemente, no Estado de Chiapas, pode-se conjecturar que a maneira de organização comunitária e com decisões políticas realizadas em assembleias; mecanismos que estimularam outros tipos de atividades comunitárias, alcançando a educação dos jovens, por exemplo (Morett-Sánchez, J. Carlos; Cosío-Ruiz, Celsa, 2017, p. 129 – 130) são também características que permitem compreender os caminhos da construção do EZLN e sua democracia radical (Kothari, 2021) constituída até a data da presente análise (2014), mas que segue vigente e em desenvolvimento nos dias atuais.

Ademais, o ataque neoliberal encabeçado pelo governo priista⁴⁵ aos *ejidos* representa aquilo que podemos caracterizar como duplo golpe aos povos indígenas-camponeses. Uma vez que, além da exploração colonial, em constante aprimoramento por parte do sistema-mundo capitalista, o desmantelamento dos *ejidos* - que significa dizer desmantelamento da continuidade do caráter revolucionário da constituição de 1917 - implicou em uma dura ofensiva para a autogestão dos povos indígenas:

El ejido se formó por las luchas por la defensa de la tierra de hace años, lo

⁴⁵ Referimo-nos ao Partido Revolucionário Institucional.

que hizo el gobierno en ese entonces fue que legalizó la tierra, entregando papeles en que cada quien va a ser propietario de la parcela. Allá hubo parcelación, es decir, a cada ejidatario se le dio su parte, ése fue como un paso donde entró la propiedad privada al ejido, y más aún cuando entra el Procede, entonces se empezó a dividir, a fraccionar, quitándole fuerza a la asamblea que era la máxima autoridad en la toma de decisiones (Escuelita Zapatista, 2013, p. 74).

Na fala acima, o companheiro Jacinto, àquele momento um formador de educação no município autônomo “El Trabajo”, denunciava a liberalização presente em programas como o PROCEDE⁴⁶: herdeiro do contexto de investidas neoliberais no âmbito do Tratado de Livre Comércio assinado pelo governo Salinas (Alkmin, 2015, p. 104 – 105); bem como o risco evidente para o uso comum das terras.

Este panorama de ataque ao sentido social do uso e acesso à terra, reforçado pelos depoimentos da *Escuelita Zapatista*, que se ocuparam de realizar um balanço de pelo menos uma década após tais investidas neoliberais, ajuda-nos a entender de maneira complementar dois aspectos que foram largamente discutidos ao longo dos dois capítulos anteriores: a existência de uma organização sindical indígena-camponesa, com influências partidárias (de orientação socialista) e da Igreja Católica (de orientação vinculada à Teoria da Libertação). Nesse sentido, fica mais compreensível a conjuntura de intensificação do debate e da luta pelo acesso à terra e a reivindicação de uma ocupação deste espaço antes considerado “rural” para um espaço que retoma sua relação ancestral com a terra, entendendo-a como território:

⁴⁶ Programa de Certificación de Derechos Ejidales y Titulación de Solares.

Imagem 16: Território Zapatista



Fonte: Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

Muito foi discutido acerca da terra, e consideramos que sua natureza, dentro da filosofia/política dos povos indígenas, foi bem apreendida. Porém, para pensar a relação com o espaço que tem sido construída pelo EZLN é preciso especificar no que consiste o território para o movimento indígena no México, e na América Latina, no geral.

Para tanto embasamos nossa análise, principalmente, nos estudos do já citado Carlos Walter Porto-Gonçalves e acrescentamos a este geógrafo, um breve diálogo com um pensador da mesma área e de relevância indiscutível para os estudos da geografia humana e áreas correlatas, falamos de Milton Santos em seu texto “O retorno do território”.

Ambos os intelectuais citados apresentam o significado do território como um espaço marcado pela história e, conseqüentemente, pelos movimentos dialéticos que ocorrem dentro dos processos que a constitui. Assim, o território assume, segundo Milton Santos um lugar de disputa e necessita de constante revisão (Santos, 2005, p. 255) no contexto atual marcado não apenas pela fase atual do sistema-mundo capitalista (em sua fase neoliberal), mas também pela globalização do espaço mundial.

Como vimos, o território está entranhado ao funcionamento do Estado-nação moderno de inspiração europeia. No entanto, como um produto da história este conceito possui significados e usos políticos distintos a depender do grupo social sobre o qual refletimos e nos alinhamos ideologicamente. No caso dos povos indígenas, camponeses e demais comunidades tradicionais (como quilombolas) o território não se

restringe a limites fronteiriços impostos por um governo; em sentido oposto: o território está demarcado pelo sentido de pertencimento que diversos povos sentem em relação aos espaços que constituem uma junção das dimensões simbólica e material: *La resistencia en nuestros pueblos, la resistencia que estamos llevando en la lucha, no se inició en el año 2003, sino que ahora los pueblos indígenas llevamos más de 500 años resistiendo* (Escuelita Zapatista, 2013, p. 70).

Na fala transcrita acima, a companheira Ana, aborda a questão da resistência pontuando o marco histórico da colonização como o início da luta dos povos indígenas contra a invasão de seus territórios. Ana pontua que, a resistência autônoma não começou em 2003. Partiremos desse depoimento – que abriu o debate deste capítulo - para mapear, de maneira breve, a trajetória do EZLN em relação à construção de sua autonomia territorial: caminhos que estão inseridos no recorte temporal aqui escolhido, que perpassa o ano de 1994 a 2014.

Com a eclosão do EZLN, no ano de 1994, são instituídos, em um primeiro momento os *Municipios Autónomos Rebeldes Zapatistas* (MAREZ) que foram organizados em cinco regiões espalhadas no Estado de Chiapas. Posteriormente, a partir de meados do mesmo ano e decorrer do ano de 1995 ocorreu a criação de sedes político-militares que foram chamadas de *Aguascalientes*:

A eso apostamos, por eso la voluntad anónima y colectiva que sólo tiene por rostro una estrella roja de cinco puntas, símbolo de humanidad y de lucha, y por nombre cuatro letras, símbolo de rebeldía, se levantó en este lugar olvidado de la historia, de los estudios gubernamentales, de los trabajos internacionales, de los mapas y rutas del dinero, esta construcción que llamamos Aguascalientes, en memoria de intentos anteriores de unir la esperanza (Documentos y Comunicados - Volumen I, 1994, p. 308).

Com o surgimento de *Aguascalientes*, o EZLN passou a focar suas estratégias nos debates sobre as reivindicações apresentadas pelo movimento; chegando a ser realizada uma *Convención Nacional Democrática*, nesta mesma sede, que propôs a discussão de várias temáticas tais como a busca por um governo de transição, no México, a chamada por um Congresso Constituinte e a reivindicação de uma Nova Constituição (Documentos y Comunicados - Volumen I, 1994, p. 296 – 298). É instigante perceber como esse evento político parece ter aberto caminho para a negociação política que seria realizada nas mesas de debate de San Andrés, em 1995.

Um pouco adiante, o EZLN tomou outras decisões em relação à estrutura de sua autonomia que perdurariam durante cerca de vinte anos (entre 2003 e 2023): são

criados os Caracóis zapatistas e as Juntas de Bom Governo⁴⁷. E é justamente nesse contexto em que se realiza o evento político, cultural e educacional que deu origem aos cadernos pedagógicos largamente utilizados como fonte nesta pesquisa, e, de maneira mais aprofundada, no presente capítulo.

À época da *Escuelita zapatista*, o EZLN e suas bases de apoio indígenas organizavam-se nas Juntas de Bom Governo que assim foram definidas por Valentín (um companheiro zapatista):

Nuestra idea en la estructura del gobierno autónomo queda de esta forma: el pueblo es el que tiene el poder de decidir su forma de organización política, económica, ideológica y social, empezando desde abajo para arriba. Los diferentes niveles de autoridades solo son representantes de los pueblos.

Cada pueblo tiene sus autoridades locales, formadas por el comisariado ejidal, juez, consejo de vigilancia. En las áreas de trabajo como salud, educación, mujeres, también tienen sus comités que trabajan coordinadamente con las autoridades.

En el municipio autónomo tienen sus autoridades como el Consejo Autónomo conformado con su suplente, tesorero y secretario, y trabaja con otros miembros que son las comisiones de salud, educación, mujeres, justicia, registro civil y agraria.

E, ainda:

Dentro de la zona existe la Junta de Buen Gobierno, ahí trabajan los delegados que son bases de apoyo nombrados en sus municipios. Dentro de la Junta de Buen Gobierno hay una comisión de vigilancia que fue nombrada por los pueblos en cada MAREZ y su función es vigilar el trabajo que realizan los gobiernos autónomos y las fallas que pueden cometer. (Escuelita Zapatista, 2013, p. 72).

A explicação de Valentín, ele mesmo, àquele momento, um ex-membro do conselho autônomo, além de muito didática, permite que possamos compreender de maneira detalhada a autonomia que os zapatistas haviam conseguido construir até aquele momento, em 2013 e 2014. Esta estrutura altamente organizada e baseada em uma democracia radical (Kothari, 2021), na medida em que conta com a participação ativa de todas e todos em um modelo político que parte “debaixo para cima” - o que também pode ser bem traduzido pela frase zapatista “aqui o povo manda e o governo obedece” (vislumbrada na imagem anterior) - dialoga diretamente com as proposições de Milton Santos acerca do território baseado em aconteceres homólogos e complementares

⁴⁷ A nova estrutura autônoma pode ser acompanhada através da imagem presente na página 46.

pautados em forças centrípetas (Santos, 2005, p. 257). Em caminho semelhante, a autonomia zapatista, ensinada a milhares de estudantes de todo o mundo através dos documentos aqui mobilizados, transforma o caráter nacional do território pois se baseia na horizontalidade:

Enquanto isso, as uniões horizontais podem ser ampliadas, mediante as próprias formas novas de produção e de consumo. Um exemplo é a maneira como produtores rurais se reúnem para defender os seus interesses, o que lhes permitiu passar de um consumo puramente econômico, necessário às respectivas produções, a um consumo político localmente definido e que também distingue as regiões brasileiras umas das outras. Devemos ter isso em mente, ao pensar na construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que nos libere da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade (Santos, 2005, p. 260).

3.3 - CHIAPAS E A FRONTEIRA SUL – SUL: RESISTÊNCIA INDÍGENA E AMBIENTAL

El desarrollo en el marco de la modernidad capitalista se erige como único modo de producir materialidad. Desconoce la diversidad epistémica y cultural presente en los modos de vida y dinámicas sociales con principios civilizatorios diferentes, que negocian con la modernidad de manera tensionada y conflictiva. El avance de los megaproyectos de (este) desarrollo sobre los territorios implica también el avance de un proceso de colonización inacabado, como quizás último peldaño de desestructuración de los mundos llamados indígenas: maya, zoque, olmeca y todos los que convivieron y conviven en esas tierras. Esta idea de desarrollo, y las formas en que se explicita, justifica y naturaliza, es el más claro exponente de la cuádruple caracterización de la modernidad occidental con sus jerarquías y discriminaciones de clase; raza, etnia o cultura; género y especie. Bajo esa misma lógica, la ampliación de las fronteras de este imaginario hegemónico conlleva inequívocamente la expulsión de las poblaciones que vivían fuera de su influencia (Ceceña; Prieto, 2023, p. 38).

Por não se tratar do objeto da presente pesquisa, não será possível aprofundarmo-nos na contextualização histórica do país que hoje conhecemos como Guatemala. Entretanto, considera-se imprescindível pontuar a intensa presença indígena neste território bem como sua localização marcada pela fronteira com Chiapas, no México. Como foi sustentado até aqui, o Estado-nação, as fronteiras e o uso do território pelo sistema-mundo capitalista ocorrem de maneira a perpetuar o colonialismo fruto da modernidade europeia aprofundada na exploração e racialização das populações oriundas de regiões como a América Latina.

Nesse sentido, torna-se mais compreensível o surgimento do Estado de Chiapas como um espaço que foi anexado ao México apenas em 1824 (García de Leon, 2002, p. 132). Antes disso, esta região fronteiriça não era parte do país mexicano, mas sim membro da então Capitania Geral da Guatemala; assim como no sul do México, a Guatemala é um dos países com maior porcentagem de populações indígenas: cerca de 45% de seus habitantes são indígenas, dos povos *quiché*, *mam*, *pocomam*, *caqchiquel*, *ixil*, *queqchi*, *tsutuil*, *jacaltecas*, dentre outros povos⁴⁸.

Diante desse panorama, pode-se afirmar que a Guatemala enfrenta uma série de questões sociais, políticas e econômicas análogas as que vimos, de maneira aprofundada ao longo do capítulo um, ao abordar as especificidades do movimento indígena, no México. Para além da diversidade de povos indígenas situados na fronteira sul-sul (esse espaço específico formado por Chiapas e Guatemala, atualmente) outro aspecto liga ambos os lugares aqui mencionados: a imigração de suas populações devido a uma série de conflitos com o Estado e com a violência causada pelo paramilitarismo. Na década de 1950, o então governo do presidente Jacobo Árbenz tentou levar adiante uma reforma agrária no país, que estava marcado por uma intensa influência imperialista com a presença de multinacionais como a United Fruit Company (de origem estadunidense).

Esse contexto demonstra como a terra é um assunto inacabado na Guatemala, e que, diferentemente do México, não foi realizada uma reforma agrária e, conseqüentemente, não foram difundidas outras formas institucionais de uso da terra. Com o golpe de estado financiado pelos Estados Unidos, em 1954, que depôs o governo de Árbenz e que significou um retrocesso em relação às demandas que poderiam gerar avanços para os povos indígenas, engendrou-se, neste país, um século XX marcado pela formação e atuação de grupos guerrilheiros muito inspirados pela Revolução Cubana de 1959. Até a assinatura dos acordos de paz entre o governo guatemalteco e os grupos guerrilheiros, em 1996, e da institucionalização de um partido de herança guerrilheira, a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), ocorreram muitos deslocamentos de populações para Chiapas e o restante do México, conforme pode ser atestado no diagnóstico socioeconômico realizado pela CEPAL, em 2001:

Los conflictos internos de Guatemala llevaron a que entre 1981 y 1983 se intensificara la emigración ya no sólo temporal a México, que acogió en calidad de refugiados a unas 45 mil personas. La frontera sur de México - Chiapas, en particular - fue escenario de un cambio notorio en las relaciones

⁴⁸ Dados retirados da matéria: Mundo Indígena 2020: Guatemala. Disponível em: <https://iwgia.org/en/guatemala/3622-iw-2020-guatemala.html>. Acesso em 17, fev. 2025.

interétnicas; a los tradicionales desplazamientos de tojolabales, tzeltales, tzotziles, chujes, k'anjobales y mames, se agregaron otros grupos (indígenas y no indígenas) guatemaltecos. También se hizo más compleja la inserción productiva de los inmigrantes, ya que en el mercado laboral de Chiapas se perfilaba la incorporación de nuevas zonas y sectores que experimentaban una animación económica con procesos de origen privado o ejidal (Hernández, 1992; Imaz, 1992; Montes y otros, 1993; OPS, 1994). Otro efecto de la crítica situación sociopolítica de Guatemala fue la creciente presencia de nacionales del país en condición indocumentada en las zonas urbanas de México, principalmente en el Distrito Federal y en los estados de Tabasco, Veracruz y Yucatán (Cepal, 2001, p. 55).

O trecho acima ajuda a mapear o território de Chiapas como uma região em que há um fluxo de pessoas e uma relação muito particular com a fronteira, o que chamou a atenção da presente pesquisa que procura compreender como o México coexiste com dois tipos muito distintos de fronteiras: aquela fronteira largamente comentada pelos meios de comunicação e pela política internacional, que levou aos governos recentes dos Estados Unidos a introduzirem um muro com o objetivo de barrar a entrada de imigrantes mexicanos, e a fronteira mais desconhecida pela maioria das pessoas fora deste contexto: essa fronteira sul-sul sob a qual nos debruçamos e que, após uma análise atenta, apresenta-se como uma forma de ligação não apenas entre as fronteiras presentes na grande região denominada como América Central, mas também como um possível ponto de entrada nos Estados Unidos pelos habitantes da Guatemala:

Aunque se carece de información completa y actualizada sobre los movimientos de población a través de las fronteras nacionales, los Estados Unidos y México – particularmente el estado de Chiapas – siguen constituyendo el destino preferente de los emigrantes guatemaltecos. Se estima que hacia 1990 el número total de emigrantes acumulados habría alcanzado 500 mil personas, lo que equivalía al 6% de la población del país en esa fecha; los primeros datos de la ronda de censos del 2000 sugieren un importante aumento de aquel número. Si bien la emigración, en especial cuando no se atiende a la normas de documentación exigidas en los países de destino, significa elevados costos sociales y económicos para las familias, constituye también una fuente de recursos para su sostenimiento. Los datos agregados evidencian que por concepto de remesas, entre 1988 y 1993, habrían ingresado a Guatemala alrededor de 465 millones de dólares en promedio anual, lo que tiene una significativa representación macroeconómica; en el año 2000 la CEPAL estimó que el flujo de estas remesas representó el 3% del PIB del país. El diseño de medidas que estimulen el uso productivo de tales remesas contribuirá a mejorar las condiciones socioeconómicas, particularmente de las regiones altiplánica y oriental, que parecen ser las que aportan una mayor proporción de emigrantes internacionales (Cepal, 2001, p.13).

O relatório em questão é mobilizado apenas com o objetivo de se compreender de maneira mais pragmática e, através de alguns dados socioeconômicos, o

fenômeno da imigração e deslocamento de guatemaltecos, para usar o termo vinculado ao Estado-nação, neste espaço fronteiriço específico. Contudo, é crucial apontar que se identifica, neste documento, um caráter econômico que sobressai aos debates sobre os quais nos debruçamos ao longo desta pesquisa que privilegia o olhar para as histórias e culturas protagonizadas pelos sujeitos sociais de Chiapas e da Guatemala; seres sociais que são em sua imensa maioria, indígenas e que vivenciam experiências de luta pela terra e território que são vistas em processos históricos como a construção da autonomia pelo EZLN e bases de apoio, mas também na resistência dos povos habitantes desta região diante da imposição de megaprojetos desenvolvimentistas e turísticos que tomam forma em ações como o *Proyecto Mesoamérica*.

Este projeto foi citado de maneira breve na Introdução com o nome de *Plan Puebla Panamá*, que foi o seu título inicial oficializado em 2001. Ao longo de alguns anos, diversas reuniões foram realizadas e este projeto evoluiu para o referido *Proyecto Mesoamérica* que, de acordo com informações retiradas da página do programa consiste em: *un mecanismo para la facilitación del diálogo, la cooperación e instrumentación de acciones y proyectos para contribuir al desarrollo sostenible y a la integración de Belice, Colombia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá y República Dominicana*⁴⁹.

Não é preciso muito esforço para perceber o alinhamento político e econômico assumido pelo projeto em questão está inserido em uma iniciativa que busca a integração regional meramente econômica e que considera a natureza dentro de uma agenda para o “desenvolvimento sustentável”. Este que articula mecanismos para uma parcela pequeníssima da população, as custas de ameaças aos ecossistemas de regiões inteiras.

No caso de Chiapas e Guatemala, trata-se de um risco a uma série de riquezas naturais presentes na região atingida pelo projeto integrador:

Un análisis pormenorizado de otras características indica que la población en la región es poco representativa en relación con el territorio que ocupa pues representa 8% del total nacional en los cuatro estados que son el 11% del territorio (Comisión de Asuntos Fronterizos Sur del Senado, 2016). En contraste, la región tiene un altísimo valor en cuanto a riquezas naturales: 19 de los 50 ríos y regiones hidrológicas prioritarias; 70% de la biodiversidad de América septentrional hasta alcanzar 80% de toda la biodiversidad de México; 69% del agua dulce disponible; 99% de los hidrocarburos; 90% de la diversidad en especies cultivadas de origen americano (Conabio, 2020;

⁴⁹ Página do Proyecto Mesoamérica: <https://proyectomesoamerica.org/index.php/acerca-delpm/antecedentes>. Acesso em 20, dez. 2024.

Conagua, 2018). Este contexto de escasa densidad poblacional y alta diversidad en recursos valiosos despierta la avidez por impulsar la ocupación rentable de los territorios (Ceceña; Prieto, 2023, p. 34).

Apesar de o excerto acima falar sobre a região sul do México, priorizando dados do país, esse panorama nos ajuda a mensurar a densa riqueza natural de toda a região permeada pela tentativa de integração do megaprojeto em questão: a biodiversidade da Guatemala possui características semelhantes às de Chiapas por razões bem pontuadas até aqui. O alinhamento no que diz respeito à articulação política entre EZLN e bases de apoio e povos indígenas atuantes na Guatemala não ficou evidenciado nas fontes aqui trabalhadas; o que podemos afirmar, através das análises feitas até aqui, é o fato de que o EZLN está muito localizado na região chiapaneca e nas estruturas autônomas zapatistas. O que não quer dizer que exista um “abandono” em relação às demandas enfrentadas pelo movimento indígena em Guatemala, uma vez que o EZLN reafirma, com maior ênfase desde 2005, o seu compromisso com as lutas comuns dos povos contra o sistema-mundo capitalista.

Além disso, a citação permite problematizar o *Proyecto Mesoamérica*, mas não apenas ele. Relembremos o Trem Maia, que foi explorado ao longo da Introdução como um desenvolvimento dito sustentável que prioriza, em uma lista de dez valores reivindicados pelo próprio projeto, em primeiro e segundo lugares a eficácia e a eficiência e em décimo lugar a responsabilidade social e ambiental.

Para a população que, só pode ser pequena quando considerada a dimensão territorial a nível de áreas naturais desocupadas, como demonstrado acima, assume, em nossa discussão um caráter grandioso no que diz respeito à identificação e ocupação ancestral deste território da fronteira sul-sul, tais megaprojetos voltados ao “desenvolvimento sustentável”, esbarram diretamente nas autonomias indígenas. Uma vez que se trata de estratégias de expansão capitalista rumo a áreas historicamente preservadas pelos povos indígenas: dezenas deles membros do EZLN e assistidos por órgãos de defesa dos direitos humanos e ambientais.

No que diz respeito aos observadores dos direitos humanos, chamou atenção dois informes realizados, entre os anos de 2006 e 2012, pelo *Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de Las Casas (Frayba)*. Intitulados, respectivamente, *Entre la política sistémica y las alternativas de vida – Informe sobre la situación de los derechos humanos en Chiapas durante los gobiernos federal y estatal 2006 – 2012* e *Late la tierra en las veredas de la resistencia – Una mirada a las experiencias de lucha de los pueblos de*

Chiapas en la defensa de sus derechos, os informes dedicam olhares atentos para a problemática política-ambiental representada pelos megaprojetos na região:

Estos planes, relacionados en el Proyecto Mesoamérica, han causado en Chiapas conflictos con graves consecuencias sociales en las regiones donde se ubican comunidades habitadas, entre otros, por Bases de Apoyo del Ejército Zapatista de Liberación Nacional, quienes están construyendo nuevas alternativas frente a proyectos de desarrollo dirigidos a la explotación de los recursos naturales ajenos a la cultura de los pueblos indígenas (Frayba, 2011, p. 97).

As autonomias indígenas estão em perigo diante dos avanços de construções de infraestruturas e urbanização forçada em uma região que oferece ao México, um grande potencial energético e de petróleo, por exemplo. Sabe-se que o interesse pelas riquezas naturais, em Chiapas se deu de maneira “tardia” em relação à colonização inicial nos séculos XVI e XVII:

Ainda que legitimada por um discurso teológico, a empresa colonial foi, antes de tudo, um empreendimento econômico e, nesse sentido, tais interesses tiveram uma influência fundamental no processo de formação territorial do que hoje chamamos Chiapas. Diferentemente de outras regiões do continente americano, os espanhóis não encontraram em Chiapas consideráveis riquezas minerais, desmotivando investimentos em infraestrutura como os ocorridos em outras áreas da Nova Espanha, como em San Luís Potosí. Chiapas era uma província economicamente pobre, periférica, com poucas vias de comunicação, sem portos e sem produtos valorizados no exterior (Alkmin, 2015, p. 75).

Alkmin, com este apontamento histórico-geográfico, leva-nos a refletir sobre a similaridade do processo de colonização vivenciado por algumas regiões do Brasil, espaços em que os colonizadores portugueses não encontraram imediatamente as riquezas minerais almejadas dentro da lógica mercantilista daquele momento. Acresce-se a isso o entendimento da mudança de interesse político-econômico do México sobre a região chiapaneca e dos governos dos países da América Central sobre a região de uma maneira mais ampla, atualmente.

Em contraposição aos violentos avanços de projetos neoliberais, que, unidos em um intuito integrador cujos caminhos levam à perpetuação da exploração dos seres humanos e da terra, abre-se espaço para pensarmos, uma vez mais, as alternativas possíveis a estes projetos largamente criticados até aqui. Uma das alternativas existentes que se tem apresentado como frutífera e mais alinhada a uma mudança de perspectiva no

que diz respeito à produção de alimentos é a agroecologia⁵⁰, que, para o EZLN, demonstrou os seguintes trajetos, nas palavras da companheira Alondra (integrante da comissão de mulheres):

Necesitamos cuidar nuestras semillas criollas porque es la mejor y es algo que nos hace estar fuertes en la resistencia. Algunas comunidades de nuestros municipios practican la agroecología, los compañeros que hacen este trabajo explican que esto ha ayudado a mejorar la producción y la alimentación, por eso es una de las tareas que en todas las comunidades se practique. Los compañeros productores de café en los cinco municipios han logrado organizarse y formar una cooperativa en donde ellos propiamente van a exportar su café a otros países y con buen precio (Escuelita Zapatista, 2013, p. 80).

Este testemunho solidifica a argumentação construída com grande respeito às experiências zapatistas construídas ao longo dos anos de 1994 e 2014, e embasam nossa defesa por uma historiografia que construa suas análises acerca de um território intercultural, interdisciplinar e, principalmente, descolonizador. A crise na educação, já dizia Darcy Ribeiro, não é uma crise, mas sim um projeto. Tomamos como inspiração esta frase para defender o fato de que a crise socioecológica não é uma crise, mas sim uma emergência fruto de um projeto predatório dos seres humanos e da natureza. Os povos indígenas têm enfrentado o fim do mundo há alguns séculos⁵¹ (Krenak, 2018), e já é tempo de aprendermos com estes mundos que resistem apesar do sistema-mundo capitalista neocolonial.

Procurou-se, ao longo do capítulo três deste trabalho, sustentar a hipótese de que o EZLN e suas bases de apoio têm construído um modo de vida alternativo à estrutura capitalista em sua fase neoliberal, marcada, como lembrado em todos os demais capítulos, por um cenário de crise socioecológica acentuado. Não pudemos explorar temáticas relacionadas diretamente ao racismo ambiental, ainda que esta intersecção tenha aparecido indiretamente na análise realizada. Espera-se que possa ter ficado evidente para a/o leitor/a um argumento crucial: o de que a prática zapatista, apesar

⁵⁰ A agroecologia, no contexto latino-americano, é uma prática agrícola e política que combina conhecimentos tradicionais indígenas e camponeses com princípios ecológicos, visando a soberania alimentar, a justiça social e a sustentabilidade ambiental. Diferentemente do viés agroindustrial, a agroecologia: denuncia os agrotóxicos e transgênicos, priorizando sementes crioulas e policultivos adaptados aos ecossistemas locais; fortalece circuitos curtos de comercialização, reduzindo a dependência de corporações agroalimentares e se vincula a movimentos sociais, como o zapatismo, no México, ou o MST no Brasil, como estratégia de resistência ao agronegócio e ao neoliberalismo.

⁵¹ Somos índios, resistimos há 500 anos: fico preocupado é se os brancos vão resistir. Disponível em: <https://expresso.pt/internacional/2018-10-19-Somos-indios-resistimos-ha-500-anos.-Fico-preocupado-e-se-os-brancos-vaao-resistir>. Acesso em: 03, mar. 2025.

de não possuir uma referência direta ao Bem Viver enquanto termo, demonstrou e demonstra em sua trajetória um alinhamento claro ao mesmo no tocante à filosofia marcada pela busca por uma vida digna e justa, permeada pela continuidade de saberes ancestrais dentro das transformações históricas que engendraram, dentre outros movimentos, a própria experiência zapatista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imersão na investigação da construção de um Bem Viver fundamentado nas autonomias territorial, cultural, política, econômica e histórica dos povos indígenas que compõem o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em Chiapas, México, representou muito mais do que um exercício acadêmico: foi um processo de aprendizado ético, político e humano de valor inestimável. A pesquisa historiográfica sobre esse movimento social, inserido no contexto das alternativas anticapitalistas, demandou uma postura que interligasse o rigor metodológico com a sensibilidade para compreender as nuances de uma luta que se constrói na interface entre passado e presente, entre memória e projetos de futuro.

Os caminhos que levaram a esta investigação remontam a inquietações antigas, desde os primeiros contatos com as complexas realidades sociopolíticas da América Latina – ainda durante o Ensino Básico – até o encontro mais profundo com as histórias e filosofias-cosmovisões indígenas durante a formação acadêmica em História. Essa trajetória foi marcada não apenas pela construção de um olhar dentro da lógica histórica/materialismo histórico-dialético, mas por uma busca pessoal por ancestralidade que se entrelaçou com o amadurecimento da identidade como pesquisadora e educadora. Estudar o zapatismo significou, assim, dialogar com minhas próprias questões sobre justiça, decolonialidade e o papel da história como ferramenta de transformação.

A opção por pisar o chão sagrado das memórias e das histórias zapatistas em busca de verdade e justiça alinha-se à perspectiva de Walter Benjamin no que diz respeito à tarefa de "escovar a história a contrapelo". Os dois anos dedicados à análise da documentação do EZLN – desde seus comunicados oficiais até os materiais pedagógicos da *Escuelita Zapatista* – constituíram uma experiência intensa, marcada por descobertas, mas também por desafios, como a impossibilidade de realizar trabalho de campo devido à distância geográfica. Ainda assim, o contato com essas fontes permitiu um aprendizado relevante sobre as formas como os zapatistas constroem sua autonomia e ressignificam noções como democracia, desenvolvimento e resistência.

A interdisciplinaridade revelou-se não apenas como uma escolha metodológica, mas como um compromisso político para compreender a complexidade do movimento zapatista. O diálogo com a Antropologia, a Geografia e os Estudos Decoloniais enriqueceu a análise, permitindo articular as dimensões territoriais, simbólicas e históricas do movimento. Essa abordagem transdisciplinar e transnacional mostrou-se fundamental

para estudar movimentos sociais que, como o EZLN, desafiam as categorias tradicionais das ciências humanas.

Esta dissertação buscou demonstrar que o zapatismo não se limita a uma resistência reativa ao neoliberalismo, mas propõe um projeto político radical que reinventa noções de democracia, território e educação. No primeiro capítulo, evidenciou-se como o EZLN se insere em uma longa tradição de lutas indígenas no México, desde a Revolução Mexicana até o Congresso Indígena de 1974, enfrentando o racismo estrutural e reafirmando cosmovisões maias como alicerce de sua organização. O segundo capítulo destacou o papel central da linguagem como ferramenta de resistência, analisando como os comunicados, a poesia e o uso estratégico da internet constroem contranarrativas que desafiam o discurso midiático hegemônico. Por fim, o terceiro capítulo explorou o Bem Viver zapatista como alternativa concreta à crise socioecológica, mostrando como as Juntas de Buen Gobierno, os Caracoles e as práticas agroecológicas materializam outros modos de relação com a terra e com a vida em comum.

Além de reconstituir essas experiências, o trabalho problematizou as contradições do desenvolvimento capitalista, mesmo em suas versões supostamente sustentáveis, como no caso do Tren Maya. Contra esse modelo, que reproduz a colonialidade sob um discurso de progresso, o zapatismo afirma um Bem Viver baseado na reciprocidade, na autonomia e na defesa radical dos territórios. Essa contraposição não tem apenas valor teórico, mas aponta caminhos concretos para enfrentar os dilemas do Tempo Presente.

O impacto desta pesquisa ultrapassa os limites acadêmicos, pois o zapatismo integra uma rede global de resistências que conecta indígenas, camponeses e movimentos anticoloniais em todo o mundo. Suas lições são especialmente urgentes em um contexto de crises climáticas aceleradas pelo extrativismo, dos avanços de autoritarismos que criminalizam as lutas sociais e de falsas soluções como o "capitalismo verde". Nesse sentido, acredito que futuras investigações poderão aprofundar estudos comparativos entre o zapatismo e outros movimentos pelo Bem Viver. O que ampliará o arcabouço de materiais historiográficos produzidos sobre esta temática: uma lacuna que consistiu em uma das justificativas para o desenvolvimento da presente pesquisa.

Ao construir "um mundo onde caibam muitos mundos", o EZLN desafia não apenas o Estado mexicano, mas a própria ideia de que não há alternativas ao capitalismo. Esta dissertação espera ter contribuído para ampliar o debate sobre essas alternativas, reafirmando que outras histórias e memórias devem ser investigadas e debatidas dentro do

campo historiográfico e acadêmico, no geral. Que este trabalho sirva, portanto, não como um ponto final, mas como um convite à escuta, ao diálogo e ao engajamento com os movimentos sociais indígenas e não indígenas que compartilham uma práxis viabilizadora de futuros mais justos e dignos.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.
- ALKMIN, Felipe. **Por uma geografia da autonomia**: a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. DOI: 10.11606/D.8.2015.tde-09062015-120421. Acesso em: 9 jul. 2023.
- ANDREO, Igor Luis. **Teologia da Libertação e Cultura Política Maia Chiapaneca**: o Congresso Indígena de 1974 e as raízes do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Assis, 2010.
- BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. **A revolução mexicana**. São Paulo: EDUNESP, 2010.
- BARBOSA DOS SANTOS, Felipe Luan. Atualidade da noção de América Latina: diálogo crítico com Leslie Bethell. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 21, p. 261-297, 2016.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BONFIL BATALLA, Guillermo. **México profundo**: uma civilização negada. Tradução de Rebecca Lemos Igreja. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019.
- BRAND, Ulrich; WISSEN, Markus. Falsas alternativas: da economia verde ao capitalismo verde. In: BRAND, Ulrich; WISSEN, Markus. **Modo de vida imperial**. São Paulo: Elefante, 2021.
- BRECHT, Bertolt. **Estudos sobre teatro**. Coletados por Siegfried Unseld; tradução de Fiana Pais Brandão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- BRIGHENTI, Clovis. **Estrangeiros na própria terra**: Presença Guarani e Estados Nacionais. Florianópolis; Chapecó: Ed. UFSC; Argos, 2010.
- CECEÑA, A; PRIETO, S. Mirando al Sur: megaproyectos, fronteras e in(movilidades). In: MARTÍNEZ ROMERO, E; GASPARELLO, G; PERERA, M. A.D (org.). **Territorios mayas en el paso del tren**: riesgos previsibles y posturas independientes sobre el Tren Maya. México: Bajo Tierra Ediciones, 2023. p. 25-49.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- DARLING, Juanita I. La fuerza originaria del EZLN: Un análisis de correlación de fuerzas. **Crítica y Resistencias. Revista de conflictos sociales latinoamericanos**, n. 5, p. 1-21, 2017. Disponível em: <https://www.criticayresistencias.com.ar/revista/article/view/56>. Acesso em: 13 fev. 2025.
- DEMUNER, Davi Matias Marra. **O movimento zapatista e a solidariedade de classe transnacional**: uma análise da luta de classes na globalização. 2017. 169 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- DE LIMA, João Marcelo Maia Teixeira. As subversões do tempo nos comunicados zapatistas. **Revista de Antropologia**, v. 57, n. 1, p. 215-264, 2014. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2014.87760. Acesso em: 11 set. 2023.

- ESCÁRZAGA, Fabiola et al. **Movimiento indígena en América Latina: Resistencia y transformación social**. v. 3. México: UAM-X; BUAP; CIESAS, 2014.
- ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 133-168.
- FIUZA, Bruno. **A Ação Global dos Povos e o novo anticapitalismo**. 2017. 248 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- FOLHA DE S.PAULO. **Fox abre contato com guerrilha zapatista**. 6 jul. 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0607200004.htm>. Acesso em: 16 mai. 2025.
- FONTANA, Josep. **História depois do fim da História**. Tradução de Antonio Penalves Rocha. Bauru: EDUSC, 1998.
- FUNES, Patricia. **Salvar la nación: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos**. Buenos Aires: Prometeo, 2006.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. México: Grijalbo, 1990.
- GARCÍA DE LÉON, Antonio. **Fronteras interiores: Chiapas, una modernidad particular**. México: Océano, 2002.
- GARCÍA DE LÉON, Antonio. **Resistencia y utopía: memorial de agravios y crónicas de revueltas y profecías acaecidas en la provincia de Chiapas durante los últimos quinientos años de su historia**. 2. ed. México: Era, 1999.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GROSGOUEL, Ramón; CASTRO-GÓMEZ, Santiago (Comp.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre; Universidad Central, 2007.
- GUTIÉRREZ, Diego. Ética por la vida, potencia social y democracia radical: aproximaciones al “mandar obedeciendo”. **Revista de Antropología y Sociología: Virajes**, v. 17, n. 1, p. 83-105, 2015.
- GUTIÉRREZ, Diego. La valorización de los “bienes comunitarios” en la reconfiguración geográfica del capital en el sureste mexicano. **Astrolabio Nueva Época**, n. 7, p. 49-78, 2011.
- HARVEY, David. **Breve historia del neoliberalismo**. Madrid: Akal, 2013.
- HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.
- KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KOTHARI, Ashish (Org.). **Pluriverso**: um dicionário do pós-desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2021.

LACERDA, Rosane Freire; FEITOSA, Saulo Ferreira. Bem Viver: Projeto U-tópico e Decolonial. **Interritórios | Revista de Educação**, v. 1, n. 1, 2015.

LANDA VÁSQUEZ, Ladislao. **Pensamientos indígenas en nuestra América**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

LEÓN, Antonio García de. **Fronteras interiores**: Chiapas, una modernidad particular. México: Océano, 2002.

LIMA, Thiago. **Pelo reencantamento do mundo**: palavra e cultura guarani como inspiração decolonial. 2020. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

LOMELÍ, Carla Beatriz Zamora. Hacia la racionalidad liberadora en los movimientos sociales. In: PIMENTEL, Boris Marañón. **Buen vivir y descolonialidad**: crítica ao desarrollo y la racionalidad instrumentales. Coord. Boris Marañón Pimentel. México: UNAM, 2014.

LORA CAM, Jorge. **El EZLN y Sendero Luminoso**: Radicalismo de izquierda y confrontación político-militar en América Latina. Puebla: BUAP, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARTINS, Christiana. “Somos índios, resistimos há 500 anos. Fico preocupado é se os brancos vão resistir”. **Expresso**, 19 out. 2018. Disponível em: <https://expresso.pt/internacional/2018-10-19-Somos-indios-resistimos-ha-500-anos.-Fico-preocupado-e-se-os-brancos-vaao-resistir>. Acesso em: 3 mar. 2025.

MCILHAGGA, Samuel. Agora Fukuyama acertou: o socialismo é a única alternativa ao liberalismo. **Jacobina**, 15 nov. 2022. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2022/11/agora-fukuyama-acertou-o-socialismo-e-a-unica-alternativa-ao-liberalismo/>. Acesso em: 16 mai 2025.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, e329402, 2017. DOI: 10.17666/329402/2017.

MORETT-SANCHEZ, Juan Carlos; COSIO-RUIZ, Celsa. Panorama de los ejidos y comunidades agrarias en México. **Agricultura, Sociedad y Desarrollo**, v. 14, n. 1, p. 125-152, 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-54722017000100125. Acesso em: 18 dez. 2024.

NAVARRETE, Federico. **Las relaciones interétnicas en México**. México: UNAM, 2004.

NAVARRO, Luis Hernández. La marcha del color de la tierra. *Cidade do México*. **La Jornada**, 16 mar. 2021. Seção: Opinión. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2021/03/16/opinion/012a2pol>. Acesso em: 16 mai. 2025.

NORONHA, Cejana Uiara Assis. Teologia da libertação: origem e desenvolvimento. **Fragmentos de Cultura**, v. 22, n. 2, p. 185-191, 2012.

ORNELAS, Raúl. La autonomía como eje de la resistencia zapatista. In: ORNELAS, Raúl. **Hegemonías y emancipaciones en el siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

PELLEGRINO, Gabriela; PRADO, Maria Ligia. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reapropriação social da natureza e a reinvenção dos territórios: uma perspectiva latino-americana. **Observatório Geográfico da América Latina**, 2015.

QUIJANO, Aníbal. “Bien vivir”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. In: QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes**: de la dependência histórico-estructural à la colonialidade/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **A América Latina existe?** Brasília: Editora UnB; Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **O dilema da América Latina**: estruturas de poder e forças insurgentes. Petrópolis: Vozes, 1983.

RICO, Maite. 3.000 personas asisten en Chiapas a la cumbre zapatista contra el neoliberalismo. **El País**, 28 jul. 1996. Disponível em: https://elpais.com/diario/1996/07/29/internacional/838591216_850215.html. Acesso em: 16 mai. 2025.

ROMERO, Eduardo Martínez; GASPARELLO, Giovanna; PERERA, Miguel Ángel Díaz (Coord.). **Territorios mayas en el paso del tren**. v. 1. México: Bajo Tierra Ediciones, 2023.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **OSAL – Observatorio Social de América Latina**, v. 6, n. 16, 2005.

SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias**: intelectuais, arte e meios de comunicação. São Paulo: EDUSP, 1997.

SILVA, Éder. **Rebelia camponesa na América Latina**: análise comparada da luta agrária do MST e do Neozapatismo. Curitiba: CRV, 2020.

SILVA, Pablo et al. **Sociabilidades emergentes y movilizaciones sociales en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2012.

SOLANO, Xochitl. **Guerras, zapatismo, redes**. Buenos Aires: CLACSO; San Cristóbal de Las Casas: Retos, 2021.

THOMPSON, E. P. Intervalo. In: **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VANDEN BERGHE, Kristine. **Narrativa de la rebelión zapatista**: Los relatos del Subcomandante Marcos. Madrid: Iberoamericana, 2005.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo y literatura**. Barcelona: Península, 1980.

FONTES

Documentos do EZLN (séries multivolume) e Declarações da Selva Lacandona

Documentos y Comunicados – Volumen I. México, D.F: Ediciones Era, 1994.

Documentos y Comunicados – Volumen II. México, D.F: Ediciones Era, 1995.

Documentos y Comunicados – Volumen III. México, D.F: Ediciones Era, 1997.

Documentos y Comunicados – Volumen IV. México, D.F: Ediciones Era, 2003.

Documentos y Comunicados – Volumen V. México, D.F: Ediciones Era, 2003.

EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL (EZLN). **Cuarta Declaración de la Selva Lacandona**. *Radio Zapatista*, 1996. Disponível em: https://radiozapatista.org/?page_id=16289. Acesso em: 17 mai. 2025.

EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL (EZLN). **Sexta Declaración de la Selva Lacandona**. *Radio Zapatista*, 2005. Disponível em: https://radiozapatista.org/?page_id=16289. Acesso em: 17 mai. 2025.

Documentos da CEPAL

CEPAL. **Guatemala**: población y desarrollo. Un diagnóstico sociodemográfico. Santiago: CEPAL, 2001.

CEPAL. **Una mirada a los países del Proyecto Mesoamérica**. México, D.F: CEPAL, 2015.

Materiais da Escuelita Zapatista

Escuelita Zapatista. **Cuadernos de texto del primer grado de la Escuelita “La libertad según l@s zapatistas”**: Resistencia Autónoma – Partes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9. Chiapas: EZLN, 2013.

Relatórios do Frayba

FRAYBA. **Entre la política sistémica y las alternativas de vida**: Informe sobre la situación de los derechos humanos en Chiapas durante los gobiernos federal y estatal 2006–2012. San Cristóbal de Las Casas: Frayba, 2013.

FRAYBA. **Late la tierra en las veredas de la resistencia**: Una mirada a las experiencias de lucha de los pueblos de Chiapas en la defensa de sus derechos. San Cristóbal de Las Casas: Frayba, 2011.

Documento do Plano Puebla-Panamá

PLAN PUEBLA-PANAMÁ (PPP). **Diagnóstico Centroamérica**: Presentación. México. D.F: PPP, 2001.